

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0600766-71.2020.6.26.0001 em 22/09/2020 22:24:19 por JOAO VICENTE AUGUSTO NEVES

Documento assinado por:

- JOAO VICENTE AUGUSTO NEVES

Consulte este documento em:
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
usando o código: **20092222241951700000005369868**
ID do documento: **5768431**



PLANO DE GOVERNO 2021 - 2024

SP DA GENTE



PREFEITO
JILMAR
TATTO
VICE: ZARATTINI







// CARTA ÀS PAULISTANAS E AOS PAULISTANOS

Minhas amigas e meus amigos,

O modo petista de governar tem sido a mais extensa experiência política da classe trabalhadora brasileira. O PT alargou os limites do possível num país que convive com enorme déficit democrático e uma das estruturas mais injustas do mundo.

O Orçamento Participativo é a marca registrada dos governos do PT. O PT firmou na Capital a ideia democrática elementar, mas nunca aceita pela elite política, de que os recursos da cidade pertencem a todas paulistanas e paulistanos. Se há uma coisa que o povo de São Paulo sabe identificar é que, se o prefeito é do PT, inovações vão acontecer.

Criamos os CEUs na educação, o Bilhete Único nos ônibus urbanos, os mutirões para construção de habitações populares e incentivamos a cultura nas periferias. Projetamos uma nova cidade para o século XXI, sobretudo no governo Haddad, de 2013 a 2016. Ouvindo todos os setores da sociedade, aprovamos o Plano Diretor da cidade, premiado internacionalmente. Criamos uma grande referência urbanística.

Pessoalmente, liderei a construção de 490 km de corredores e faixas de ônibus e de mais de 400 km de ciclovias. Estendemos o acesso ao Bilhete Único e ampliamos as faixas de isenção tarifária para estudantes e pessoas acima de 60 anos de idade. Implantamos a Paulista Aberta, que se tornou o maior espaço de lazer da cidade.

Na Cultura, aprovamos em 2016 a lei que instituiu o Plano Municipal de Cultura, fruto da Conferência Municipal de Cultura, de 2013. Aprovamos a Lei de Fomento às Culturas da Periferia e criamos os programas VAI I e VAI II.

Na Educação, realizamos a maior expansão de matrículas na Educação Infantil da história da cidade, com mais de 100 mil novas matrículas. Construimos 84 escolas e 81



foram deixadas já em obras. Instituímos o Plano Municipal de Educação. Investimos na manutenção dos CEUs, criamos 15 salas de cinema e a UniCEU, que ofertou mais de 13 mil vagas em 337 cursos gratuitos de ensino superior de graduação e pós-graduação nos 46 CEUs. Em 2016, foram iniciadas as construções de 12 novos CEUs e deixamos dinheiro em caixa para continuar as obras. O piso salarial docente passou de R\$ 2.600,00 para R\$ 3.500,00, um dos maiores do Brasil.

Na Saúde, o governo Haddad executou o maior pacote de obras até então visto na cidade, construindo os hospitais de Parelheiros e Brasilândia, além de incorporar à rede municipal o hospital da Vila Santa Catarina. Abriu 20 hospitais-dia da Rede Hora Certa, 16 novas UBSs e 3 UPAs. Elevou o investimento em saúde para um recorde de 22,7% do orçamento, reduzido por Covas para menos de 20% em 2019.

Criamos a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ambas desativadas pelos governos Doria e Covas. Fizemos o programa Braços Abertos, de acolhimento dos dependentes químicos.

O governo Haddad renegociou a dívida de São Paulo com a União, reduzindo-a de R\$ 74 bilhões para R\$ 28 bilhões. Isso levou a cidade a se livrar do pagamento de uma carga de juros asfixiante, economizando R\$ 2 bilhões por ano. Saudável, São Paulo ganhou das agências internacionais de risco o selo de cidade com grau de investimento. O saneamento das contas de São Paulo deu à cidade uma saúde financeira que nem mesmo a retração econômica imposta pela pandemia derrubou.

Avançamos muito nos últimos 30 anos. Mas precisamos ainda transformar as estruturas injustas de nossa sociedade. Meu maior sonho, minha obsessão, é reconstituir a nossa capacidade de agir como povo para vencer o maior dos males do Brasil e de nossas cidades, que é a profunda desigualdade social entre pobres e ricos.

São Paulo tem a maior concentração de bilionários do Brasil. E agora mesmo, em plena pandemia do novo coronavírus, sua riqueza não para de crescer. A economia está estagnada e patinando, mas a opulência financeira dos super-ricos só faz evoluir e alçar voos cada vez mais altos no céu azul dos lucros dos bancos.

A distância social que torna o Brasil um dos países de pior distribuição de renda do mundo é o abismo que nos impede de construir uma cidade mais justa. O desafio histórico de colocar os pobres no Orçamento foi vencido. Sabemos que é possível.

O novo e grande desafio a superar é fazer com que os ricos e os super-ricos contribuam com o Orçamento público. A triste realidade é que o 1% de ricos e super-ricos pouco ou nada contribuem, pois existem inúmeras formas de eles não pagarem impostos na mesma proporção que pagam as classes médias e trabalhadora.

Sonho com uma cidade em que o emprego, a renda, a educação, a saúde, a tecnologia e a cultura sejam direito de todos. Sonho com uma cidade sem preconceito racial, sem violência policial e livre das discriminações de raça, gênero e sexo. Mas, para imaginar o futuro, é preciso ter os olhos abertos e evitar as armadilhas do presente.

A primeira armadilha a evitar é normalizar as mortes pelo novo coronavírus. Prefeito e



governador de São Paulo minimizam a tragédia provocada pela pandemia e conciliam com a ideia de que o platô de infecções e mortes significa superação da doença.

Em vez de se dedicarem com afinco à reforma das escolas públicas e ao replanejamento do ano letivo perdido em 2020, eles adotam uma atitude passiva.

Mesmo com dinheiro em caixa, não providenciam os recursos tecnológicos necessários para crianças e jovens pobres seguirem aulas virtuais e terem reforço escolar em casa. Também não cuidam adequadamente dos professores.

A armadilha da desigualdade educacional vem acompanhada da armadilha na economia. Cerca de um terço da população economicamente ativa de São Paulo encontra-se desempregada ou sobrevivendo em empregos precários e instáveis.

A desocupação entre os jovens é especialmente alarmante, com mais de 40% deles sem encontrar trabalho. Trabalhando na extenuante entrega por aplicativos, garotos e garotas deixam de comprar o livro de amanhã para garantir o pão de hoje.

Tudo isso é muito injusto e penoso. A falta de trabalho afeta toda uma geração de jovens que espera e merece viver dias melhores. Seus pais já não têm aposentadorias decentes. Seus filhos não podem ver esvaír seus sonhos e potencialidades.

Em Brasília, mais do que uma armadilha, existe um abismo de falta de empatia com as pessoas, além de completo desprezo pela vida. O governo Bolsonaro mente e espalha fake news em seus gabinetes do ódio. Por sua culpa, e não apenas da pandemia, viveremos em 2020 o mais difícil ano de nossas vidas.

Na China e em outros países, ficou provado que, se o governo age a tempo e toma as medidas adequadas de contenção do vírus, a economia sofre menos e o nível de atividade é retomado mais cedo, mesmo que com intensidade menor.

Aqui, o governo perdeu completamente o pudor e usa o auxílio emergencial como dividendo eleitoral. Se o Congresso Nacional não mudar a lei, o valor do auxílio cairá para metade este mês e terminará em 31 de dezembro. Os deputados do PT cobram do Congresso Nacional que aprove a continuidade do auxílio de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia. A economia se reconstrói; vidas perdidas não voltam.

Os governos Bolsonaro, Doria e Covas têm uma agenda comum baseada em dois eixos: retirada de direitos sociais e privatizações selvagens. Em vez de o Estado ser o articulador da resposta aos atuais desafios humanitários, econômicos e ambientais, para eles a despesa pública, os servidores e as estatais são a fonte dos males que vivemos.

Em São Paulo, a agenda privatista de Doria e Covas não poupa nem mesmo os cemitérios da Capital. Na Saúde, o prefeito Covas entregou 70% dos recursos do orçamento da área para a gerência de terceiros, das chamadas Organizações Sociais de Saúde. Em plena pandemia, abandonou a Atenção Básica de Saúde, improvisou hospitais de campanha e deixou muitas suspeitas na compra de respiradores.

Vamos ganhar as eleições em São Paulo e revisar todos os contratos feitos por essa gente. Aqui, temos monotrilhos que não andam; obras que não acabam nunca no



metrô; zeladoria de ruas e parques feita a toque de caixa, para ficar bem em véspera de eleições. Incompetência e descompromisso administrativo andam juntos o tempo todo.

Olho para o prefeito Bruno Covas e vejo colada nele a imagem de João Doria. Vejo o político ambicioso que mentiu para o povo de São Paulo, saiu da Prefeitura em menos de dois anos e agora só pensa em ser candidato a presidente da República. Vejo o BolsoDoria desprezado pelas periferias e malquisto pelo bolsonarismo.

Doria e Covas deixaram um rastro da maldade na Prefeitura: a farinata; os cortes do Leve Leite para 700 mil crianças, do Transporte Escolar Gratuito e a redução do tempo de validade do Bilhete Único para duas horas.

São Paulo pode e vai mudar. Mas não vai mudar por meio desta inflação de candidatos raivosos de direita, que só sabem apontar o dedo acusatório para a função pública, para os servidores que dão duro nas escolas e nos hospitais públicos.

São Paulo vai mudar pela mão de um governo que coloca o povo e suas necessidades em primeiro lugar. São Paulo saberá reconhecer em nossa candidatura os anos felizes dos governos do PT, em que o emprego era farto e a comida abundante.

Voltar a crescer é fundamental, mas precisamos fazê-lo com equilíbrio e sustentabilidade. Precisamos de uma cidade livre da degradação ambiental. A agenda mundial da transição ecológica está na ordem do dia no mundo e em São Paulo. A ameaça hídrica, com uma crise aguda no abastecimento de água, ronda São Paulo permanentemente. A poluição é endêmica. Precisamos de uma economia que faça uso sustentável dos recursos naturais, sem a produção descontrolada de lixo não reciclável.

Com o PT na Prefeitura, São Paulo vai ousar novos programas nessa área e liderar a agenda da transição ambiental. Nossa administração será marcada pela ousadia e pela inovação no enfrentamento radical das dificuldades que afetam a vida do povo. Por isso, quero firmar aqui quatro compromissos programáticos com os eleitores da Capital:

1. Solidariedade e justiça social – A classe média e os trabalhadores não podem seguir pagando mais impostos do que os ricos e ultra-ricos. A grande mudança que está a caminho em termos de tributação da alta renda e concentração de propriedade será feita no plano federal, por meio da reforma tributária. Mas a cidade de São Paulo tem instrumentos legais adequados para requerer uma contribuição maior dos bancos, dos bilionários e dos super-ricos que habitam nossa cidade.

Os recursos novos que serão arrecadados ajudarão a cobrir a queda de arrecadação que a pandemia ainda causará. Eles também aumentarão as possibilidades para reforçar e ampliar os mecanismos da Renda Básica da Cidadania. Um dos maiores crimes que cometeu o governo Covas nesse período foi dormir sobre recursos entesourados no Erário Municipal, recusando-se a apoiar as famílias mais fragilizadas.

2. Desenvolvimento econômico – A cidade tem reservas de caixa e recursos disponíveis em vários fundos municipais. Eles estão ociosos por causa da preguiça do prefeito Bruno Covas. Nosso governo investirá fortemente no desenvolvimento de



uma economia solidária na cidade, baseada em produção e consumo de alimentos saudáveis e em cooperativas de trabalhadores organizados nos territórios que habitam. Estimularemos as construções de habitações populares na faixa de renda de até três salários mínimos. Mudaremos o padrão de compras da Prefeitura de forma a incentivar as pequenas empresas e os empreendedores, ao mesmo tempo em que vamos inovar no crédito popular, por meio de Bancos Comunitários.

Facilitaremos os deslocamentos e a maior produtividade dos trabalhadores com a implantação gradual da tarifa gratuita nos ônibus (a tarifa zero).

Não descuidaremos tampouco do ambiente de negócios da cidade, que tem uma alta circulação de capitais locais e internacionais. Sabemos muito bem que a responsabilidade fiscal para com as contas municipais é um ativo de peso na avaliação de risco dos investidores. Apenas não partilhamos da visão pessimista do neoliberalismo de que o investimento público expulsa o investimento privado.

Provamos que é uma marca indelével das nossas administrações a capacidade de reorganizar as contas públicas em bases sustentáveis, após herdá-las em muito má situação dos governos Jânio Quadros, Celso Pitta e Gilberto Kassab. Vamos trabalhar com afinco para retomar e ampliar a capacidade de investimento da Prefeitura, assim como pôde fazer Fernando Haddad após a renegociação da dívida.

3. Gestão participativa – Retomaremos e aprofundaremos as melhores experiências dos conselhos e conferências de saúde, educação e cultura. Vamos incentivar a gestão escolar participativa. Descentralizaremos as decisões fortalecendo as Subprefeituras. As grandes questões sobre as quais a população precisa ser ouvida serão levadas a consultas populares por meio dos mecanismos constitucionais de plebiscito e referendo. Vamos radicalizar a democracia ouvindo o povo o tempo todo em todas as áreas. Não teremos um governo de gabinetes nem de tecnocratas.

Nossas práticas serão transparentes, com livre acesso à informação. Teremos de volta a competente fiscalização da Controladoria Geral do Município (CGM), recriando este órgão indispensável que os governos Doria e Covas fizeram questão de desativar.

4. Incentivo ao conhecimento e à cultura – São Paulo tem o privilégio de contar com a maior rede científica e tecnológica do Hemisfério Sul. Aqui se encontram algumas das melhores instituições de pesquisa e desenvolvimento e universidades públicas do mundo. Temos um repositório científico único. É por meio do conhecimento e da cultura que poderemos chegar a uma sociedade mais harmônica, menos desigual, menos insegura e mais tolerante com a diversidade entre as pessoas.

O nosso compromisso com a cultura é elevar a sua participação de menos de 1% para até 3% do Orçamento. A cultura cria empregos, amplia as chances de progresso social e melhora todos os indicadores de qualidade de vida. Com incentivos adequados, seremos capazes de dar um salto civilizatório ainda maior nas próximas décadas.

Estou plenamente de acordo com o importante pronunciamento à Nação feito pelo ex-presidente Lula no último dia 7 de setembro. Unidos, retomaremos a nossa caminhada



de desenvolvimento e paz. A democracia brasileira passa por um momento delicado e sofre grande risco de retrocesso. Iludem-se aqueles que pensam que a vontade autocrática de Jair Bolsonaro pode ser domesticada.

Como todo autoritário candidato a ditador, Bolsonaro dissimula e mente. Primeiro criticou a “velha política” e espalhou as fake news, para chegar ao Palácio do Planalto; quando a exposição dos laços milicianos de sua família começou a ameaçá-lo e a seus filhos, passou a adular o Centrão da “velha política”. Suas máscaras estão caindo, embora ele ainda tenha muito poder destrutivo em mãos. Em seu governo, como se vê com a explosão do preço do arroz, a carestia volta a mostrar a cara.

A máscara dos governos Doria e Covas também está caindo. Sua agenda de retirada de direitos e de privatizações selvagens já não pode enganar mais a todos por todo o tempo. As más condições sanitárias na pandemia e as precárias condições de vida submetem o povo a grande sofrimento, enquanto eles desmantelam instituições de pesquisas, hospitais, escolas e empresas públicas.

Eles propagandeiam a redução da violência e dos homicídios, mas não conseguem esconder as violações intoleráveis nas periferias da Capital, afetando especialmente as jovens vidas negras. Chegou a hora de nos unirmos e gritarmos em alto e bom som que vidas negras importam e que todas as vidas importam.

As urnas de 15 de novembro darão uma mensagem clara sobre os caminhos a seguir, para resgatarmos a democracia e enterrarmos o autoritarismo que nos ameaça.

Nosso caminho é a preservação da vida acima de tudo; nossa estrada é a justiça social e o combate às desigualdades de todos os tipos. O PT é a arma que temos.

Com a união das forças do bem e da paz chegaremos lá.

Venceremos!

Jilmar Tatto, candidato do PT a prefeito de São Paulo

São Paulo, dia 21 de setembro de 2020.



P R E F E I T O
JILMAR
TATTO
VICE: ZARATTINI





// SUMÁRIO

14

// 13 COMPROMISSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NA CIDADE DE SÃO PAULO

19

// SÃO PAULO DO FUTURO

MOBILIDADE E TRANSPORTE

MEIO AMBIENTE

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

DRENAGEM DO SOLO

RESÍDUOS SÓLIDOS

ILUMINAÇÃO

EDUCAÇÃO

ESPORTE E LAZER

CULTURA

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL

67

// SÃO PAULO DAS OPORTUNIDADES

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

COMUNICAÇÃO

SUBPREFEITURAS

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Trabalho e Desenvolvimento Local
- Pequenas e Microempresas
- Servidores e Serviços Públicos
- Desenvolvimento Estratégico
- Ciência, Tecnologia e Sociedade
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Economia do Turismo

ECONOMIA SOLIDÁRIA E BANCOS COMUNITÁRIOS

AMBULANTES

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

// SÃO PAULO PROTEGIDA

RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

HABITAÇÃO

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DIREITOS HUMANOS

- Pessoas com Deficiência
- Imigrantes e Refugiados
- Indígenas

JUVENTUDE

CRIANÇA E ADOLESCENTE

DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

DIREITOS DA PESSOA IDOSA

MULHERES

PROMOÇÃO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

SERVIÇO FUNERÁRIO

SEGURANÇA URBANA E GUARDA CIVIL MUNICIPAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

SAÚDE

DIREITOS DOS ANIMAIS





// 13

**COMPROMISSOS
DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES
PARA O
ENFRENTAMENTO
DA COVID-19 NA
CIDADE DE SÃO PAULO**



Quando o mundo recebeu os primeiros impactos da pandemia decorrente do novo coronavírus – consequência de desequilíbrio ambiental –, a economia brasileira já estava em situação lastimável. Como se isso não bastasse, o governo federal confundiu a percepção da população quanto à gravidade da pandemia, contribuindo para aumentar o número de mortos e doentes. Dividiu politicamente o país, hostilizou governadores e equipes do próprio governo, disseminou informações danosas ou inúteis, estimulou aglomerações e desautorizou a ciência. Tanto o governo federal quanto Doria no Estado e Covas na Prefeitura, no afã de atender a empresários dos setores financeiro, comércio, indústria e serviços, provocaram confusão, criando regras de reabertura contrárias à prevenção do contágio. Bancos receberam ajuda bilionária, enquanto a segurança física e financeira da população foi secundarizada.

Não se pode subestimar a continuidade do impacto do desgoverno federal nas políticas públicas, em especial na área da saúde. Como se não bastasse o desastre causado ao financiamento do SUS pela Emenda 95/2016, relatório do Tribunal de Contas da União apontou gastos de apenas 29% da verba emergencial prevista para o combate da Covid-19, com prejuízos diretos para os municípios. A defesa do SUS converte-se em bandeira pela defesa da vida diante de uma das maiores crises sanitárias, econômicas e humanitárias da história brasileira.

A real dimensão das repercussões clínicas e sequelas advindas da Covid-19 em médio e longo prazos ainda não é conhecida, exigindo reabilitação e acompanhamento por equipes multiprofissionais. Também ainda é desconhecido o impacto sobre a saúde mental dos que viveram a experiência da doença, da negação do direito ao luto por seus entes queridos, ou mesmo do medo da morte e do futuro comprometido. Será necessário produzir ainda estratégias para cuidar das pessoas com doenças crônicas que foram negligenciadas no período da pandemia de Covid-19, que estão há meses sem cuidados médicos, e demandarão fortemente os serviços do SUS, com condições clínicas muito agravadas.

O novo prefeito assumirá a administração durante a pandemia, sem vacina disponível para toda a população, e em meio a uma grave crise econômica, com milhões de desempregados e subempregados. Tem-se um panorama de desigualdade social crescente e arrecadação tributária em forte retração, com queda do PIB, que exercerão uma pressão extraordinária sobre os serviços públicos. A população menos favorecida precisará, mais do que nunca, do apoio do Estado.

Com o confinamento social, milhares de famílias tiveram de se isolar em habitações precárias nas periferias das cidades brasileiras, desprovidas de infraestrutura urbana. Nos casos mais críticos, moradores de rua se viram entregues à própria sorte e famílias foram despejadas de assentamentos em reintegrações de posse arbitrárias. Soma-se a esse cenário a dificuldade no exercício de trabalhos esporádicos e do comércio ambulante, em razão dos riscos de transmissão do vírus da Covid-19. A pandemia potencializou, de forma dramática, o grave problema de moradia na cidade de São



Paulo, ampliado pela falta de saneamento, de transporte público de qualidade e de acesso dos mais pobres ao mercado formal de trabalho e à rede de proteção social. Importante destacar, neste cenário, a incompetência com a qual o governo municipal vem agindo em relação à pandemia. As autoridades de saúde têm considerado os deslocamentos por transporte coletivo de maneira inadequada, dado que ambientes fechados estão entre os principais vetores de disseminação do novo coronavírus. De forma oposta ao que se esperava, observamos a redução da frota de ônibus circulante e o estrangulamento nos principais corredores, ocasionando a redução da velocidade dos ônibus e sua consequente sobrecarga. Desconsiderando a necessidade do deslocamento seguro de trabalhadoras e trabalhadores de serviços essenciais, Covas instituiu um rodízio improvisado de automóveis, logo tendo de voltar atrás.

A pasta da Educação do governo do PSDB ofereceu o Cartão Merenda para apenas um terço dos estudantes da rede, ignorou a falta de recursos tecnológicos para acesso às atividades digitais pelos estudantes e educadores, e manteve, ainda, os gestores e pessoal administrativo em regime de plantão nas escolas, desconsiderando todas as recomendações sanitárias. O protocolo de retorno, apesar da “escuta” da rede, vem desconsiderando as inúmeras manifestações de preocupação com a propagação do vírus entre educadores, estudantes e familiares.

Sabemos que o momento exige respostas imediatas, que não podemos perder um segundo: vidas estão sendo perdidas por incompetência e má-fé daqueles que foram eleitos para cuidar do povo.

Superada – esperamos que no tempo mais breve possível – a crise do coronavírus, será a hora de colocar em ação as propostas do Programa de Governo do PT para o município de São Paulo, com vistas à construção de uma São Paulo que proteja e cuide das pessoas, repleta de oportunidades e voltada para o futuro.

Destacamos abaixo 13 PROPOSTAS EMERGENCIAIS para o enfrentamento da pandemia na cidade:

1) Renda Básica Cidadã. Durante a pandemia de Covid-19, a sociedade brasileira conquistou uma renda básica emergencial, paga na forma do Auxílio Emergencial. O Auxílio foi pago para 3.496.989 pessoas em São Paulo. Isso significa que essas pessoas e suas famílias vivem na cidade mais rica do país com uma renda baixa, de acordo com as referências internacionais de linha de pobreza, e que hoje há mais pessoas recebendo o Auxílio Emergencial do que com carteira assinada na cidade. É proposta do PT realizar, de forma imediata, a complementação dos benefícios do Programa Bolsa Família para R\$ 100,00 por pessoa das famílias beneficiárias, além de instituir a Renda Básica de Cidadania, pagando benefício em moeda própria do município, para todos com renda per capita até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo, mesmo padrão do Auxílio Emergencial, incluindo crianças e idosos.



- 2) Criação de Comitê de Crise Intersecretarial para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, incluindo ações de combate à miséria, à fome e ao genocídio da população negra, e em prol da geração de trabalho e renda, para atender à população em estado de vulnerabilidade, atingida pela crise sanitária. Ao Comitê, cabe envolver setores do governo e da sociedade relevantes para esta atuação, tais como órgãos das Subprefeituras, educadores, ONGs ou grupos já constituídos por iniciativa da população, nos bairros e comunidades, pelos comerciantes, entre outros. A Prefeitura deve, além dessas medidas, apoiar e incentivar grupos de solidariedade.
- 3) Massificação dos testes para diagnóstico da Covid-19 em todo o município, especialmente nas regiões periféricas.
- 4) Plano emergencial para levar os serviços médicos e sanitários a todos, especialmente da atenção básica. Reforma administrativa urgente no Sistema Único de Saúde para enfrentar a morosidade de respostas da direção municipal do SUS às crescentes demandas para o enfrentamento não só da Covid-19, mas também da desorganização instalada na rede com o cancelamento de cirurgias eletivas, exames e tratamentos. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, pacientes com HIV/ Aids, lúpus, tuberculose, hanseníase, doença de Crohn, osteoporose, psoríase, artrite e dermatomiosite estão entre os que mais declaram que a pandemia trouxe um impacto negativo para o tratamento de suas doenças e dificuldade em encontrar medicamentos.
- 5) Negociar a suspensão de ordens de despejo e remoção de ocupações enquanto durar a pandemia do novo coronavírus.
- 6) Garantir de forma rápida, e com todos os meios necessários, a ocupação dos ônibus apenas com passageiros sentados.
- 7) Implementar iniciativas voltadas às bicicletas, tomando o exemplo do que foi executado em outras cidades, como Bogotá, Paris e Belo Horizonte, ativar ciclofaixas operacionais e facilitar o deslocamento de ciclistas e pedestres nos pontos mais críticos do sistema viário.
- 8) Instituir um programa emergencial de adequação de edificações estatais e de construção de novas edificações para uso público. Tendo em vista que, além do isolamento social, a higiene pessoal é um requisito decisivo para contenção da contaminação pelo Sars-CoV-2, e considerando que muitas medidas governamentais e de setores da sociedade têm estimulado o retorno em massa a atividades sociais e econômicas com proximidade física, é necessário garantir a oferta de instalações sanitárias que atendam à diretriz de saúde pública adequada aos protocolos da OMS,



notadamente em escolas e outros edifícios públicos com forte concentração de usuários em espaços fechados e em logradouros com alta circulação de transeuntes.

9) Investir fortemente em material de divulgação e informação pública sobre os riscos e as medidas a serem adotadas para prevenção do contágio, tendo em vista que o distanciamento social e o isolamento dos infectados é uma providência historicamente adotada em casos de contaminação comprovada. As campanhas realizadas precisam ser adequadas aos diferentes segmentos da sociedade, particularmente junto a trabalhadores da área da saúde e educadores. Sempre que possível, inserir o tema nos currículos escolares, incluindo também informações sobre a pandemia e o papel das vacinas, bem como seu processo de produção e universalização.

10) Implantar wi-fi livre, de banda larga, em toda a cidade, ampliando e viabilizando o acesso de educadores e educandos. A pandemia de Covid-19 mostrou a importância de se ter internet em casa. As crianças com acesso à rede têm mais chances de continuar os estudos. Os pais e mães que possuem acesso à internet podem trabalhar à distância e ter menos exposição ao vírus. Sem contar com as facilidades e o acesso a serviços públicos online, que tornam mais ágil a vida de quem está conectado.

11) Distribuição de equipamento técnico (tablets) para educadores e educandos, com materiais didáticos digitais e aplicativos pedagógicos.

12) Não retomada das aulas presenciais em 2020, mas somente quando nos encontrarmos em situação de plena segurança sanitária. Estabelecer políticas de adequação de prédios, equipamentos, materiais e insumos necessários, levando em conta o Protocolo de Retorno às Aulas em 2021, de maneira que as aulas possam ser retomadas com plena segurança sanitária, e reorganizar o calendário e o currículo num contínuo 2020/2021, para garantia do Direito à Educação para todas e todos.

13) Oferecer alternativas seguras para o cuidado dos filhos menores de mães e pais obrigados a trabalhar durante a pandemia.

// SÃO PAULO DO FUTURO



A São Paulo do Futuro é a cidade que coloca a tecnologia a serviço da qualidade de vida de todas as pessoas que moram e transitam pela cidade. Porque, mais do que melhores máquinas e aplicativos, o futuro se faz com pessoas. A São Paulo do Futuro é uma cidade mais humana.

É a cidade da Transição Ecológica como articuladora das políticas públicas, que reduz emissões de carbono, em consonância com os acordos internacionais. Uma cidade mais saudável e planejada, mais limpa e arborizada. É a cidade da cultura, em que novas produções convivem com as tradições e preservam sua história. É a cidade das oportunidades econômicas e do trabalho, mas que sabe respeitar o direito à tranquilidade. É a cidade que educa de forma integral, assegurando a todas e todos o acesso ao conhecimento, sem separá-lo do direito ao esporte e ao lazer.

A São Paulo do Futuro é a cidade das tecnologias digitais, que representam inúmeras oportunidades de comunicação e de negócios, mas trazem também novos problemas, como a falta de segurança no transporte de passageiros, a precarização do trabalho de entregadores e as dificuldades na educação à distância, questões que o Poder Público precisa ajudar a enfrentar.

A criatividade e a ousadia têm sido marcas das gestões petistas na cidade. E são qualidades que não faltam ao candidato à Prefeitura Jilmar Tatto. Com criatividade e ousadia, construiremos a São Paulo do Futuro, a São Paulo com que sonhamos.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Na primeira gestão do PT à frente do município, Luiza Erundina implementou a municipalização dos serviços de transporte, elevou a frota de ônibus comuns, reformou ônibus sucateados, pôs em circulação 70 ônibus a gás. Subsidiou fortemente as tarifas, criou 17 linhas de ônibus especiais, diminuiu o número de passageiros transportados por metro quadrado e implantou faixas exclusivas em 18 avenidas. Com Marta Suplicy, o PT implementou os corredores de ônibus pela esquerda, que reduziram o tempo das viagens de ônibus; o Bilhete Único, que possibilitou a integração das viagens de ônibus

no interior do sistema, reduzindo o custo das famílias com transporte; combatemos ainda o transporte clandestino e promovemos a interligação do sistema de transportes, priorizando a conexão de bairros para além do centro expandido.

Na gestão Haddad, a área de transportes gerou 35 mil empregos. Foram criados 423 km de faixas exclusivas de ônibus, aumentando a velocidade média nos horários de pico e economizando, em média, 4 horas por semana dos passageiros. Foi implantada a Rede da Madrugada de linhas noturnas, uma demanda histórica de trabalhadoras e trabalhadores do período, promovendo também maior acesso ao lazer e à cultura e beneficiando mais de 800 mil pessoas. A frota de ônibus foi modernizada, com inclusão de ar condicionado, wi-fi e conexões USB. Foram criadas novas modalidades temporais do Bilhete Único (mensal, semanal e diário), barateando o custo do transporte público e possibilitando seu uso para lazer e aos finais de semana, sem onerar as famílias. Foi no governo Haddad que estudantes conquistaram a reivindicação histórica do passe livre, contemplando 637 mil pessoas de baixa renda. A gratuidade para idosas e idosos foi ampliada, reduzindo a idade para acesso ao benefício de 65 para 60 anos. Foi contratada, ainda, uma auditoria internacional para analisar contratos, implantando assim uma política de transparência de informações que acabou com a caixa-preta do custo do sistema de transportes.

Na área de mobilidade ativa, a gestão Haddad impulsionou o uso da bicicleta como veículo de transporte (não só como lazer), com a implantação de mais de 400 km de ciclovias e ciclofaixas segregadas – aumentando em 66% o número de usuários de ciclovias e reduzindo em 34% as mortes de ciclistas.

Segundo dados do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), o custo anual no sistema público de internações provenientes de acidentes no trânsito chega a R\$ 52 bilhões. A redução da velocidade nas vias baixou em mais de 20% as mortes no trânsito no último ano de gestão, salvando cerca de 260 vidas, diminuindo em cerca de 9 mil os feridos por ano, e poupando à cidade um prejuízo de mais de 400 milhões de reais, segundo estimativas do IPEA.

A instituição do Plano de Mobilidade (PlanMob) de São Paulo foi outra importante conquista. Este Plano consolida-se como instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, Infraestrutura de Transporte de Bens e Pessoas no município, pelo período de 15 anos, estabelecendo diretrizes e apontando ações necessárias.

A gestão Doria/Covas, no entanto, promoveu um conjunto de retrocessos nas políticas no campo da mobilidade. Fazendo do aumento dos limites de velocidade para os automóveis nas Marginais uma bandeira de campanha, o governo do PSDB na cidade de São Paulo aumentou a quantidade de mortes nessas vias, que vinham experimentando uma sensível redução na quantidade de acidentes fatais desde 2014. Com apenas um mês de governo Doria na Prefeitura, logo após o aumento das velocidades autorizado em janeiro, os acidentes voltaram às Marginais. Dados do GeoSampa mostraram que

houve um aumento de 23% na quantidade de acidentes fatais nas avenidas Marginais já em 2017. De 2017 para 2018, foi registrado um novo aumento da letalidade, de 12,5%. A interrupção das políticas de segurança no trânsito ao longo desses anos fez com que cerca de 300 vidas fossem ceifadas.

A opção “carrocêntrica” do tucanato tem promovido piora na qualidade de vida na cidade. As faixas exclusivas de ônibus tiveram seus horários de funcionamento reduzidos. O viaduto Plínio de Queiroz, exclusivo para ônibus desde a gestão Haddad, foi liberado para carros na gestão Doria, provocando intenso congestionamento e paralisando a circulação dos coletivos. Onde carros são livres para correr, pedestres, ciclistas, motociclistas e outros condutores de automóveis transitam com medo, expostos a acidentes violentos e aos efeitos da poluição atmosférica para a saúde.

O impacto econômico das altas tarifas no transporte público no orçamento do trabalhador brasileiro é enorme. Em 2018, um levantamento do IBGE apontou que os gastos das famílias brasileiras com transporte ultrapassaram as despesas com alimentação. A gestão do PSDB nada fez para reverter esse cenário. Após cinco anos de atrasos e batalhas judiciais, ajustes do Tribunal de Contas do Município, e um gasto acima dos R\$ 30 bilhões em contratos de emergência, a licitação das linhas de ônibus de São Paulo levada a cabo por Bruno Covas em 2019 não trouxe nenhuma nova empresa para a cidade de São Paulo: em 31 dos 32 lotes lançados ao mercado, houve proposta de apenas uma empresa, sempre a atual operadora. Com prazo de 15 anos de concessão, o contrato, de R\$ 63 bilhões de reais, não previu sequer o aumento da frota, que, ao contrário, foi reduzida em mais de 250 ônibus, enquanto a população segue sofrendo com veículos lotados e sucateados.

A despeito da queda na qualidade do transporte, as tarifas de ônibus, que tinham sido congeladas nos últimos dois anos da gestão Haddad, não pararam de subir na gestão Doria/Covas, superando a inflação e chegando a R\$ 4,40. O saldo carregado nos bilhetes, por sua vez, passou a ser considerado pelo seu valor nominal, não mais pelo seu valor em passagens, tornando usuários reféns dos múltiplos reajustes de tarifa. Além disso, os tucanos promoveram várias restrições no uso do Bilhete Único, como o fim do Passe Livre Estudantil e limitações no uso do Bilhete Único Estudante, que afetaram aproximadamente um milhão de alunas e alunos. Se anteriormente estudantes podiam fazer até oito viagens em 24 horas, com as mudanças impostas por Covas, passaram a ter direito a apenas quatro viagens, restritas a dois blocos de tempo de duas horas. Foi reduzido o tempo de integração para o Bilhete Único Comum e o Vale-Transporte, de quatro para três horas, agora limitado a dois embarques. Com a extinção do Bilhete Único anônimo, foram atingidos inúmeros turistas, que movimentam a economia do município. O conjunto de restrições implantadas teve como diretriz reduzir os direitos conquistados pelos paulistanos e aumentar a arrecadação do sistema, sem levar em conta as necessidades dos usuários, nem as vantagens para a cidade quando se incentiva a substituição do carro pelo transporte coletivo.

Soma-se a este cenário, a falta de investimento em infraestrutura, até mesmo para manutenção de viadutos e pontes, que gerou interdições como a da ponte do Jaguaré – fechada por cinco meses, e cuja obra emergencial “esqueceu” de reformar as calçadas e de implantar a ciclovia já projetada e aprovada para o local –, viadutos Mofarrej, Alcântara Machado e pontilhão do Córrego Três Pontes, promovendo o caos no trânsito da cidade. As ciclovias já implantadas na gestão Haddad, com material refletivo e antiderrapante, tiveram sua sinalização apagada por Doria e Covas, desperdiçando investimento público e colocando em risco a vida de quem circula por elas. Nos três primeiros anos da gestão, as verbas para obras na área foram contingenciadas, e as ciclovias, abandonadas, congelando a expansão da rede e comprometendo a segurança dos usuários. Apenas no último ano da gestão PSDB, já às vésperas da eleição, foram construídas algumas poucas dezenas de quilômetros de ciclovias e conexões, em número, porém, muito inferior àquele estipulado pelo PlanMob.

O afã privatista da atual gestão trouxe prejuízos à implantação de projetos importantes para os munícipes. Os sistemas de aluguel de bicicletas, administrados somente pela iniciativa privada, concentraram a oferta nas áreas nobres da cidade, não contribuindo para a redistribuição modal fora do centro expandido. A promessa de implantação de várias estações fora do centro expandido não se concretizou. A política de concessão de bicicletários em praças públicas, fechados ao sabor da conveniência de empresas (como no caso da Praça dos Arcos e da Estação Paraíso), trouxe dificuldades para a integração modal com ônibus e metrô e o acesso de ciclistas à região da Paulista.

Em 2016, o secretário de Transportes Jilmar Tatto implantou a Zona Azul digital, que melhorou e dinamizou o sistema de estacionamento rotativo na cidade, erradicando as fraudes e aumentando a receita. Mas a gestão Doria/Covas privatizou, em 2020, as 40 mil vagas da Zona Azul, por período inicial de 15 anos para uma única empresa. A operação e a fiscalização do sistema, curiosamente, foram mantidas sob a responsabilidade dos agentes da CET, com grande ônus para o município, além de facultar à Estapar a utilização de novos sistemas de fiscalização por imagem. A privatização da Zona Azul atenta, ainda, contra a tendência de se liberar a via pública para modais de transporte mais eficientes e menos poluentes que o automóvel, impedindo ou dificultando a implantação de ciclovias e corredores de ônibus, além da ampliação de calçadas e parklets para incentivo ao comércio local nas vias onde existem vagas de Zona Azul.

Paralelamente, as empresas municipais de transporte e trânsito seguem sucateadas, sem investimento nem renovação do quadro de funcionários e com equipamentos obsoletos. Enquanto a tarifa do transporte público crescia acima da inflação, o uso do espaço público para estacionamento de veículos privados, a Zona Azul, passou toda a gestão Doria/Covas sem um único centavo de reajuste no preço. A partir da concessão, pelos próximos 15 anos, as possibilidades de reajustes no estacionamento estão limitadas apenas à inflação, prejudicando uma das ferramentas de controle da Prefeitura para otimizar o uso dos espaços públicos e ter arrecadação para subsidiar os

investimentos em mobilidade ativa e coletiva.

Frente a esse quadro, faz-se urgente devolver à cidade de São Paulo uma gestão comprometida com os interesses do conjunto da população, para sua melhor e mais segura mobilidade. Para uma São Paulo do Futuro mais eficiente, ativa e saudável.

PROPOSTAS PARA A MOBILIDADE DO FUTURO

O Plano de Governo de Jilmar Tatto para a Mobilidade Urbana tem como diretriz a defesa do transporte público e das formas ativas de mobilidade, compreendidas como mais humanas, eficientes, saudáveis, democráticas e econômicas, bem como o compromisso de seguir a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que prioriza a mobilidade ativa sobre a motorizada, e a coletiva sobre a individual, tanto em relação ao espaço físico, quanto na alocação de recursos para investimentos e ações.

- Implementar a Tarifa Zero nos ônibus da cidade até o fim do mandato. Famílias pauperizadas e sem renda não podem ter de escolher entre pagar pelo transporte ou pela própria alimentação. A Tarifa Zero possibilita a pessoas sem emprego a busca por um novo trabalho, garante aos estudantes de baixa renda o acesso à escola/universidade, permite um melhor acesso aos serviços de saúde, cultura, esporte, lazer e assistência e facilita o consumo e a circulação de bens, promovendo direitos, a descentralização e a integração entre regiões da cidade e o crescimento econômico.

Uma vez que a implantação da Tarifa Zero se dará de forma gradativa ao longo dos quatro anos de gestão, regras de transição serão adotadas para garantir subsídios ao transporte de estudantes, população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, desempregados, idosos e gestantes, que contarão com bilhetes especiais e passe livre já no primeiro ano de gestão.

- opção e compromisso político, e obtidos a partir do maior controle e transparência nos contratos de cessão de linhas a concessionárias, fiscalização dos serviços, promoção de maior eficiência do sistema municipal de transportes e de uma política de geração de receitas, garantindo subsídios à priorização das modalidades ativas e coletivas de transporte. Outra fonte de financiamento para o custeio da tarifa zero virá da cobrança de estacionamentos públicos, especialmente em locais que favoreçam a integração com o transporte coletivo.

- Promover a eficiência do sistema de transporte público, assegurando: a intermodalidade (que facilita a integração entre os diversos modais – ônibus, metrô, trem, bicicleta, carro, motocicleta, transporte a pé); a oferta de um serviço de qualidade, com maior conforto e segurança para os usuários; previsibilidade, regularidade, acessibilidade e capilaridade da oferta; investimentos em infraestrutura (terminais e corredores de ônibus, abrigos, ciclovias, bicicletários, calçadas); a aplicação de tecnologias de ponta para controle da circulação de ônibus, dos tempos semafóricos e monitoramento do trânsito; e uma reconceitualização da gestão do trânsito na cidade, de modo a promover uma circulação mais segura, a prioridade do transporte coletivo e dos modos ativos, uma política de estacionamento, autorizações e sinalização adequados aos princípios da intermodalidade e uso democrático do espaço público.

- Criar uma Empresa Pública Municipal de Transporte Coletivo para operar o sistema

de transporte da cidade. Uma empresa de energia limpa e renovável, ambientalmente sustentável.

- Investir em infraestrutura para o transporte coletivo público, com a reforma e a ampliação de terminais de ônibus, corredores exclusivos e abrigos e pavimentação de ruas que servem à circulação de ônibus, contemplando as áreas mais periféricas da cidade. Semáforos inteligentes devem ser instalados junto a equipamentos tecnológicos avançados de controle e monitoramento do trânsito, por meio de investimentos que, entre outros, não exponham mais a cidade aos frequentes “apagões” de semáforos resultantes da instalação de lâmpadas de baixa qualidade, e conferindo maior previsibilidade ao sistema de transporte coletivo.
- Instalar pontos de ônibus com coberturas e iluminação, especialmente nos bairros, melhorando a segurança de usuárias e usuários em horários de menor circulação e sob condições meteorológicas adversas.
- Rever o contrato de operação do transporte coletivo e o contrato de privatização da Zona Azul, que deverá ser objeto de auditoria. Sabe-se que a falta de concorrência na área e o sistema de remuneração por passageiro, ao invés do quilômetro rodado, onera os cofres públicos e responde pela superlotação e baixa qualidade do serviço prestado pelas concessionárias de ônibus.
- Retomar o planejamento aprovado pelo PlanMob, que previa a expansão de novos 500 km de estrutura cicloviária a cada 4 anos – priorizando a conexão entre ciclovias, em especial, e as transposições dos rios, viadutos e pontes e novas ciclovias/ciclofaixas na periferia. O investimento deverá contemplar a instalação de equipamentos como grades de proteção e sinalização adequada. Segundo a Pesquisa Origem e Destino (O/D 2017), as viagens de bicicleta cresceram 24% e as a pé, 6% no município de São Paulo em relação a 2007. A escolha por esse modal de transporte vem crescendo consideravelmente, e deve continuar a ser incentivada para que tenhamos uma cidade com menos carros, menos acidentes, menos poluição, mais saúde e qualidade de vida, e aliviando aglomerações nos ônibus, trens e metrô.
- Criar um sistema público de aluguel de bicicletas, que atenda o ciclista paulistano para além das regiões nobres, onde a oferta desse serviço pela iniciativa privada tem se concentrado, alcançando as periferias.
- Estabelecer políticas de incentivo financeiro à aquisição e à manutenção de bicicletas. Deverá ser regulamentada a lei que criou o Programa BikeSP, que prevê o repasse de subsídios da Prefeitura aos trabalhadores que adotam a bicicleta para seus deslocamentos.
- Construir bicicletários públicos, com segurança e acessibilidade, especialmente junto a estações de metrô e trem, terminais de ônibus, escolas públicas municipais, parques e equipamentos de saúde.
- Construir calçadas e superquadras pedonais, e instituir ruas exclusivas para circulação de pedestres, especialmente em regiões de elevada circulação de pessoas, como nas

regiões da 25 de Março e da Santa Ifigênia. Outra iniciativa será a implantação de vias de trânsito compartilhado, priorizando a circulação do pedestre, com acesso aos veículos em condições de segurança.

- Assumir como dever do poder público municipal a responsabilidade pela construção e manutenção de calçadas, assumindo o compromisso de revitalizar as calçadas e implantar, em particular nos territórios das favelas e das periferias, calçadas que possibilitem o trânsito de pedestres.
- As viagens a pé constituem 29,9% de todas as viagens realizadas no município, tendo respondido por 45% das vítimas fatais por acidentes de trânsito em 2019. É preciso especial atenção do poder público quanto à garantia das condições para que pedestres possam circular com segurança e conforto.
- Padronizar critérios para as calçadas dentro dos parâmetros de acessibilidade universal: eliminar interferências e obstáculos à livre circulação, instalar iluminação pública longitudinal à calçada (no sentido de melhorar as condições de visibilidade e segurança dos pedestres), implantar travessias elevadas e faixas de pedestre.
- Acalmar a cidade, criando Zonas Calmas, redesenhando vias segundo os conceitos de Visão Zero e adotando tempos semaforicos que permitam a travessia segura das vias – especialmente de idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Criar uma estrutura de assistência para trabalhadores de aplicativos. Cientes de que a ausência de vínculo empregatício entre trabalhadores e aplicativos expõe ciclistas e motociclistas à falta de condições mínimas de trabalho – lugar para descanso, alimentação e uso de sanitários, por exemplo –, serão criadas as Casas da Bicicleta, com wi-fi, bebedouros, banheiros, chuveiros, bicicletários e outros itens para melhorar as condições de trajeto e trabalho. Além disso, praças e outros logradouros, em diferentes regiões da cidade, também receberão investimentos na construção de bancos, sanitários, mesas, vagas de estacionamento para bicicleta e motocicleta e sinal de wi-fi.
- Criar o serviço Linha da Saúde, nos moldes do atual Atende, para o transporte de pacientes crônicos (pessoas em tratamento para câncer ou que necessitem constantemente de hemodiálise, por exemplo) e/ou com dificuldades para se locomover até o hospital ou unidade de saúde, com agendamento por meio de aplicativo a ser desenvolvido e operado no âmbito da SPTrans.
- Instituir a figura dos agentes comunitários de trânsito nas subprefeituras, favorecendo a descentralização e a capilaridade da administração pública.
- Ampliar o programa de educação para a mobilidade junto a professores e nas escolas municipais, adequando a política educacional da CET à necessária prioridade dos modos ativos e do transporte coletivo em detrimento do carro.
- Disponibilizar parte da frota de ônibus e micro-ônibus municipal para escolas públicas municipais que precisem transportar estudantes para excursões.
- Desenhar políticas específicas voltadas à inclusão de gênero, raça, classe, idosos, jovens, pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, temporária ou permanente.

Entre outras medidas, será preciso: investir em políticas de prevenção ao assédio sexual nos coletivos e realizar campanhas e conscientização de trabalhadores do transporte e usuários, garantindo a segurança e o conforto de mulheres e população LGBTQIA+ para a circulação; retomar campanha de segurança no desembarque, permitindo descer fora do ponto entre 20h e 6h.

MEIO AMBIENTE

A mudança climática é um dos maiores desafios da atualidade e seus impactos afetam desde a produção de alimentos até a redução dos reservatórios de água, o que tem desestabilizado a sociedade e o meio ambiente. Sem uma ação drástica, superar as consequências desses impactos será mais difícil e custoso no futuro. Ainda que as mudanças sejam globais, os impactos já são sentidos de maneira desigual nos locais, o que aponta para a necessidade de ampliar as capacidades das administrações públicas municipais para responder a esses desafios com políticas públicas efetivas, investimentos e o envolvimento da sociedade de maneira integrada.

A comunidade internacional está voltada para construir ferramentas de gerenciamento da crise climática, mas é igualmente importante que gestores do executivo e vereadores tenham claro que é no município que tal fenômeno se concretiza e que, portanto, devem trabalhar para não apenas conter os agentes provocadores da crise, como promover mecanismos para gerenciar suas consequências. A articulação do poder público integrado com a sociedade, organizada ou não, pode ser determinante para salvar vidas.

É com esse entendimento que a Transição Ecológica se torna o eixo articulador de todas as políticas do PT e da cidade. Mais do que propor um processo que leve a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, a Transição Ecológica nos convida a repensar nossas relações sociais, ambientais e afetivas.

O Plano Diretor Estratégico (PDE), elaborado pela gestão Haddad, trouxe importantes avanços para a agenda ambiental de São Paulo, integrando as demandas ambientais ao desenvolvimento da cidade. O PDE ampliou em 53% as Zonas Especiais de Proteção Ambiental e instituiu o Fundo Municipal para Parques, visando o financiamento da implantação de parques e o incentivo à conservação de áreas verdes. Diversas outras ações das gestões petistas contribuíram para a sustentabilidade ambiental da cidade, em especial nas áreas da gestão dos resíduos sólidos e mobilidade urbana.

Estima-se que a poluição do ar seja responsável por 4,6 mil mortes ao ano na cidade de São Paulo. Os carros respondem por 73% das emissões de gases poluentes. Embora a população mais rica viva em regiões com movimentação maior de carros, quem mais adoece com a poluição são moradores da periferia, na medida em que perdem mais tempo no deslocamento do trabalho para a casa. Pesquisa efetuada pelo IBOPE-Inteligência e Rede Nossa São Paulo em 2019 mostra que o paulistano gasta em média 2h25min nos deslocamentos diários para cumprir com os seus compromissos cotidianos. A própria falta de renovação da frota de ônibus, que respondem por 24% das emissões, contribui para a queda na qualidade do ar. Daí a importância de se incentivar a mobilidade ativa e investir na qualidade e eficiência do transporte coletivo.

Outras medidas importantes para a preservação do meio ambiente nas gestões do PT foram a introdução da cota ambiental na Lei do Zoneamento, o projeto de lei do IPTU Verde e políticas de desconto no IPVA para veículos não poluentes – que ainda demandam melhorias e ampliação.

É preciso frear a destruição de nossas áreas de preservação ambiental, recuperar e proteger nossas nascentes e margens de rios, garantir a permeabilidade do solo às águas das chuvas. O desrespeito a nossos rios tem cobrado um preço alto da cidade de São Paulo. Não podemos continuar despejando em nossas águas dejetos sem tratamento, ocupando as áreas de várzeas, nem permitir que a cidade fique dois dias parada debaixo d'água, como aconteceu por ocasião das enchentes de fevereiro deste ano em São Paulo – sem que, aliás, a atual gestão oferecesse auxílio ou reparação adequada às famílias e negócios atingidos.

A ampliação da cobertura verde também é fundamental para a cidade. O projeto Árvores no Asfalto é exemplo de inovação nas soluções para um uso mais qualificado do solo urbano, aumentando a arborização na estrutura viária consolidada da cidade. Não é possível pensar que “jardins verticais”, como o implantado na 23 de Maio nos primeiros dias da gestão Doria, perecíveis e com absurdo consumo de água, sejam substitutos para árvores plantadas no chão ou para a criação e a conservação de áreas verdes.

A São Paulo do Futuro é uma cidade mais verde, que respeita a natureza e beneficia-se dela.

PROPOSTAS PARA UMA SÃO PAULO SUSTENTÁVEL

- Instrumentalizar a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para que ela se torne articuladora de iniciativas multissetoriais, voltadas à transição para uma economia de baixo carbono.
- Estabelecer estratégias e políticas de adaptação às mudanças climáticas que estimulem a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa e o desmatamento líquido zero até 2024.
- Priorizar a implementação do Fórum Municipal para Mudanças Climáticas e convidar os municípios do entorno a comporem o Fórum Metropolitano Paulista de Mudanças Climáticas.
- Criar mecanismos para que indústria e comércio se adaptem ao modelo produtivo com baixa emissão de Gases de Efeito Estufa e poluentes.
- Criar programas municipais que estimulem a sociedade civil a elaborar projetos para gerenciamento das crises climáticas, buscando parcerias internacionais baseadas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como com universidades da região.
- Combater a poluição atmosférica, adotando um sistema de indicadores de poluição e uma política de metas para a melhoria das condições ambientais, além de implantar um sistema de informação regionalizada da qualidade do ar.

- Promover o uso de energias renováveis e a substituição gradual dos combustíveis fósseis, com metas definidas, por outros de menor potencial de emissão de gases de efeito estufa e de poluição atmosférica, conforme explicitado no Programa de Mobilidade Urbana e Transportes.
- Implantar uma política de enfrentamento de riscos, que inclua o mapeamento de enchentes e deslizamentos, monitoramento, prevenção, contingência e mitigação de riscos, por meio de um sistema de alarme e resposta com a participação da população local na identificação e na antecipação de desastres e na priorização dos investimentos.
- Implantar o Parque Natural Morro do Cruzeiro. O Pico do Cruzeiro é o 3º ponto mais alto da cidade de São Paulo, menor apenas que o Morro do Pavão e o Pico do Jaraguá, ambos na zona norte da cidade. Também chamado de Pico São Rafael, Morro Pelado ou Mutuçununga, o Pico do Cruzeiro é o ponto culminante da Zona Leste paulistana, localizado entre os bairros São Mateus e Cidade Tiradentes, na divisa com o município de Mauá.
- Implantar o Parque Linear Cipoada na região de São Mateus, entre os bairros Jardim Rodolfo Pirani e Jardim São Francisco.
- Criar o Parque do Bixiga, em terreno localizado na R. Jaceguai, na Bela Vista, garantindo a participação popular em sua gestão.
- Implantar o Parque Augusta, localizado entre as ruas Augusta e da Consolação, na região central, com preservação do patrimônio natural, arquitetônico e arqueológico do terreno e garantindo a participação popular em sua gestão.
- Oferecer apoio ao município para o plantio de árvores e fornecer mudas.
- Ajustar a cartilha existente e concluir o “Manual de arborização urbana”, que está em elaboração por comissão de agrônomos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), no qual constarão as espécies de árvores adequadas ao plantio na cidade e formas de plantio.
- Criar a Comissão Municipal Interinstitucional de Educação Ambiental (CIMEA), a fim de implantar a Política Municipal de Educação Ambiental, juntamente com a pasta de Educação.
- Estimular e apoiar processos de formação de educadores ambientais, bem como a formação ambiental continuada e inicial de professores dos sistemas de ensino.
- Criar programa de oficinas nos parques sobre políticas públicas ambientais, formação de lideranças ambientais e hortas orgânicas, entre outros.
- Contribuir com a organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental.
- Elaborar, a partir de processo participativo, o Plano de Sustentabilidade Ambiental Municipal, com metas e indicadores para: espraiamento urbano; adensamento construtivo; geração, minimização, reciclagem e disposição de resíduos; redução das perdas de vegetação natural e de habitats e ampliação do sistema de áreas verdes e protegidas; qualidade das águas e proteção dos mananciais; qualidade do ar e controle

de emissões de gases de efeito estufa; impermeabilização do solo e eliminação de deficiências na macrodrenagem.

- Definir indicadores e metas de sustentabilidade na revisão do Plano Diretor e dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras.
- Fortalecer o processo de planejamento ambiental participativo e gestão ambiental por subprefeituras.
- Reduzir a tributação dos edifícios verdes, projetados de acordo com os princípios de sustentabilidade do Plano de Sustentabilidade Municipal.
- Fortalecer a fiscalização ambiental.
- Efetivar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável.
- Ampliar a participação e a transparência na gestão das áreas verdes, parques e praças da cidade.
- Consolidar a implantação das Unidades de Conservação de Proteção Integral (parques naturais municipais: Fazenda do Carmo, Cratera de Colônia, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé).
- Implantar Núcleos do Programa de Jovens da Reserva da Biosfera nos extremos do município, de forma articulada com as subprefeituras: no Sul e Leste, nos parques naturais existentes, fortalecendo, por exemplo, o Núcleo do Programa de Jovens das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) em Parelheiros; no Norte e Oeste, em parceria com o Estado – nos parques da Cantareira e Fazenda Tizzo – e com as organizações não governamentais locais, empregando recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente.
- Elaborar e implantar o Plano de Manejo da APA Bororé-Colônia e o da APA Capivari-Monos, fortalecendo e ampliando a gestão participativa.
- Integrar a gestão das APAs municipais e estudar a ampliação de seus limites para a região do Jaceguava, como estratégia para maior controle social do uso e ocupação do solo na região, em especial para protegê-la da especulação imobiliária.
- Articular a criação de um Mosaico de Áreas Protegidas na área Sudoeste da região metropolitana de São Paulo, compreendendo as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, os parques naturais municipais Cratera de Colônia, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé, os núcleos Curucutu e Itutinga Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar, a terra indígena Tenonde Porã (atualmente aldeias Barragem e Krukutu) e outras áreas protegidas, estendendo-se desde o parque municipal do Pedroso e Santo André (a Leste) até a Reserva Morro Grande da Sabesp, a Oeste.
- Mapear e registrar a vegetação significativa do município de São Paulo, revendo o mapeamento existente (Decreto Estadual e publicação “Vegetação Significativa do Município de São Paulo”), incluindo as nascentes.
- Aprimorar a legislação de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural municipal, tornando-a menos burocrática e mais atrativa.
- Criar, na zona de amortecimento da Serra da Cantareira, um conjunto de parques urbanos, lineares e unidades de conservação, como medida de proteção aos

remanescentes de mata e biodiversidade ainda existentes.

- Manter o Programa de Implantação de Parques Lineares, como estratégia de minimização de enchentes e de adaptação às mudanças climáticas.
- Rever os mecanismos de autorização para manejo e supressão de vegetação, instituindo novas formas de valoração e compensação, diferenciadas para cada região da cidade.
- Realizar a Conferência Municipal do Meio Ambiente e incrementar mecanismos de controle social sobre a política ambiental da cidade.
- Fortalecer todos os instrumentos que tenham como objetivo proteger os mananciais produtores de água para a cidade e a Região Metropolitana de São Paulo.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Um grande desafio para o próximo prefeito de São Paulo será ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos. Esse desafio ganha maior importância em razão da pandemia de Covid-19 e da aprovação da Lei 14.026, de 2020, que institui um novo marco legal do saneamento, desestruturando a área de saneamento básico e enfraquecendo o poder dos municípios como titulares dos serviços.

O saneamento guarda profunda relação com a saúde pública. Quanto mais saneado estiver o território, menor a incidência de doenças causadas por veiculação hídrica, menos rios e córregos poluídos e mais água disponível para consumo humano.

O advento da Covid-19 mostrou que é preciso ampliar a atenção concernente ao abastecimento de água às pessoas em situação de vulnerabilidade, que vivem nas periferias, nas favelas, nas ocupações e nos cortiços. A pandemia reforçou, também, que é necessário atuar para garantir o acesso à água e ao esgotamento sanitário para as pessoas em situação de rua, já que elas não têm acesso a lavatórios, banheiro e condições para higienização. Da mesma maneira, faz-se necessário disponibilizar equipamentos sanitários voltados ao atendimento de segmentos profissionais como entregadores, motoristas de aplicativos, condutores de ônibus, taxistas, ciclistas e à população em geral.

Uma das nossas prioridades será integrar todas as políticas de saneamento básico, a saber: drenagem, resíduos sólidos, água e esgoto. Não alcançaremos a universalização desses serviços, porém, sem uma integração com a política habitacional, de construção de moradias para população de baixa renda e urbanização de assentamentos precários e com a política ambiental.

A cidade de São Paulo tem o privilégio de dispor de mananciais em território urbano. Por isso, vamos atuar para fortalecer e intensificar as ações para recuperação e conservação destas áreas de proteção. Tais ações necessariamente precisam estar articuladas e integradas com outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo, além de diversos órgãos e instâncias do governo do Estado e da União, garantindo sua vocação como patrimônio de enorme valor cultural, histórico, turístico e paisagístico, do qual a cidade não pode abrir mão.

Esses objetivos serão alcançados com forte presença do poder municipal no acompanhamento e fiscalização das ações da concessionária dos serviços e participação ativa na agência de regulação, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp. Essas ações obterão maior êxito com o funcionamento e protagonismo de instrumentos de participação e controle social.

A prestação de serviços de água e esgoto no município de São Paulo obedece ao convênio

firmado em 2010 entre a Prefeitura e o Estado de São Paulo, ambos responsáveis pela operação, a cargo da Sabesp. Sua execução é acompanhada por um Comitê Gestor formado por 3 membros do Estado e 3 do Município, com presidência alternada a cada 2 anos, entre o governo do Estado e a Prefeitura. Um aditamento contratual estendeu o prazo de universalização dos serviços do ano de 2024 para 2029 e considera que, a partir dessa data, sempre haverá 2% da população considerada inatendível no que se refere ao abastecimento de água e 5% com relação à coleta de esgotos. O novo governo municipal irá buscar junto com a Sabesp soluções para evitar que cerca de 250 mil pessoas fiquem sem acesso à água e outros 600 mil ao esgotamento sanitário. Segundo a Sabesp, na Capital, 86% do esgoto gerado nas áreas regulares são coletados e 70% dos esgotos coletados são tratados. O atendimento com água é de 96,1%. Das ligações de água, 84,14% são residenciais, 9,21% comerciais, 0,98% industriais, 0,19% públicas e 1,48% mistas. Do total de ligações residenciais, apenas 5,91% estão enquadradas na tarifa social.

O convênio define que os investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município provêm de 13% da receita bruta da Sabesp na cidade. A destinação destes recursos é orientada pelo Plano de Investimentos e Metas, que deve ser revisto e atualizado a cada quatro anos. Além disso, a Sabesp deve destinar 7,5% da receita ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI), administrado por um Conselho Gestor Municipal para ações de urbanização e drenagem. A regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização destes serviços, prevista em legislação federal, foi delegada à Arsesp. São Paulo conta também com um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), de 2010, com horizonte de 20 anos, sendo que o novo marco regulatório prevê atualizações a cada dez anos.

O município possui, entre outros instrumentos, a Lei Municipal 17.104/2019, de iniciativa de organizações da sociedade civil, que institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, bem como a política municipal de saneamento, que assegura o princípio da integralidade dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem e resíduos sólidos, em articulação com a promoção da saúde e proteção do meio ambiente. Conta também com a política municipal de revitalização e proteção de nascentes, córregos, rios e demais corpos d'água do território municipal, além do programa municipal de uso de águas pluviais para fins não potáveis.

Assim, a cidade dispõe de um importante conjunto de mecanismos que empregaremos assegurando transparência e ampla participação da sociedade civil, para garantir a universalização do acesso ao saneamento.

Na São Paulo do Futuro, o saneamento básico encontra-se universalizado e é garantido a toda a população, que conta com acesso pleno ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos e adequado manejo das águas pluviais.

PROPOSTAS PARA O SANEAMENTO DO FUTURO

- Fortalecer o papel do município como titular dos serviços de saneamento básico e atuar pela consolidação da prestação pública do saneamento.
- Criar, na administração municipal, instância voltada ao saneamento e segurança hídrica, responsável pela elaboração e execução das Políticas Municipais, bem como pelo acompanhamento e controle da execução dos contratos com a concessionária dos serviços, com rigorosa fiscalização das metas contratuais.
- Atuar em prol da universalização do acesso aos serviços de saneamento na cidade, independentemente da capacidade de pagamento dos munícipes e de suas condições de moradia.
- Atuar pela melhoria da qualidade da água, cobrando da concessionária investimentos para a implantação de tratamentos avançados na produção de água potável, maior eficácia no tratamento de esgotos, com a implantação de sistemas terciários nas estações, além da redução do alto índice de perdas de água atualmente existente.
- Criar mecanismos para avaliar o desempenho do atendimento em abastecimento de água e esgotamento sanitário, com base na melhoria da qualidade dos corpos d'água e em critérios epidemiológicos.
- Atuar pela integração do saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) ao planejamento participativo, associado a políticas públicas de desenvolvimento urbano, habitação, meio ambiente e saúde.
- Fortalecer a articulação metropolitana, a fim de avançar nas políticas públicas inerentes ao setor (habitação, segurança, saúde, saneamento, mobilidade e meio ambiente).
- Criar instrumentos para acompanhamento das ações de saneamento básico na área de cada subprefeitura.
- Fortalecer os instrumentos de participação, transparência e controle social, como, por exemplo, conselhos municipais da cidade, de saneamento básico, comissão de segurança hídrica, de desenvolvimento urbano, de meio ambiente ou de saúde, pautando com relevância os assuntos de saneamento básico nesses espaços, e incluir representação da sociedade civil no âmbito do Comitê Gestor do Contrato.
- Fortalecer o fundo municipal de saneamento básico e articulá-lo aos espaços de participação da sociedade, de modo a garantir a complementação de recursos estaduais ou federais e a permanência dos projetos de saneamento básico e de urbanização de favelas.
- Integrar políticas de saneamento básico, habitação, saúde e meio ambiente na cidade.
- Adotar como critério inscrição no CadÚnico e atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) na categoria de cobrança de tarifa social.
- Adotar procedimentos que garantam o fornecimento diário de um volume mínimo de água a todos os usuários residenciais em situação de inadimplência, o suficiente para as atividades de higiene necessárias à prevenção dos riscos e à promoção da saúde.

-
- Adotar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com impacto no acesso à água e esgotamento.
 - Proteger os mananciais e adotar soluções baseadas no reúso, no combate ao consumo perdulário e na redução de perdas de água.
 - Utilizar tecnologias apropriadas, inclusive tecnologias sociais, para garantir saneamento básico às áreas com infraestrutura mais precária: áreas rurais (povos do campo, da floresta e das águas), favelas, ocupações espontâneas, morros e vilas.
 - Combater os processos de privatização dos serviços de saneamento ambiental propostos pela alteração do marco regulatório. Em caso de privatização ou alienação da Sabesp, evocar a extinção do contrato pela Cláusula 68 do Contrato de Prestação de Serviços:
“O contrato será extinto quando se verificar quaisquer eventos a seguir apontados, nos termos das cláusulas seguintes e da legislação aplicável: (...)”
f) Transferência de controle acionário da SABESP à iniciativa privada.”

DRENAGEM DO SOLO

A ocupação descontrolada do território, tendo como principal vetor a especulação imobiliária, em detrimento do planejamento urbano, levou à impossibilidade de controle da quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

São Paulo tornou-se vulnerável à ocorrência periódica de enchentes por diferentes fatores, tais como: a retificação dos principais rios que cortam a cidade, como o Tietê, o Pinheiros, o Tamanduateí e o Aricanduva; a ocupação das várzeas originais desses rios e o tamponamento de muitos outros, como o Anhangabaú, o Pacaembu e o ribeirão do Bixiga; além da política de construção de avenidas em fundos de vale.

A incapacidade de universalizar a coleta e o tratamento de esgotos (a cargo da Sabesp), alia-se a diferentes deficiências na coleta de lixo, na varrição e na educação ambiental da população, convertendo as enchentes também em um grave problema sanitário.

Nem as grandes obras de aprofundamento de calhas de rios para ampliar e acelerar a vazão, nem a construção de estruturas artificiais de retenção – os chamados piscinões – foram suficientes para compensar a impermeabilização do solo, que impede a retenção natural das águas da chuva.

As mudanças climáticas, agravadas pelas ilhas de calor decorrentes da urbanização, irão gerar cada vez mais eventos extremos, com maior frequência de chuvas torrenciais, alagando as partes baixas da cidade e ocasionando deslizamentos em ocupações vulneráveis.

A falta de acesso a condições adequadas de moradia nas regiões já urbanizadas obriga as populações de baixa renda a se instalarem em qualquer espaço desocupado, em áreas sem infraestrutura, cada vez mais distantes, não raro ainda vegetadas, em beiras de córregos e encostas de grande declividade.

São Paulo precisa priorizar o investimento na governança de suas águas. Diversas cidades ao redor do mundo conseguiram criar um ambiente urbano mais favorável à convivência e ao bem-estar da população, por meio, entre outras medidas, da recuperação de seus rios e represas e da exploração de todas as possibilidades de aproveitamento dos recursos hídricos existentes, reduzindo drasticamente os desperdícios.

PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SEM ENCHENTES

- Ampliar a proporção de solo permeável nas praças e calçadas, equipamentos e edifícios públicos e nos imóveis privados, industriais, comerciais e residenciais.
- Implantar reservatórios de retenção das águas pluviais nas edificações públicas e privadas, com aproveitamento da água para usos nos quais não seja necessária potabilidade.

-
- Manter o sistema de microdrenagem – bueiros, galerias, canais – completamente desobstruído e, onde necessário e possível, redimensioná-lo para comportar volumes maiores.
 - Atuar para que qualquer canalização de córregos seja feita a céu aberto e substituir a implantação de novos piscinões, que geram forte degradação urbana, por outras soluções de retenção das águas pluviais.
 - Ampliar os programas de revitalização, desassoreamento e despoluição de rios e córregos.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Garantir a limpeza pública e dar o destino correto aos resíduos produzidos em uma metrópole como São Paulo segue sendo um tema sensível nas agendas governamentais. São Paulo, com seus mais de 12 milhões de habitantes, produz em média 20 mil toneladas de resíduos por dia – nas residências, comércios, indústrias, equipamentos públicos, equipamentos de saúde, entre outros. Estes resíduos são recolhidos de diversas formas: coleta porta a porta; coleta seletiva; varrição; limpeza de bueiros e córregos; retirada nos ecopontos. Tais ações realizam-se por meio de empresas privadas autorizadas a operar com resíduos de grandes geradores e entulhos particulares, e de empresas terceirizadas e pagas pela Prefeitura por meio de contratos diversos ou de cooperativas. A destinação final ainda segue o modelo de negócios predominante no Brasil: recolher-transportar-enterrar. São Paulo possui um aterro municipal próprio e moderno instalado em São Mateus. Todavia, este tem cerca de apenas 8 anos de vida útil. Há também um aterro particular alugado em Caieiras, além dos contratos para uso de aterros particulares para os resíduos da varrição, entulhos e outras formas de limpeza. A destinação das 150 toneladas diárias de resíduos hospitalares, farmácias e pets vão para duas usinas próprias, construídas durante a gestão Haddad – antes eram levados para equipamentos particulares. A reciclagem e a compostagem tiveram avanços, mas ainda seguem sendo marginais em termos de volume e estratégia.

A Prefeitura tem destinado cerca de R\$ 1,8 bi anuais de seu orçamento para gerir os contratos de coleta, concedida por 20 anos para dois consórcios, e da varrição, hoje nas mãos de seis empresas. Os valores são equivalentes ao que investem municípios do porte de São Paulo, como Tóquio, Nova York e Cidade do México. O que diferencia esses municípios é o investimento que faz cada um deles: em São Paulo se gasta muito em varrição dos logradouros, em Tóquio em educação ambiental e novas tecnologias. Os contratos de coleta, concedidos aos consórcios EcoUrbis e Loga no final da gestão petista de Marta Suplicy em 2004, vencem em 2024. Eles foram bem estruturados em termos de tarifas, investimentos em equipamentos, construção de aterros, e se baseavam na cobrança de uma taxa de todas as residências, comércios pequenos e médios e equipamentos de saúde. A gestão Serra, em 2005, revogou a cobrança das taxas residenciais e do pequeno e médio comércio e prorrogou as metas e investimentos, em troca de reduzir em cerca de R\$ 1 bilhão o repasse da Prefeitura. Também teve de autorizar a compra de novos caminhões e trabalhadores para contemplar bairros aonde a coleta não chegava, atendendo a TAC assinado pelo MP/SP. A gestão Kassab empurrou para as concessionárias outros serviços não previstos nos contratos, como a varrição e limpeza dos logradouros durante um ano, em que a Prefeitura ficou sem contratos para esse fim (com vistas grossas do TCM), gerando um passivo, reconhecido pelo então departamento de limpeza urbana municipal, a ser ressarcido

num futuro reequilíbrio econômico-financeiro, o que nunca ocorreu. Isso fez com que as concessionárias deixassem para trás investimentos contratuais importantes: a Loga até hoje não fez o aterro na Zona Norte/Noroeste, a terceira central mecanizada de triagem não foi construída pela Ecourbis e houve baixo investimento em educação ambiental. Na gestão Haddad, a autarquia AMLUrb fez licitação internacional e contratou a consultoria da Price White House para fazer uma auditoria nos contratos e atestar o que foi investido e o que deixou de ser feito para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. Mas, após alguns meses de trabalho, o TCM paralisou-o e não o liberou até o fim da gestão. A atual gestão rompeu o contrato e recontratou a Fundação FIPE para realizar a auditoria, trabalho que ora está em andamento e exige um acompanhamento por parte da Bancada do PT e da sociedade, pois pode ser que o atual prefeito queira renegociar, ampliando o prazo de concessão para além de 2024, como os tucanos já fizeram, por exemplo, com os contratos de concessão das rodovias no âmbito estadual. No caso dos contratos de varrição, a gestão Kassab centralizou os mesmos em dois consórcios nos mesmos territórios dos contratos da concessão. A gestão Haddad optou por renegociar (com desconto de 7,5%) e renovar os contratos em troca ainda da ampliação de serviços e da duplicação de ecopontos (de 50 para 101). A gestão Covas fez nova licitação para contratos administrativos com duração de 3 anos, dividindo a cidade em seis áreas e contratando seis empresas, sob acusações de que muitas delas mergulharam os preços para vencer a concorrência. São os contratos que estão em vigor, com a novidade de que os resíduos das feiras livres não mais seguirão para os aterros e sim serão compostados conforme apregoa o PGIRS (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos), decretado em 2014 pelo então prefeito Haddad, depois de ampla participação popular (cerca de mil delegados debatendo o que fazer com os resíduos da cidade durante a 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente – Resíduos Sólidos), e que previa uma revisão de suas metas em 2019.

A AMLUrb, autarquia prevista quando da concessão em 2004, mas só realmente implantada na gestão Haddad, foi extinta pelo atual governo. Suas funções serão abrangidas por uma Agência de Regulação, que também terá sob sua responsabilidade as concessões do serviço funerário, iluminação pública, gestão hospitalar e Zona Azul, entre outros serviços. A lógica que presidiu essa mudança estrutural foi a “economia de recursos” e o “enxugamento da máquina pública”, assunto que merecerá uma atenção especial da nossa futura gestão.

Sem dúvida nenhuma, a gestão Haddad foi a que mais inovou e investiu para aplicar na cidade de São Paulo os preceitos da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Implantou o PGIRS, um novo aterro, duas centrais mecanizadas de triagem para alavancar a reciclagem, duas usinas para os resíduos de saúde, 51 novos ecopontos, as novas sacolas plásticas verde e cinza, incentivou a compostagem doméstica doando composteiras, fez os pátios descentralizados de compostagem para os resíduos das feiras, investiu em ações de educação ambiental usando as redes sociais, deu aumento

real de 40% para os trabalhadores da limpeza pública, melhorou a limpeza no Centro, triplicou o volume da reciclagem, que pela primeira vez saiu do 1%, e levou a coleta seletiva para todos os distritos. Com o resultado do aumento da reciclagem e sua triagem nas centrais mecanizadas, Haddad criou o Fundo Paulistano de reciclagem para os catadores, que permitiu a todos receberem uma espécie de 13º salário em 2018 e agora, sob a pandemia e com as cooperativas paradas, mais de 2.000 catadores, cooperativados ou não, recebessem um auxílio emergencial pago com recursos do Fundo.

A atual gestão fez muito pouco ou quase nada. A coleta não recebeu investimentos novos, nem sequer um ecoponto foi construído; retirou as cooperativas de catadores da coleta seletiva, deixando vários distritos sem o serviço, levando a uma queda de 15% no volume de reciclagem na cidade; diminuiu de 32 para 25 as cooperativas em convênio com a prefeitura; fez a licitação e novos contratos para a varrição, salva de um colapso só por conta da pandemia, que fechou o comércio e várias atividades econômicas, diminuindo o volume de lixo na cidade.

A São Paulo do Futuro oferece destino correto aos resíduos produzidos e limpeza de seus espaços públicos.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

- Fazer a revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), como está previsto no Decreto, com ampla participação popular para revisão de sua implantação.
- Investir na ampliação da Coleta Seletiva de resíduos secos, criando instrumentos de incentivo econômico ao cidadão, como descontos em taxas e serviços, duplicando o número de ecopontos dos 101 atuais para 200 e elevando o volume dos atuais de 5% para no mínimo 10%.
- Terminar a Auditoria nos contratos de concessão que terminam em 2024, para renegociar os investimentos previstos no atual contrato. Iniciar as tratativas e realizar nova licitação para os anos seguintes.
- Apoiar iniciativa legislativa (PL do vereador Suplicy) que inclui as cooperativas de catadores no sistema de limpeza pública e contratar cooperativas para auxiliar na coleta seletiva, que será garantida em todos os distritos da cidade, remunerando-as pelos serviços prestados à municipalidade.
- Construir duas novas Centrais Mecanizadas de Triagem (CMTs), uma na Zona Leste e a outra na Zona Norte.
- Investir em ações intersetoriais – com as secretarias de Educação, Verde e Meio Ambiente e subprefeituras – de mobilização e educação ambiental nas escolas, usando as redes sociais para ampliar a adesão dos cidadãos à coleta seletiva, compostagem doméstica e reciclagem.
- Implantar a coleta seletiva em todos os prédios municipais, como escolas, sedes de

subprefeituras e secretarias e mercados municipais, entre outros.

- Recriar a AMLUrb e garantir seu papel planejador e de desenvolvimento de pesquisa, inovação e operação, dotando-a de capacidade técnica elevada para dominar custos e técnicas e liderar o desenvolvimento do setor privado.
 - Realizar estudos para ampliar a capacidade do Aterro de São Mateus e planejar a implantação de 3 ecoparques para substituir futuramente os aterros sanitários na destinação final e tratamento dos resíduos sólidos, o que será feito de forma mais complexa, com geração de energia, composto orgânico de qualidade e aumento da reciclagem.
 - Incentivar a prática de compostagem doméstica, como forma de retenção dos resíduos orgânicos nas residências, fornecendo composteiras, patrocinando oficinas para difundir o conhecimento, incentivando redes de contatos entre os cidadãos, em parceria com entidades da sociedade civil. Incentivar a compostagem dos resíduos orgânicos nos espaços comunitários, públicos e principalmente dos grandes geradores.
 - Iniciar a coleta dos resíduos em 3 frações: secos, orgânicos e rejeitos em alguns distritos e ir ampliando gradualmente para efetivar esse modelo previsto no PGIRS por toda a cidade (a AMLUrb já realizou projeto-piloto na subprefeitura da Lapa).
 - Garantir a implantação dos pátios de compostagem suficientes para tratar todos os resíduos das feiras livres e eliminar o envio desses resíduos para os aterros.
 - Ampliar a coleta dos restos de feiras livres para transformação em adubo a ser utilizado nas hortas comunitárias, agricultura familiar e hortas nas escolas.
 - Descentralizar os contratos de varrição e limpeza para serem licitados e gerenciados pelas subprefeituras, reforçando o poder local.
 - Incentivar os Termos de Compromisso com setores privados específicos, para garantir que cumpram o princípio da logística reversa previsto na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e fazer a reciclagem de retalhos, eletroeletrônicos, entre outros.
 - Instituir Grupo de Trabalho Intersetorial, no início do governo, para discutir os impactos do novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei 14.026/2020) nos serviços de resíduos sólidos, conciliando-o com os marcos decretados do PGIRS.
 - Estabelecer programas específicos de gestão de resíduos sólidos no espaço rural, contemplando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e indígenas, e atendendo às especificidades dos biomas e regiões brasileiras.
 - Responsabilizar as indústrias e comércios geradores de resíduos pela destinação adequada das embalagens e produtos.
 - Criar, em parceria com municípios vizinhos, programas que facilitem a identificação de rejeitos irregulares, ausência de coleta de lixo e descarte inadequado de resíduos. Considerar a criação de aplicativos como ferramenta de implementação.
- Criar lei municipal proibindo incineradores ou incluir esta proposta na Política Municipal de Resíduos Sólidos.

ILUMINAÇÃO

Em 2012, a iluminação pública em São Paulo nem fazia parte das preocupações das campanhas eleitorais. Em 2016, passou a fazer parte da agenda dos principais candidatos, Haddad e Doria, principalmente por conta do programa LED nos Bairros e da Parceria Público-Privada que nossa gestão estruturou e licitou. Na gestão Haddad, a iluminação pública passou a integrar a agenda governamental e integrar-se com outras políticas de segurança urbana, valorização de espaços públicos, segurança das mulheres, mobilidade urbana e meio ambiente. Nos quatro anos da gestão Haddad, experimentamos fazer coisas ousadas e, em muito pouco tempo, colhemos muitos frutos.

Já no primeiro ano, renovamos os contratos, implantamos 18 mil novos pontos e remodelamos 120 mil luminárias. Nos anos seguintes, chegamos a um total de 51.500 novos pontos – em ruas, vielas, avenidas, parques – e quase 255 mil remodelações, entre elas a implantação do programa LED nos bairros, com cerca de 70 mil luminárias de LED em distritos periféricos mais vulneráveis e comunidades como Heliópolis e Cidade Azul, além de praças como as da República e Dom José Gaspar, e parques como o de Esportes Radicais, Tietê e do Jockey, no viário no entorno do Estádio do Corinthians e em avenidas como a 23 de Maio e Marginal Pinheiros. A iluminação pública foi tirada do 1º lugar do ranking de reclamações da Ouvidoria Geral do Município e incluímos os pontos de iluminação pública no site GeoSampa.

Na gestão tucana de Doria, o Ilume foi envolvido no maior escândalo de sua história, com acusações de direcionamento da licitação pelos novos diretores e secretários e pagamento de propinas pelo concorrente que venceu a licitação da PPP, contestada até hoje na Justiça. Nenhum ponto novo de iluminação foi implantado e a manutenção do parque de iluminação passou a ser feito, durante dois anos e meio, por contratos emergenciais. Por fim, o novo contrato de PPP foi assinado e só recentemente as luminárias passaram a ser trocadas. E o Ilume, que na nossa proposta seria reestruturado para fiscalizar a concessão, está sendo extinto para ser abrigado pela Agência já aprovada pela Câmara Municipal.

Na São Paulo do Futuro, a iluminação pública é sustentável e acessível a toda a população.

PROPOSTAS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Retomar o projeto original da PPP da Iluminação Pública, para garantir iluminação de LED em toda a cidade.
- Exigir da concessionária a implantação do Centro de Controle Operacional (CCO), para acompanhar o desempenho das metas e a qualidade do serviço.

-
- Exigir da concessionária a implantação da telegestão com chips em cada uma das luminárias e conexão com o CCO, visando o controle da qualidade, do consumo de energia e a agilidade na manutenção da rede.
 - Zerar o déficit de pontos de iluminação na cidade, acompanhando as metas e ampliação estabelecidas no contrato da PPP.
 - Redução do consumo de energia da iluminação pública em 40% até o fim da implantação das metas estabelecidas no contrato da PPP.
 - Criação de um conselho público, com participação da sociedade civil, para acompanhar e fiscalizar a execução e funcionamento da PPP.
 - Instituir um Programa para Instalação de Painéis Solares, para produção de energia limpa, nos imóveis públicos municipais.
 - Instituir Grupo de Trabalho Intersetorial, no início do governo, para discutir os impactos do novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei 14.026/2020) nos serviços de resíduos sólidos, conciliando-o com os marcos decretados do PGIRS.

EDUCAÇÃO

A Educação Humanizadora, Integral e Inclusiva visa promover o direito ao conhecimento socialmente referenciado, a defesa e a promoção da vida, e o combate à desigualdade e todas as formas de injustiça e discriminação.

A educação é direito humano fundamental, meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia, à tecnologia e deve voltar-se ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Por essa razão, requer uma política de Estado que garanta educação pública, inclusiva de qualidade e democrática para todos e todas, contribuindo assim para o exercício da liberdade, da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitosas e para a prática de valores humanos.

A circunstância excepcional da devastadora pandemia, provocada pela Covid-19, exige um maior comprometimento e atenção no que se refere aos processos de exclusões/ desigualdades sociais. Por essa razão, qualquer ação que seja implementada na Educação precisa ter como referência o PNE - Plano Nacional de Educação e, no caso específico de São Paulo, o Plano Municipal de Educação (PME). Há uma percepção compartilhada por cientistas e pensadores de várias áreas de conhecimento de que haverá mudanças significativas nas relações sociais, e por conseguinte muitos desafios referentes, por exemplo, às questões ambientais e culturais, ao papel do Estado e ao seu financiamento, às políticas públicas, à garantia dos direitos humanos e sociais – intensificados durante e após a pandemia.

A gestão do prefeito Fernando Haddad na cidade de São Paulo, sob a diretriz do acesso e da permanência, realizou a maior expansão de matrículas na Educação Infantil da história da cidade, com mais de 100 mil novas matrículas. Foram construídas 84 escolas e 81 foram deixadas já em obras.

O então candidato João Doria, que prometia zerar o déficit de vagas no município no seu primeiro ano de governo, chega a junho de 2020, através de seu sucessor, Bruno Covas, com uma demanda de creches e pré-escola de 22.736 bebês e crianças aguardando uma vaga. Praticando uma política neoliberal e privatizante, ampliou em 46% o atendimento da rede indireta e conveniada, instituiu o Programa Mais Creche (atualmente suspenso pelo Ministério Público) e propôs o PL 452/2020, já aprovado, que permite a compra de vagas pela Prefeitura nas instituições privadas de Educação Infantil.

Lembramos que o Programa “Mais Educação São Paulo” traduzia o compromisso do PT na garantia do direito à educação, à aprendizagem e ao desenvolvimento de todas(os), reorganizando o Ensino Fundamental em três ciclos, garantindo a integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental e investindo na formação, na avaliação e na gestão pedagógica. O Programa São Paulo Integral contou com a adesão de 111 escolas; investimos na Educação Inclusiva, fortalecendo os CEFAI; ampliamos o número

de Professores de Apoio à Inclusão (PAAI), com a abertura de 170 novas salas de SAAI, além de instituímos os Núcleos de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPAs) nas 13 Diretorias Regionais, com profissionais das áreas da psicologia, assistência social, fonoaudiologia e psicopedagogia. Na Educação de Jovens e Adultos, foram criados 2 CIEJAs – Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – e 11 núcleos Pró-Jovem Urbano em todas as regiões da cidade, atendendo mais de 1.300 jovens, além do Programa Transcidadania para a população LGBTQIA+, em parceria com a SMDHC. Ações para a promoção dos direitos humanos conduziram à formação de mais de 33 mil profissionais da educação, aquisição de 200 mil obras literárias africanas, afro-brasileiras, indígenas, latino-americanas e literaturas produzidas pelos povos imigrantes no Brasil para as Salas de Leitura das nossas escolas, além de criação do Núcleo de Educação em Gênero e Sexualidade.

Haddad valorizou os CEUs, investindo na manutenção dos prédios e ampliando seu conceito: criou 15 salas de cinema, além de áreas para esporte e lazer e a UniCEU, ofertando mais de 13 mil vagas em 337 cursos gratuitos de ensino superior de graduação e pós-graduação nos 46 CEUs da cidade. Em 2016, foram iniciadas as construções de 12 novos CEUs, com a previsão orçamentária de 230 milhões para a continuidade das obras. A gestão democrática e participativa foi eixo fundamental para a construção de políticas públicas, realizando um forte investimento na valorização dos profissionais de educação, com mais de 18 mil professores e técnicos da educação nomeados através da realização de concursos públicos, sendo 1.200 cotistas. O piso salarial docente passou de R\$ 2.600,00 para R\$ 3.500,00, um dos maiores do Brasil.

A gestão Doria/Covas deixou de realizar os investimentos necessários para a continuidade dos programas educacionais, promovendo o sucateamento da rede de ensino e a paralisação de construções. Apresentou um novo currículo para a Educação Básica, o “Currículo da Cidade”, que pouco considerou os debates realizados no Programa Mais Educação São Paulo, na gestão Haddad, sobre descolonização do currículo, questões étnico-raciais, povos indígenas e imigrantes.

Promoveu o fechamento de salas de EJA e vem desmontando o Movimento de Alfabetização de Adultos – MOVA; não tem ampliado os investimentos na Educação Integral, em desacordo com a Meta 6 do PME, e não tem garantido acessibilidade e investimentos para o atendimento aos alunos com deficiência. Os programas inclusivos de Transporte Escolar Gratuito e Leve Leite também sofreram drásticas reduções. Cumpre ressaltar, nesse contexto de privatização dos serviços públicos, com a compra de vagas para a Educação Infantil nas escolas particulares e a inserção das Organizações Sociais, que o PSDB vem propondo a privatização da área cultural e de esportes dos novos CEUs que virão a ser entregues.

O Programa de Governo de Jilmar Tatto compreende a Educação como fundamental na preparação de uma São Paulo do Futuro. Por isso, é preciso não apenas retomar programas educacionais importantes para garantir o direito à educação pública e

gratuita na cidade, mas instituir uma agenda educacional adequada às novas demandas de formação. A educação integral deve permitir que as políticas voltadas à garantia do direito ao desenvolvimento e à aprendizagem tomem contornos mais complexos e profundos, superando a compreensão da escola como lugar de reprodução de conteúdos comuns. A educação integral deve garantir ainda que as escolas se tornem, a um só tempo, espaços de investigação sobre o conhecimento da arte, dos vários campos da ciência, da tecnologia, da filosofia, da educação física e também sobre as experiências e expressões culturais dos educandos e dos diferentes setores das comunidades nos territórios.

Para reconstruirmos a melhoria da qualidade da educação pública, é imprescindível valorizar os profissionais da educação. Sem um profissional qualificado, cuja formação seja objeto constante de investimento, não se constrói um projeto humanizador de educação. A educação de qualidade passa pelas mãos de profissionais satisfeitos, saudáveis, socialmente reconhecidos e profissionalmente bem remunerados, cujos direitos sejam respeitados e preservados. Isso envolve também trabalhadoras(es) da educação como quadros de apoio, vigilância e Auxiliar Técnico de Educação, cujos papéis dentro das unidades escolares também são pedagógicos.

Para democratizar o acesso, nosso desafio na expansão de matrículas deve ser planejado em conjunto com uma política de construção de novas unidades educacionais, reformas e manutenções, assegurando a acessibilidade para todas as educandas e educandos e proteção social aos bebês, crianças pequenas, adolescentes, jovens e adultos. Em um contexto de desemprego, é necessária uma forte ação de ampliação do atendimento da Educação de Jovens e Adultos, a partir de um processo de busca ativa. Tal ampliação deve estar articulada com a formação profissional, assegurando fundamentos científicos, técnicos e tecnológicos, conhecimento sobre o mundo do trabalho e direitos de cidadania.

Por trás das novas tecnologias, há pessoas bem formadas, que produzem ciência, conhecimento e inovação. Diante delas, há consumidores e usuários, que precisam compreender não apenas como operar as máquinas e seus aplicativos, mas em que contexto suas atividades se inserem, como a sociedade funciona e como nós, enquanto indivíduos, respondemos às transformações em nosso modo de vida.

Em nosso plano de governo, reafirmamos o compromisso com uma concepção de Educação pública com gestão pública gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social, que tem como diretrizes: a democratização da gestão; a qualidade social, a inclusão e a equidade; a valorização dos profissionais da Educação; e a democratização do acesso e permanência.

Uma Educação Humanizadora, Integral e Inclusiva é condição e horizonte de uma São Paulo do Futuro, uma São Paulo Educadora.

PROPOSTAS PARA UMA SÃO PAULO EDUCADORA

-
- Promover a Política de Educação Integral nos CEUs e nas UES, considerando a Meta 9 do PME.
 - Lançar o embrião de uma universidade municipal através da recuperação, fortalecimento e expansão da rede UniCEU, estabelecendo parcerias com outras instituições de ensino superior, integrando projetos de pesquisa, extensão e incubadoras, para capacitação do funcionalismo e promoção do desenvolvimento social, humano e econômico da cidade, dialogando com os saberes das periferias, com ênfase na geração de empregos e renda para a população trabalhadora, bem como a dinamização da economia da cidade nos próximos anos.
 - Articular e consolidar a Rede de Proteção Social, impulsionando políticas intersecretariais e intersetoriais nos territórios vividos a partir da Educação, especialmente no contexto da pandemia, com destaque para a participação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) e do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), fortalecendo os CEUs como referência de articulação de políticas sociais e da rede de proteção social.
 - Fortalecer os espaços democráticos – Conselhos de Escola, CRECE e Grêmios –, fortalecendo a condição dos sujeitos que compõem a comunidade escolar – inclusive de bebês e crianças pequenas, estudantes e outros membros da comunidade.
 - Fortalecer a autonomia das escolas e do processo de planejamento democrático e articulado com a Secretaria Municipal de Educação, retomando e destacando o papel formativo do Grupo de Acompanhamento da Ação Educativa (GAAE), composto pela supervisão escolar e equipes pedagógicas das Diretorias Regionais de Ensino. Democratizar as relações no interior das escolas, das DREs e instâncias administrativas da SME.
 - Organização, sistematização e registro do trabalho coletivo nas unidades educacionais, tendo como referência a elaboração e gestão do Projeto Político-Pedagógico, em articulação com o trabalho pedagógico e com os GAAEs.
 - Ampliar a representação regional da Secretaria Municipal de Educação, com a ampliação das Diretorias Regionais de Educação.
 - Recuperar o Plano Municipal de Educação e o cumprimento das suas metas, cujos prazos de implantação se darão no período da gestão 2021/2024.
 - Reelaborar, com a participação da comunidade, os Planos Regionais (Meta 13 - PME), considerando as especificidades territoriais, garantindo a realização de duas Conferências Municipais para avaliação e acompanhamento do PME, a partir da produção de indicadores.
 - Restabelecer o diálogo com os diferentes Fóruns e Conselhos: Fórum Municipal, EJA, MOVA, Conselho Municipal.
 - Estabelecer uma Política de Prevenção da Violência Escolar e um Programa de Mediação de Conflitos na escola.
 - Promover a abertura da escola para a comunidade, com o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e outras atividades nos finais de semana, feriados e

férias escolares, em consonância com o Recreio nas Férias e legislações pertinentes, integrando bebês e crianças pequenas, bem como suas famílias, nessas atividades.

- Assumir e expandir a função social da escola como lugar de valorização da cultura local e vivência de experiências culturais diversas e promoção da interconectividade.
- Implementar medidas efetivas e imediatas para que a escola seja um espaço antirracista, com o fortalecimento dos Núcleos de Estudos e Relações Étnico-Raciais (NERER), para combater o racismo estrutural nas escolas e todas as formas de discriminação e preconceito.
- Dar continuidade e ampliar o processo formativo de professoras, professores e profissionais da educação, definido no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, em cumprimento às Lei Federais 10.639/2003 e 11.645/2008.
- Dar continuidade ao Grupo de Trabalho Permanente de Educação para as Relações Étnico-Raciais, para implementar as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008.
- Adotar medidas para a efetivação da escola como espaço de igualdade de gênero.
- Criar um Centro de Investigação que articule o trabalho da Educação e da Saúde, em particular em relação à Educação Especial e à saúde do trabalhador da educação.
- Oferecer cursos para a comunidade estudantil (Libras, robótica, horta sustentável etc.) abertos à comunidade e familiares.
- Implantar o Programa de Auxílio Estudantil, retomando o fornecimento de uniforme, material escolar, Transporte Escolar Gratuito e Bilhete Único Estudante.
- Retomar o Projeto Alimentação Saudável e Nutricional, com a participação efetiva dos profissionais da educação.
- Ampliar os investimentos em recursos didáticos e pedagógicos de qualidade nas unidades educacionais de Educação Infantil, respeitando seus Projetos Político-Pedagógicos e os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil.
- Retomar o diálogo com a rede na construção do Currículo e implementar o Currículo Integrador da Infância Paulistana, com foco no brincar como princípio.
- Na Educação Infantil, ampliar os Parques Sonoros e o Programa Piá (Programa de Iniciação Artística), em parceria com a Cultura, revitalizando parques com brinquedos, e estendendo o conceito de escola aberta para bebês e crianças.
- Retomar o projeto original do CECI para educação e proteção à cultura dos povos originários, assegurando o Programa de Transferência de Recursos Financeiros para as unidades.
- Articular com as demais secretarias, o atendimento jurídico para defender e proteger as culturas dos povos originários, visando superar o desconhecimento e os preconceitos existentes, bem como valorizar a sua história.
- Promover a troca de experiências educacionais e culturais entre as aldeias e valorizar a história dos povos originários nos currículos escolares.

-
- Investir na formação de educadores indígenas, inclusive retomando convênios com a universidade pública.
 - Produzir materiais pedagógicos bilíngues.
 - Recuperar, visibilizar, integrar e valorizar as políticas da Educação de Jovens e Adultos e todas as formas de atendimento, incluindo-se o MOVA.
 - Reabrir turmas nos períodos noturnos e diurnos nas escolas, ampliar o número de unidades do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos, e articular formação profissional e elevação da escolaridade, a partir da construção de itinerários formativos em articulação com o Centro Municipal de Capacitação do Treinamento e o CEU.
 - Retomar o Censo EJA e a busca ativa de jovens e adultos que se encontram fora da escola e oferecer certificação para os educandos darem continuidade a seus estudos.
 - Ofertar espaço de acolhimento na escola para as filhas(os) de educandas(os) no período de aulas, evitando a evasão dos alunos matriculados na EJA, em cursos da UniCEU e Projovem.
 - Ofertar formação permanente e acompanhamento aos educadores alfabetizadores na perspectiva da Educação Pública Popular.
 - Ampliar e fortalecer o Projeto Transcidadania.
 - Implantar o Programa LaborEstudantil - Laboratório de Ideias – programa de fomento para pesquisas estudantis, que viabilize e estimule o processo criativo dos estudantes, articulado com as necessidades e especificidades de seu território.
 - Criar o Programa Estúdio Escola – centros de mídias, com o propósito de tornar exequíveis diferentes programas de comunicação, como Escola TV, Imprensa Jovem e Projeto Rádio, em cada unidade educacional.
 - Integrar, de maneira crítica, a tecnologia no debate e práticas pedagógicas nas unidades educacionais e no sistema municipal de Educação.
 - Valorizar os salários e as jornadas de professores e profissionais da educação, inclusive da rede conveniada; fortalecer o diálogo permanente com a categoria e retomar as mesas de negociação sindical permanentes com a SME, na perspectiva do trabalho pedagógico coletivo e permanência do profissional na escola.
 - Qualificar o trabalho do COGESS para melhorar o acolhimento e atendimento à saúde física e mental dos profissionais da educação; criar mecanismos para agilização dos processos de perícia.
 - Reestruturar o atendimento pelo Hospital dos Servidores Públicos Municipais – HSPM.
 - Promover políticas de saúde preventiva junto a servidores, evitando assim enfermidades oriundas do exercício de suas funções, diminuindo o absenteísmo, e projetos especiais voltados à questão da mulher, que é maioria na rede.
 - Criar Rede Intersecretarial de Apoio e Proteção aos profissionais da educação que se encontrem expostos a violências de diversas naturezas, inclusive assédio moral (frequente causa de afastamentos), criando uma ouvidoria para queixas de assédio.
 - Conceder bolsas e licença remunerada para a realização de mestrado e doutorado

pelos profissionais de educação da rede (PME), bem como políticas de incentivo para profissionais do quadro de apoio para participarem de cursos de graduação.

- Retomar a formação permanente dos educadores a partir da EMASP - Escola de Formação do Município (vinculada à Secretaria Municipal de Gestão e responsável pela formação dos servidores da Prefeitura de São Paulo), assim como da UniCEU, e criar um programa de formação permanente, inicial e continuada, para as redes direta e parceiras, preferencialmente nos locais/horário de trabalho, promovida e acompanhada pelas DREs. Merecem atenção a formação de profissionais da educação infantil e a formação em direitos humanos, gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais.
- Realizar concursos públicos para ampliar o módulo de servidores das unidades educacionais e o módulo de supervisores escolares, investindo na composição dos quadros.
- Instituir a Jornada Especial Integral de Formação para todos que por ela optarem e implantar, gradualmente, a jornada em um único local de trabalho (de acordo com as metas do PME), construindo uma política de incentivo à permanência dos profissionais de educação nas unidades escolares. Aplicar a Lei 11.738/2008, implementando 1/3 das jornadas JBD, JB e J30 para o trabalho extraclasse.
- Diminuição do número de alunos por classe nas EMEIs e EMEFs e da proporção adulto/criança nos CEIs (PME).
- Criar o Currículo Acadêmico Municipal – plataforma municipal, a exemplo do currículo Lattes, onde educadores possam registrar sua trajetória acadêmica.
- Atender toda a demanda de Educação Infantil em quatro anos.
- Reabrir vagas para Berçário I nos CEIs da rede direta.
- Considerar as orientações contidas em resoluções do Conselho Municipal de Educação e na publicação Padrões de Qualidade na Educação Infantil para autorização dos convênios.
- Readequar o Programa de Transferência de Recursos Financeiros à realidade de CEI/ EMEI no que se refere ao tempo de permanência de bebês e crianças.
- Garantir o direito à cidade e aos seus bens culturais para os milhares de estudantes e seus familiares, objetivando a construção de uma Cidade Educadora e garantindo a infraestrutura necessária para a promoção e acesso a atividades culturais e educativas.
- Garantia da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com ampliação do atendimento e apoio do CEFAl e do Centro de Pesquisa e investimento nos recursos humanos, incluindo a implantação da função de Auxiliar da Vida Escolar (AVE) também nos Centros de Educação Infantil (CEIs), para o acompanhamento dos bebês. Viabilizar formação específica para todos os profissionais da educação, independentemente da matrícula de educandos com deficiência em sua classe ou turma de regência.
- Criar uma política de acessibilidade para adequar os prédios escolares às necessidades das várias deficiências (estrutura física e equipamentos).
- Resgatar e ampliar a UAPI – Universidade Aberta da Pessoa Idosa, criada em 2015

pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com a SME e a Universidade Federal de São Paulo.

ESPORTE E LAZER

Na gestão Haddad, Celso Jatene realizou parcerias para contratação de profissionais para os Centros Esportivos, como o de lutas marciais, e organizou trabalhos voluntários para atividades de lazer sem que houvesse a realização de concursos públicos, para cobrir a enorme lacuna de profissionais da área. Vários equipamentos passaram por reformas estruturais importantes e muitas piscinas públicas receberam filtros novos e outras ainda foram reformadas. Vale a menção de alguns espaços que foram melhorados ou remodelados na cidade, como, por exemplo, o Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador (CERET – centro dirigido por sindicatos de trabalhadores), que teve sua área (286 mil metro quadrados) totalmente reorganizada e recuperada. Este centro gigantesco tem a maior piscina da América Latina. Outro grande espaço (mais de 50 mil metros quadrados) – o tradicional, mas falido –, o Clube de Regatas Tietê, foi desapropriado pela Prefeitura e transformado em mais um espaço para benefício dos cidadãos do município, o Centro Esportivo e de Lazer Tietê. Este espaço de atividades ou descanso é também o local onde está instalada a Universidade Zumbi dos Palmares, outra importante conquista para a cidade. Outra grande aspiração concretizada foi a construção de um espaço para a prática de Esportes Radicais, o CER – Centro de Esportes Radicais. A antiga área deteriorada no Parque D. Pedro, no centro da cidade, foi revitalizada. E uma grande obra com pista de skate, minicampos de futebol, beisebol, gatebol, sumô, quadras e estrutura para outras modalidades foi inaugurada, recebendo milhares de jovens todos os meses. Eventos culturais também podem ser realizados neste local.

Existem atualmente 48 Centros Esportivos na cidade, sendo que 28 têm piscinas, balneários e minibalneários em estado físico razoável.

A gestão dos CDCs – Clubes da Comunidade é sempre um dos principais problemas para os Secretários de Esporte e Lazer. Hoje existem 261 unidades esportivas em terrenos da Prefeitura, com administração indireta por entidades da comunidade local, mas que por vezes se transformam em clubes privados, com pequenos grupos utilizando o espaço público como fonte de renda pessoal, sem fiscalização. É preciso coibir desvios, como a utilização desses espaços para eventos como Pagodão, Pancadão, feirinhas de vendas de produtos (Feira da Madrugada), Feirão de Carros, atendimento médico particular, boteco e outras atividades que em nada contribuem para seu uso como espaço esportivo e de lazer. Alguns CDCs foram beneficiados com a liberação de emendas parlamentares para a reforma de campos de futebol e colocação de grama sintética, o que os associa a vereadores. Na gestão Haddad, houve CDCs que sofreram intervenção da Secretaria e vários foram recuperados. Alguns também acabaram cedidos para outras Secretarias e viraram creches, escolas e postos de saúde.

Os Centros Olímpicos, voltados para o Esporte de Alto Rendimento nas modalidades atletismo, basquete, boxe, futebol, ginástica artística, handebol, judô, luta olímpica, natação e vôlei, estão localizados no Ibirapuera. Há ainda o Estádio Municipal da Aclimação, primeira Escola de Futebol da América Latina, cujo piso do campo e iluminação deverão ser melhorados para uso noturno.

O Pacaembu – Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, que inclui o estádio e um amplo complexo esportivo (piscinas, ginásios e quadras de tênis) – está todo em processo de privatização. A incoerência para tal ação é que este espaço bate recordes de utilização e cumpre francamente sua função social, como sediar a Copa das Favelas e a Copa dos Refugiados. O prefeito Bruno Covas já assinou a concessão, mas tudo ainda está paralisado por entraves burocráticos.

Há também a intenção de privatização, à qual resistiremos, do Autódromo de Interlagos José Carlos Pace, atualmente administrado pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTur). O autódromo é um dos principais circuitos da América Latina, abrigando a Fórmula Vee, passando pela Stock Car até as máquinas de Fórmula 1; a pista paulistana também possui etapas de motovelocidade, como a Super Bike. Na pista auxiliar, que fazia parte do antigo traçado, continuam sendo realizados atividades e treinos de escolas de pilotagem, testes de montadoras e provas de arrancada no novo trecho, recentemente reformado.

Na gestão petista, o Kartódromo Ayrton Senna também passou por melhorias e voltou a ser palco de disputas para pilotos novos no kart já no início de 2015. Nos demais espaços, festivais de música, como o Lollapalooza, e outros eventos completam o calendário do equipamento, com movimento o ano todo.

Na São Paulo do Futuro, todas as moradoras e moradores da cidade têm direito ao esporte e ao lazer.

PROPOSTAS PARA O ESPORTE E O LAZER DO FUTURO

- Instituir o Programa Ruas Abertas para atividades culturais e de lazer aos finais de semana em todos os bairros da cidade de São Paulo. Nos moldes da Paulista aos domingos, as Ruas Abertas oferecem espaço para a convivência comunitária, aumento do protagonismo juvenil, identidade e desenvolvimento local e fonte de renda, além de atuarem como polos regionais de turismo.
- Recuperação da capacidade de uso dos equipamentos, bem como da linha de transmissão dos CDCs com Centros Educacionais e a SEME, bem como a atualização da Lei 13.718/04, inserindo artigo impossibilitando a reintegração da área pelo município ou outros órgãos.
- Fomentar entidades e coletivos esportivos através de editais para que possam desenvolver seus trabalhos com o apoio da Prefeitura.
- Criação do Programa Municipal de Apoio aos Espaços Esportivos, que será uma

terceira malha de espaços esportivos, utilizando inclusive o MROSC – Marco Civil das Entidades Sociais, que flexibiliza o fomento para as pessoas físicas, já que prescinde de CNPJ.

- Reabrir os CEUs para atividades de lazer, esporte e cultura pela comunidade.
- Inaugurar espaços com piscinas públicas na região central da cidade, como alternativa de lazer ante a carência de espaços verdes na região e utilização problemática de fontes e lagos de praças.
- Adequação/utilização dos piscinões e avenidas largas com canteiros centrais em locais da periferia que tenham poucos espaços para esporte e lazer.
- Implementar Plano de Ocupação do Espaço Público para a convivência LGBTQIA+, em regiões como Largo do Arouche, Av. Vieira de Carvalho, Praça da República, R. Frei Caneca, R. Augusta – pontos importantes para a população LGBTQIA+ – e bairros periféricos, resgatando a noção de cidade como espaço de encontro, com a presença de serviços públicos.
- Desenvolver ações esportivas e de lazer que envolvam a população LGBTQIA+, na região central e nos territórios.
- Retomar o Programa Recreio nas Férias.
- Criar pistas de corrida na Zona Leste.
- Instituir a Bolsa Esportiva para adolescentes e jovens.
- Reformar e conservar os Centros Esportivos, garantindo o aquecimento das piscinas, além da adequação de 4 unidades (Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste) como projeto-piloto para a criação de minicentros olímpicos, descentralizando o esporte e dando oportunidades para novos atletas.
- Ocupar áreas embaixo de pontes e viadutos com atividades esportivas e de recreação.
- Construir um Centro Olímpico de Referência na Zona Leste para treinamento de alto nível, efetuando parcerias com hospitais e especialistas. O centro poderá oferecer formação profissional em esporte e lazer, de forma presencial ou virtual, para professores de Educação Física, técnicos de modalidades esportivas, preparadores físicos, monitores e estagiários, ex-atletas e simpatizantes, e realizar projetos com universidades e centros técnicos da área, de modo a articular, com as demais políticas públicas, possibilidades de geração de renda.
- Abrir concurso público para contratação de pessoal administrativo, professores de educação física e engenheiros, entre outros, para que a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) possa funcionar em plena capacidade.

CULTURA

Cultura é direito!

Recente pesquisa da SPTuris, divulgada no mês de agosto, mostra como foi o comportamento dos habitantes de São Paulo durante os primeiros 5 meses da pandemia. Entre as principais atividades praticadas pelos cidadãos e cidadãs no período de isolamento, assistir a filmes (68%), ouvir música (49,8%) e ler (48,1%) foram as mais destacadas. Impedidos de reunir público, artistas, no isolamento de seus lares, passaram a produzir ainda mais conteúdo com suas ferramentas digitais e a usar as possibilidades do streaming, reunindo milhões de pessoas em lives, webinars, debates e oficinas. Os museus, obrigados a abrir suas experiências visuais na internet, possibilitaram a ampliação de um novo público até então privado das visitas presenciais por sua situação econômica. O desafio do gestor do pós-pandemia será incorporar à imensa oferta cultural produzida, remota ou presencial, também os setores mais empobrecidos da sociedade, combatendo a exclusão digital.

Os governos de direita têm disseminado a imagem do artista como “vagabundo”, questionando a importância das artes. Com o isolamento social provocado pela pandemia, a população pode constatar que a arte não é apenas mercadoria, mas antídoto para a desumanização progressiva. Não se trata mais de um argumento financeiro a subsidiar a arte como “economia criativa”, mas o oposto: estabelecer a criatividade artística como elemento de equilíbrio de um aprimoramento social.

A cultura como direito está inscrita nas constituições dos três entes federativos. Ela se expressa em todas as dimensões de vida das pessoas e é produtora de conhecimento, além de ser agente de consciência cidadã e perpassar os valores sociais das diversas áreas da vida em sociedade.

A identidade cultural de São Paulo foi redefinida nas últimas três décadas pela força expressiva de suas periferias, enraizamento do audiovisual e pulsação musical nas programações oficiais dos grandes equipamentos da cidade. Definiu-se ainda, e quiçá principalmente, pelo hip-hop, pelo samba de raiz, pelo funk, pela leveza dos slams, pelos passos da dança, pela experiência do teatro e pela multiplicidade dos grafites.

A atual gestão do PSDB (2017-2020) desarticulou e criminalizou os movimentos culturais, desvalorizou a atuação de trabalhadores da cultura, deixou de reconhecer espaços legítimos de participação social e conselhos eleitos das casas de cultura, esvaziou equipamentos culturais, desmontou e descaracterizou programas de fomento.

As propostas orçamentárias da Secretaria de Cultura decresceram, de 0,95% do orçamento da Prefeitura, em 2017, para 0,68% em 2019. A situação é ainda mais preocupante quando analisado o percentual liquidado: a média de investimento de 2017 a 2019 é de somente 0,58%, mesmo tendo ocorrido aumento de 10,7% no orçamento da cidade no mesmo período.

Os equipamentos deixaram de ser polos de articulação da cultura nos territórios, prevalecendo eventos de interesse da lógica capitalista e de mercado. Nosso Patrimônio Histórico e Cultural está à deriva no que tange à questão da preservação e manutenção dos equipamentos públicos.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, tem mantido o compromisso frente aos anseios culturais da população. Em cada uma de suas três gestões – 1989-1992 (Luiza Erundina), 2001-2004 (Marta Suplicy) e 2013-2016 (Fernando Haddad) –, o PT criou importantes projetos e programas, tais como: Cultura Viva/Pontos de Cultura, Programa de Fomento à Periferia, VAI I e II - Programa de Valorização das Iniciativas Culturais, Território Hip Hop (Vocacional Hip Hop), Programação de Atividades e Eventos da Cultura Reggae, Mês do Hip Hop, Centro de Referência da Dança, Centro de Memória do Circo, Fomento ao Circo/Edital Xamego, Fomento e Difusão do Forró, Lei de Fomento à Dança, Lei de Fomento ao Teatro, Casas de Cultura, Políticas de Promoção Cultural nas Bibliotecas Públicas, Prêmio Zé Renato, Programa Aldeias, Programa Jovem Monitor Cultural, Programa Piá, Programa Vocacional, Rádios Comunitárias, valorização do Carnaval de Rua e da Paulista Aberta (bandeira do Movimento SampaPé, com frequência média de 30 mil pessoas todos os domingos), e da forma de se pensar os CEUs como modelo de desenvolvimento humano integral e expressão da diversidade cultural. O Carnaval de Rua, encampado pelo Manifesto Carnavalista, amplificou e democratizou a folia, aumentando de 50 para 678 os blocos de carnaval no município.

Toda a cidade, inclusive as autoridades, sabe do potencial criativo, fomentador e de desenvolvimento local da cultura periférica. Diversos grupos, coletivos, entidades e organizações têm oferecido apoio ao seu desenvolvimento, em arranjos produtivos locais. Entre as atividades mais frequentes realizadas pelos coletivos nos territórios estão os saraus, shows, rodas de samba, teatro de rua, batalhas de rima, oficinas culturais de rap, dança e percussão. Outro exemplo do potencial da cultura de periferia está na área editorial. Enquanto o mercado editorial tradicional cada vez mais se deteriora, com editoras fechando suas portas e livrarias em decadência, todos os meses no mínimo 20 (vinte) obras editoriais (livros) são lançadas em saraus, slams e batalhas de rap nas quebradas. O mercado editorial periférico está aquecido, colaborando para o surgimento de novas iniciativas editoriais.

No entanto, percebemos uma enorme desproporção entre o volume e a diversidade de atividades e programações culturais realizadas no centro expandido e as apresentadas na periferia. Este fato resulta, frequentemente, na oferta de atividades excludentes e discriminatórias quanto às linguagens oferecidas e voltadas a uma classe social específica. Importante destacar que a noção de periferia não se restringe ao aspecto geográfico e de organização administrativa, mas está associada à exclusão de parcelas significativas da população ao acesso a bens culturais, além de outros direitos, como o de moradia.

A atual gestão vem sucateando serviços e equipamentos voltados à cultura periférica

desde o primeiro dia. Programas importantes perderam investimentos, especialmente aqueles que chegavam às regiões mais longínquas, como o VAI I e VAI II e a Lei de Fomento às Culturas da Periferia. O tom adotado pela municipalidade na relação com o setor tem sido agressivo, inclusive com ameaça física de um dos secretários da pasta a um artista, dentro da Secretaria Municipal de Cultura. Os blocos de ocupação não conseguem diálogo, nem ter seus espaços mantidos. Há casos em que ocupações tiveram água e luz cortadas ou foram invadidas de forma truculenta por forças de segurança pública. Muitos bairros ainda não têm bibliotecas, casas de cultura, teatros ou centros culturais. Os equipamentos culturais dos CEUs foram abandonados, não há mais programação nos espaços e muitos dos técnicos de espetáculos foram demitidos. As periferias hoje convivem com violações praticadas pelo Estado (Prefeitura, Governo Estadual e Governo Federal). Por isso, é preciso potencializar a cultura periférica para modificar esse quadro político. Realizar alianças e definir estratégias com quem vive e colabora para o enfrentamento dessas violações, empoderando protagonistas do próprio território e recolocando a institucionalidade neste espaço, para que o diálogo se construa de forma duradoura.

Em 2016, a cidade de São Paulo viveu uma etapa muito importante de sua história no campo da cultura: a aprovação em lei do Plano Municipal de Cultura, fruto da Conferência Municipal de Cultura (2013), com grande participação popular. Precisamos retomar esse processo, atendendo aos anseios por uma política cultural que valorize a diversidade, a transversalidade de gênero, etnia, geracional e deficiências, de forma descentralizada e promovendo tanto o protagonismo de nossos artistas quanto o acesso equânime aos bens culturais da cidade.

A São Paulo do Futuro é efervescente. Nela, a cena cultural é livre para pulsar, ao som dos diversos ritmos da cidade, sob as luzes, cores e movimentos das artes visuais e corporais. É a cidade onde artistas de todas as regiões e distritos, com suas diferentes linguagens, encontram espaço e apoio, diálogo e oportunidades. É uma cidade que respira cultura em todas as regiões.

PROPOSTAS PARA UMA CULTURA DO FUTURO, TRANSFORMADORA

- Destinar 3% do orçamento do município para a Secretaria Municipal de Cultura, progressivamente ao longo da gestão, sendo 50% desse orçamento para as políticas culturais periféricas. Entendemos que o estímulo à valorização cultural da cidade passa pela ampliação de recursos, descentralização territorial e intencionalidade política. Como resultado, esperamos uma São Paulo menos desigual, mais criativa, crítica e repleta de comunidades produtoras de valores humanos, linguagens artísticas e diversidades culturais.
- Criar 5 Centros de Formação Cultural e 16 novas Casas de Cultura multilinguagens na cidade, considerando as necessidades culturais das comunidades e dos distritos,

especialmente nas regiões periféricas, com espaço de centro de memória cultural local, espaços para produção audiovisual, apresentações, teatro, artesanato, instrumentos etc. (em bairros como São Miguel Paulista, Casa Verde, São Mateus e Vila Formosa), além da reforma e melhoria dos existentes e a criação de Centros de Memórias e espaços para oficinas e incentivos à produção artística local.

- Criar o Programa de Memórias e Histórias nos territórios, para o mapeamento e desenvolvimento de pesquisas, em parceria com o Arquivo Histórico Municipal, e realizadas por agentes culturais contemplados por bolsas de pesquisa nas diversas regiões, com o propósito de preservar a memória territorial, das populações pobres, pretas e periféricas, para que suas histórias sejam inscritas nos bancos de memórias, na produção de conhecimento histórico e, principalmente, em atividades culturais que possam dialogar com as mais variadas temáticas, bem como com as situações problemáticas vividas e lutas dessas populações.
- Instituir o Banco Cultura Social, para oferecer crédito a pequenos negócios da área da cultura, com taxas de juros mínimas e fundo criado pelo Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Promac).
- Desenvolver ações de capacitação de trabalhadores da cultura, no sentido de desburocratizar o chamamento de editais públicos em plataformas digitais, e criar canais para divulgar medidas e eventos da própria secretaria, como forma de garantir o direito à informação e à cultura.
- Realizar concurso público para a Secretaria Municipal de Cultura, visando recuperar sua capacidade de entregar políticas públicas pela reposição do seu quadro funcional.
- Realizar Conferências Municipais de Cultura, destacando a importância da implementação e funcionamento do Sistema Municipal de Cultura: Conselho Municipal, Plano e Fundo da Cultura (CPF da Cultura).
- Promover a transversalidade das ações entre Cultura, Educação e Esporte, ampliando o acesso aos bens culturais, às atividades de formação artística e práticas esportivas, bem como a compreensão, pelas/os paulistanas/os, dos processos que resultam na realidade em que vivem. Isso envolve o amplo uso dos CEUs, parques públicos, atividades ao ar livre, estímulo ao artista de rua e investimento na qualificação do lazer público.
- Fortalecer e ampliar os Programas de Iniciação Artística (PIÁ), Programas Vocacional e Território Hip Hop (Vocacional) em todas as escolas municipais (entendendo como atividade extracurricular e em diálogo permanente com as Secretarias de Educação, Juventude e Cultura) e, sempre que possível, estabelecer parcerias com Associações de Moradores, Escolas de Samba, Espaços Culturais e Teatros Independentes.
- Monitorar o Sistema Municipal de Cultura, mapeando o sistema de cultura de fruição, no qual cada lugar se torna um ponto da malha de cultura da cidade; implementar a Lei Cultura Viva Municipal, objetivando consolidar uma política eminentemente de base comunitária, possibilitando o amplo exercício dos direitos culturais pelo conjunto da população paulistana e explorando as potencialidades da cultura como eixo transversal

do desenvolvimento social e econômico sustentável; retomada do desenvolvimento da Plataforma SP Cultura, permitindo o cadastramento de agentes culturais.

- Reforçar e investir nos valores da cultura negra e afro-brasileira, de matrizes africanas, das comunidades originárias, das culturas migrantes e imigrantes na cidade.
- Fortalecer a estrutura do Movimento Hip Hop (5 Casas de Hip Hop, Lei 16.561/16), Território Hip Hop (vocacional e Mês Hip Hop, Lei Municipal 14.485/07), reforçando os valores culturais da cidade.
- Instituir o Calendário Oficial da Cidade, valorizando o dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e Agosto Negro e desconstruindo o 13 de maio como dia da abolição, que para o Movimento Negro é o Dia da Abolição Inacabada; incluindo como manifestações culturais no calendário de efemérides o Aniversário da Cidade, festividades LGBTQIA+, Dias do Rock, Forró, da Mulher, do Câncer de Mama e de Próstata, Agosto Indígena, Mulher Negra, Latina Caribeña, Mães de Maio, Maio Amarelo, mês do Reggae, Hip-Hop etc., promovendo o diálogo intersecretarial, para que possam ocorrer atividades conjuntas.
- Criar o Centro de Referência do Forró.
- Desenvolver o Cine Debate e o Cine Direitos Humanos no circuito SPCine, em locais e equipamentos públicos e privados da cidade, como quadras de escolas de samba, espaços de convivência de adolescentes e crianças, ONGs, que possam atender às condições para a exibição de filmes clássicos do Cinema Nacional e Internacional.
- Estabelecer parcerias com espaços públicos e privados para que sessões infantis e adultas de cinema sejam realizadas junto com debates e palestras oferecidas por atores, cineastas, produtores ou intelectuais e o público presente.
- Abrir equipamentos municipais de cultura à produção cultural da comunidade LGBTQIA+.
- Fortalecer e implementar programações dinâmicas para as Bibliotecas Municipais e fomentar as Bibliotecas Itinerantes, em atenção ao Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, com atividades culturais que privilegiem o debate e a produção cultural local.
- Retomar a política de Livre Leitura, em cumprimento à Lei 12.244/2010, de Universalização das Bibliotecas Escolares, que determina que todas as bibliotecas escolares tenham um bibliotecário e acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado.
- Realizar imediatamente concurso público para o provimento das vagas de bibliotecários no município.
- Fomentar projetos de incentivo à leitura em locais públicos, como o projeto Geloteca.
- Realizar Feiras de Artes com multilinguagens e espaços para troca de livros, discos e pinturas e produções artesanais realizadas em Feiras de Artes e Artesanato, em praças públicas, a exemplo da Praça da República, Praça Dom Orione e vão livre do Masp, respeitando as características locais, incentivando a economia solidária e o trabalho informal, gerando renda e emprego na produção cultural de cada região da cidade.

- Descentralizar e fortalecer os grandes eventos, como a Virada Cultural, a Virada Esportiva, a Virada Educação, o Aniversário de São Paulo e a Parada do Orgulho LGBTQIA+, como espaço de divulgação da diversidade na produção cultural da cidade, estimulando ações nos territórios periféricos e equipamentos públicos localizados nas diferentes regiões da cidade.
- Instituir Residências Artísticas na Programação de Teatros Municipais e Teatros nos CEUs, por meio de Editais e Chamamentos Públicos, para que grupos das mais variadas linguagens artísticas possam executar suas atividades com pequeno aporte financeiro para grupos não contemplados em fomentos (como teatro, hip hop, matrizes africana, circo, dança e música), em concordância com os gestores locais.
- Grafitti SP: promoção e difusão do grafite em diversas partes da cidade, como ação artística e cultural.
- Instituir o Programa de Fomento ao Circo, criar instrumentos e incentivos para facilitar o uso de espaços públicos por circos itinerantes; criar a linha Circo no Programa Vocacional; e estimular oficinas de circo em outros projetos artístico-pedagógicos da SMC.
- Criar a Fototeca Municipal, depositária da fotografia e da iconografia da cidade de São Paulo.
- Promover políticas para a Cultura do Samba, como o Museu do Samba, Carnaval e sua Cultura, Festival de Samba das Comunidades e retomada do Instituto do Samba. Transferir atividades das Escolas de Samba para a pasta da Secretaria da Cultura.
- Utilizar camarotes da pista do Sambódromo para oficinas de Dança, Teatro, Atelier de Moda, Arte/Artesanato, FabLab, Serralheria, Carpintaria etc., em parceria com a Secretaria do Trabalho e o Anhembi, compreendendo o calendário de eventos e atividades realizadas ao longo do ano no local, mas utilizando espaços ociosos.
- Instituir o Programa de Fomento para Núcleos Estáveis Lélia Abramo (por pelo menos 02 anos) para grupos consolidados de dança ou teatro, a fim de subsidiar suas atividades, reconhecer e preservar sua memória e contribuição artística, mudando a lógica de produção competitiva dos editais.
- Criar Centros de Referência da Dança (CRD), no modelo existente no Vale do Anhangabaú, em todas as regiões da cidade.
- Realizar Manifestas Periféricas: espaços de encontros de jovens e simpatizantes dos ritmos criados na periferia, em diálogo permanente com a comunidade local de Funk, Slam, Saraus, Rock, Reggae, Tecno, Drumbass, Batalhas de MCs, Batalha Breaking, Batalha Beatbox, Danças de Salão e Forró.
- Criar a Semana da Cultura Periférica.
- Desenvolver uma política de aquisição de obras de arte para formação de um acervo público da produção artística paulistana, visando principalmente a instalação de obras em prédios públicos ou em locais como parques e praças.
- Instituir uma política de bilhetagem nos equipamentos municipais de cultura que

privilegie moradoras e moradores da cidade, como forma de estimular o acesso à cultura.

- Cadastrar obras públicas em equipamentos públicos e privados, permitindo, principalmente, a recuperação dessas obras, com destaque para as esculturas na cidade de São Paulo.
- Usar os equipamentos dos CEUs como “fábricas de cultura”, com atividades culturais e de lazer para crianças e jovens.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL

No governo Haddad (2013-2016), a popularização de tecnologias da informação e comunicação avançou significativamente, alcançando os mais pobres e moradores das periferias. A Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital (CCCD), responsável pela área, foi reformulada, com estrutura de cargos próprios. Com ela, criamos o programa WiFi Livre SP, que levou internet sem fio de alta velocidade para 120 praças e parques da cidade de São Paulo. São Paulo tornou-se a 2ª cidade do país em oferta de internet em espaços públicos.

Inovamos ainda mais com a rede de laboratórios de fabricação digital Fab Lab Livre SP, a maior rede “maker” do mundo, com 12 unidades pela capital paulista, a maioria em áreas de periferia, ofertando acesso a equipamentos avançados, como impressoras 3D e cortadoras e fresadoras a laser, e cursos variados de programação, robótica e eletrônica, entre outros.

Lançamos também o edital Redes e Ruas, que colocou R\$ 6,15 milhões no fomento a atividades de cultura digital de coletivos da sociedade civil espalhados por espaços públicos pela cidade. Os Telecentros (centros com computadores conectados à internet), criados pelo PT em 2001, foram mantidos e o programa deverá completar 20 anos em 2021. A empresa municipal de tecnologia, a Prodam, foi tratada com respeito e seriedade no nosso governo, que reconhecia seu papel estratégico para a cidade.

João Doria e Bruno Covas fizeram muito pouco. Mantiveram a CCCD e a iniciativa que tentam colocar como marca do governo é o programa Descomplica SP, que reúne 350 serviços municipais em um único local, fortemente inspirado no “Poupatempo” do governo estadual. Apesar de ser uma boa ideia, fracassaram ao lançarem, em 4 anos, somente 9 (nove) unidades.

O WiFi Livre SP não cresceu, pois a proposta original do programa era a internet em locais abertos, inclusive como forma de garantir o direito à cidade. Os tucanos hoje contabilizam locais fechados, muitos dos quais já tinham wi-fi, como centros culturais, bibliotecas e unidades básicas de saúde. Além disso, passaram a exigir o cadastro dos usuários, retirando um princípio fundamental da proposta de nossa gestão, que era a proteção dos dados dos cidadãos. Os Fab Labs em nada avançaram, pelo contrário, houve redução de salário de seus trabalhadores e um corte de 36% em seu orçamento. Não houve novos editais, como o Redes e Ruas. E mais: telecentros estão sendo fechados em plena pandemia. Até tentaram uma reformulação dos telecentros, mudando seu nome para Digilabs, mas parece que a própria administração tucana desistiu do projeto. A Prodam foi desprestigiada como nunca, enfrentando propostas de privatização ou encerramento de suas atividades.

Na São Paulo do Futuro, as inovações tecnológicas caminham ao lado de políticas de inclusão, capazes de promover o acesso universal a seus benefícios. A São Paulo do

Futuro é a cidade do wi-fi livre e gratuito, em todas as regiões. É a cidade do acesso de todos a equipamentos modernos e da educação para seu uso. É a cidade do respeito, em que cidadãos e cidadãs têm a garantia de que seus dados estão protegidos. Na São Paulo do Futuro, todos podem estudar, trabalhar e se divertir em rede, porque o acesso ao conhecimento e à tecnologia é direito de todos.

A São Paulo do Futuro é uma cidade moderna, acessível e conectada. Assim será a gestão de Jilmar Tatto na Prefeitura de São Paulo.

PROPOSTAS PARA UMA SÃO PAULO MODERNA, ACESSÍVEL E CONECTADA

- Tornar São Paulo a maior rede pública de wi-fi livre do mundo. Nossa meta é chegar a 1.000 (mil) pontos de acesso até o final de 2024.
- Criar o programa Bairros Digitais, universalizando o acesso à internet em comunidades de baixa renda. O WiFi Livre SP também selecionará 5 (cinco) comunidades de baixa renda de até 30 mil pessoas e criará o projeto-piloto Bairro Digital Livre SP, com acesso de 100% das residências à internet.
- Ampliar e modernizar a rede pública de Laboratórios de Fabricação Digital, o Fab Lab Livre SP, criado no governo Haddad. Ampliar o programa, atualizando seu parque de máquinas e criando novas unidades especializadas, como um Fab Lab focado em audiovisual e games e outro empenhado na reciclagem de plástico, em parceria com as cooperativas de catadores. Ampliaremos o Fab Labs para os 46 Centros Educacionais Unificados – CEUs. A rede totalizará, portanto, 60 laboratórios até 2024. Para permitir a participação dos mais pobres, criaremos a Bolsa Residente Maker, baseada no programa Operação Trabalho.
- Criar o Portal do Compartilhamento, permitindo a troca de conhecimentos digitais: programas de computador, arquivos em formato CAD, audiovisual e uma infinidade de projetos podem ser criados nos equipamentos públicos de inclusão digital, como telecentros e Fab Labs. A Prefeitura de São Paulo criará um portal web interativo que permita aos cidadãos produzir colaborativamente e trocar conhecimentos. A produção intelectual desenvolvida nesses centros será voluntariamente licenciada como um bem comum. O objetivo é criar uma imensa biblioteca virtual que possa estimular e facilitar aprendizagens e novos projetos de qualquer natureza.
- Refundar os telecentros municipais, que serão renovados e remodelados para que se tornem espaços de convivência e de coworking comunitários, com computadores, televisão, videogame e acesso à internet, para fomentar a inovação e a tecnologia na cidade, oferecendo também cursos profissionalizantes digitais, que facilitem o acesso da juventude ao mercado de trabalho. O parque de máquinas precisa ser renovado e a velocidade da rede ampliada.
- Retomar os editais “Redes e Ruas” de fomento à Cultura Digital, com coletivos e organizações da sociedade civil.

-
- Promover o uso de Softwares Livres na gestão municipal. Softwares livres são programas de computador de código aberto e de propriedade intelectual coletiva. Em 2016, o prefeito Fernando Haddad sancionou a Lei 16.574, que dispõe sobre a utilização de sistemas operacionais e demais softwares livres nos computadores da Administração Municipal. Como vantagens, podemos citar a gratuidade das licenças de software, a independência de fornecedores, maior qualidade e segurança, a auditabilidade do código e a inserção soberana da Prefeitura na sociedade da informação. A lei precisa ser colocada em prática. Vamos economizar milhões de reais de dinheiro público com software livre.
 - Criar um Descomplica SP em cada Prefeitura Regional da cidade, totalizando 32 unidades em 2024.
 - Integrar os programas de Inclusão Digital com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
 - Conectar 100% das escolas públicas com internet banda larga e renovar todo o parque de máquinas dos laboratórios escolares. Todos os computadores da rede serão trocados no período de 4 (quatro) anos. Também lançaremos um Plano Municipal de Ensino da Linguagem de Programação, dando a crianças e jovens a oportunidade de entrarem nesse mercado, que, mesmo na crise, tem vagas de emprego sobrando.
 - Proteger os dados pessoais do cidadão. O PT entende que os dados pessoais são sensíveis e podem ser usados contra o interesse das pessoas. Atualmente, as empresas utilizam sistemas de inteligência artificial para tornar o marketing e a influência política mais eficazes, justamente a partir de bases de dados massivas. Mais do que isso, o acesso sem critério a dados pessoais pode interferir negativamente em questões de saúde, empregabilidade e crédito. Conosco, os dados do povo são sigilosos.
 - Retomar o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, como forma de ampliar a participação popular, entender e atender às demandas do povo.

todos a equipamentos modernos e da educação para seu uso. É a cidade do respeito, em que cidadãs e cidadãos têm a garantia de que seus dados estão protegidos. Na São Paulo do Futuro, todos podem estudar, trabalhar e se divertir em rede, porque o acesso ao conhecimento e à tecnologia é direito de todos.

A São Paulo do Futuro é uma cidade moderna, acessível e conectada. Assim será a gestão de Jilmar Tatto na Prefeitura de São Paulo.

PROPOSTAS PARA UMA SÃO PAULO MODERNA, ACESSÍVEL E CONECTADA

- Tornar São Paulo a maior rede pública de wi-fi livre do mundo. Nossa meta é chegar a 1.000 (mil) pontos de acesso até o final de 2024.
- Criar o programa Bairros Digitais, universalizando o acesso à internet em comunidades de baixa renda. O WiFi Livre SP também selecionará 5 (cinco) comunidades de baixa renda de até 30 mil pessoas e criará o projeto-piloto Bairro Digital Livre SP, com acesso de 100% das residências à internet.
- Ampliar e modernizar a rede pública de Laboratórios de Fabricação Digital, o Fab Lab Livre SP, criado no governo Haddad. Ampliar o programa, atualizando seu parque de máquinas e criando novas unidades especializadas, como um Fab Lab focado em audiovisual e games e outro empenhado na reciclagem de plástico, em parceria com as cooperativas de catadores. Ampliaremos o Fab Labs para os 46 Centros Educacionais Unificados – CEUs. A rede totalizará, portanto, 60 laboratórios até 2024. Para permitir a participação dos mais pobres, criaremos a Bolsa Residente Maker, baseada no programa Operação Trabalho.
- Criar o Portal do Compartilhamento, permitindo a troca de conhecimentos digitais: programas de computador, arquivos em formato CAD, audiovisual e uma infinidade de projetos podem ser criados nos equipamentos públicos de inclusão digital, como telecentros e Fab Labs. A Prefeitura de São Paulo criará um portal web interativo que permita aos cidadãos produzir colaborativamente e trocar conhecimentos. A produção intelectual desenvolvida nesses centros será voluntariamente licenciada como um bem comum. O objetivo é criar uma imensa biblioteca virtual que possa estimular e facilitar aprendizagens e novos projetos de qualquer natureza.
- Refundar os telecentros municipais, que serão renovados e remodelados para que se tornem espaços de convivência e de coworking comunitários, com computadores, televisão, videogame e acesso à internet, para fomentar a inovação e a tecnologia na cidade, oferecendo também cursos profissionalizantes digitais, que facilitem o acesso da juventude ao mercado de trabalho. O parque de máquinas precisa ser renovado e a velocidade da rede ampliada.
- Retomar os editais “Redes e Ruas” de fomento à Cultura Digital, com coletivos e organizações da sociedade civil.
- Promover o uso de Softwares Livres na gestão municipal. Softwares livres são

programas de computador de código aberto e de propriedade intelectual coletiva. Em 2016, o prefeito Fernando Haddad sancionou a Lei 16.574, que dispõe sobre a utilização de sistemas operacionais e demais softwares livres nos computadores da Administração Municipal. Como vantagens, podemos citar a gratuidade das licenças de software, a independência de fornecedores, maior qualidade e segurança, a auditabilidade do código e a inserção soberana da Prefeitura na sociedade da informação. A lei precisa ser colocada em prática. Vamos economizar milhões de reais de dinheiro público com software livre.

- Criar um Descomplica SP em cada Prefeitura Regional da cidade, totalizando 32 unidades em 2024.
- Integrar os programas de Inclusão Digital com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
- Conectar 100% das escolas públicas com internet banda larga e renovar todo o parque de máquinas dos laboratórios escolares. Todos os computadores da rede serão trocados no período de 4 (quatro) anos. Também lançaremos um Plano Municipal de Ensino da Linguagem de Programação, dando a crianças e jovens a oportunidade de entrarem nesse mercado, que, mesmo na crise, tem vagas de emprego sobrando.
- Proteger os dados pessoais do cidadão. O PT entende que os dados pessoais são sensíveis e podem ser usados contra o interesse das pessoas. Atualmente, as empresas utilizam sistemas de inteligência artificial para tornar o marketing e a influência política mais eficazes, justamente a partir de bases de dados massivas. Mais do que isso, o acesso sem critério a dados pessoais pode interferir negativamente em questões de saúde, empregabilidade e crédito. Conosco, os dados do povo são sigilosos.
- Retomar o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, como forma de ampliar a participação popular, entender e atender às demandas do povo.

// SÃO PAULO DAS OPORTUNIDADES

A cidade de São Paulo foi historicamente pensada como eixo de desenvolvimento dos grandes empreendimentos do país. Um modelo de desenvolvimento voltado para os interesses dos conglomerados econômicos, através de subsídios e facilitações do setor público, mas que pouco olhava para a economia local ou para a agricultura familiar, tampouco para o pequeno e microempresário e trabalhadores informais, que representam a maior parte dos empregos da cidade.

A São Paulo das Oportunidades visa interromper essa lógica perversa, tendo como prioridades a inclusão econômica e social das populações mais pobres, a geração de trabalho e renda, a redução das desigualdades e a garantia de acesso aos serviços e espaços públicos.

A São Paulo das Oportunidades faz-se presente nos locais em que vivem as pessoas, promovendo a participação ativa das cidadãs e cidadãos no controle social das políticas e equipamentos públicos.

O Partido dos Trabalhadores entende que o poder local é estratégico para combatermos desigualdades históricas numa cidade construída a partir do privilégio de uma elite econômica, que implementou um modelo concentrador de riqueza sem se atentar a um planejamento urbano que garantisse o desenvolvimento e o direito de todos à cidade.

Na São Paulo das Oportunidades, crescimento econômico significa também desenvolvimento local, solidário, sustentável e inclusivo. Rompe-se a lógica de uma cidade injusta e desigual, com postos de trabalho precários e distantes dos locais de residência. Constrói-se, em seu lugar, um novo modelo de convivência, no qual o poder público executa, regulamenta, induz e potencializa o desenvolvimento de uma cidade com várias centralidades, impulsionando as vocações de cada território.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

As gestões Lula e Dilma, baseadas no tripé democracia, crescimento econômico e distribuição de renda, construíram um arcabouço institucional que vislumbrava o rompimento da estrutura desigual da sociedade brasileira. As políticas de transferência de renda associadas aos ganhos reais do salário mínimo, ao aumento da formalização e geração de empregos e ao aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores reduziram a desigualdade.

Todavia, a ruptura da institucionalidade no governo Dilma desencadeou uma série de políticas que impactam diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, como a emenda do teto dos gastos das despesas federais, a desregulamentação e precarização do trabalho e a reforma da previdência. O governo federal passou a operar sob a lógica do mercado acima de tudo, negando o papel do Estado como garantidor de direitos e destruindo as políticas públicas que apontavam para a distribuição de renda.

Doria se utilizou da ascensão do pensamento conservador para ser eleito prefeito e instalou uma política de austeridade com a redução da participação das principais áreas sociais no orçamento público: educação, saúde, assistência social, habitação e cultura. Uma política de contenção de despesas que ignorava as taxas de crescimento real da arrecadação municipal. Covas seguiu caminho similar e, após três anos acumulando recursos em caixa, fechou o primeiro quadrimestre de 2020 com R\$ 18 bilhões disponíveis, correspondentes a 32% da execução orçamentária do ano anterior. Um escárnio para uma cidade com tantas demandas urgentes.

A gestão tucana atravessou este período sem consolidar qualquer instrumento de planejamento, ignorou os planos decenais elaborados na gestão anterior, como o Plano Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Habitação, ambos elaborados por meio de um exaustivo processo de participação popular, como também encerrou depois de dois anos o Programa de Metas. Enquanto Doria era prefeito de auditório, produzindo pautas semanais, da guerra aos grafiteiros à farinata, Covas apostou no último ano de gestão todos os recursos em zeladoria.

A taxa de investimentos na gestão tucana foi escandalosa. O investimento anual médio dos três primeiros anos da gestão Doria/Covas, de R\$ 1,9 bilhão anuais, foi o pior dos últimos 18 anos. Quando comparado com a média da gestão Haddad, a queda nos valores investidos por ano foi de 48,6%.

João Doria e Bruno Covas esvaziaram ainda espaços estratégicos de gestão orçamentária, como a Junta Orçamentária e Financeira, transformando-a em instância meramente fiscalista que limita as despesas orçamentárias; extinguiram o Conselho Participativo de Orçamento e Planejamento, responsável pelas fases de planejamento, elaboração e monitoramento orçamentários; modificaram a integração do Programa de Metas com os demais instrumentos de planejamento e orçamento da cidade, dificultando a transparência e o controle social sobre as entregas do governo.

A ausência de planejamento e gestão do orçamento paulistano contribui para reforçar um dos nossos maiores problemas: as desigualdades existentes na distribuição de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos entre as regiões da cidade. Enquanto as regiões Sul 2, Leste 2 e Norte 2 apresentam altos índices de precariedade habitacional, menores proporções de equipamentos públicos por cem mil habitantes, menos parques e áreas verdes; regiões do centro expandido têm mais infraestrutura de saneamento, empregos e equipamentos públicos. Essa alta concentração de equipamentos em

uma restrita região da cidade produz um efeito inercial sobre o custeio, ao impor que o orçamento seja direcionado para os equipamentos já existentes, o que, por sua vez, perpetua as desigualdades na cidade. Planejamento e gestão não podem se limitar a uma retórica eleitoral vazia, como aconteceu na gestão PSDB, mas devem, prioritariamente, fundamentar-se nos princípios da equidade e justiça social, e é isso que defendemos para a gestão do orçamento paulistano.

Uma São Paulo das Oportunidades trabalha ativamente para reduzir a exploração das trabalhadoras e trabalhadores, as desigualdades de renda e acesso aos serviços, induzindo um maior e melhor desenvolvimento econômico.

Plano de Justiça Tributária - A tributação do 1% mais rico na cidade de São Paulo

Para alguns, o orçamento de austeridade pode parecer razoável, mas ele é causa de mais problemas do que benefícios. Os tempos difíceis se estendem se nossa primeira resposta é reduzir as receitas para hospitais e escolas ou repassar os custos do sistema de transporte integralmente para a população.

Segundo a Oxfam, o 1% mais rico da população mundial tem a mesma riqueza dos demais 99%. Não existe mobilidade social para uma parcela gigantesca da população, que atravessa a vida presa a uma espiral de dificuldade financeira, pobreza e violência, enquanto os super-ricos concentram cada vez mais riquezas e privilégios.

No Brasil, o 1% mais rico concentra 30% da renda nacional. Assim, uma trabalhadora recebendo um salário mínimo levaria 19 anos para ganhar o que um super-rico recebe em um mês. Estamos distantes de uma sociedade em que todas as pessoas tenham uma vida digna.

Na gestão Haddad, a sociedade obteve acesso aos dados atualizados da concentração fundiária em São Paulo. Por meio do Decreto 56.701/2015, tornaram-se públicos os dados do cadastro imobiliário fiscal relativo ao IPTU, o que demonstrou uma realidade que infelizmente já se previa: 1% dos proprietários, os mais ricos, concentram 45% do patrimônio imobiliário da cidade. E a tributação desta concentração passou ilesa na gestão PSDB, mesmo com previsão legal que exigia a revisão da Planta Genérica de Valores.

Concernente à renda, São Paulo também não é diferente do resto do país. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua do 1º trimestre de 2020, a remuneração média dos 10% mais pobres da população paulistana é de R\$ 668, enquanto o 1% mais rico ganha em média R\$ 41 mil. Isto significa que o 1% mais rico ganha mais de 61 vezes o que ganham os 10% mais pobres. Mesmo assim, a elite econômica e financeira sempre evoca o argumento da meritocracia para questionar as políticas de enfrentamento da desigualdade, sejam elas por meio da tributação dos mais ricos, geração de empregos, programas de distribuição de renda ou políticas afirmativas.

A renda de 90% dos trabalhadores paulistanos foi ainda reduzida entre 2014 e 2019,

segundo a pesquisa Escalada da Desigualdade, da FGV Social. A renda dos 50% mais pobres foi reduzida em 17,1%; para a parcela referente a 40% acima da média, a redução da renda foi de 4,2%, enquanto o 1% mais rico registrou um aumento de 10,1% na renda. Para combater a geração de desigualdade, é necessário um pacto social de redistribuição intensa da geração de renda e riqueza em âmbitos nacional e global. No caso brasileiro, a desigualdade social é agravada pelo sistema tributário altamente regressivo, em que há cobrança de alíquotas maiores em impostos indiretos, o que encarece o preço de produtos e serviços, visto que as empresas repassam os custos dos impostos para a população. Por outro lado, os impostos sobre a renda, propriedade, lucro e dividendos possuem alíquotas baixas, ou mesmo inexistem.

O Partido dos Trabalhadores nunca se isentou da responsabilidade de construir um novo marco tributário nas três gestões em que esteve à frente da Prefeitura de São Paulo. Avançou na progressividade de tributos e enfrentou aqueles que querem permanecer com privilégios, e é justamente esta construção que o capacita a apresentar o Plano de Justiça Tributária - A tributação do 1% mais rico na cidade de São Paulo, no qual prevê uma tributação progressiva justa que atinja o núcleo da concentração de renda e riqueza na cidade, o 1% mais rico.

PROPOSTAS PARA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

- Promover a Justiça Tributária, tributando o 1% mais rico da cidade de São Paulo.
- Avançar na justiça fiscal com o IPTU Progressivo, com a ampliação de faixas de cobrança para imóveis acima de 1 milhão de reais.
- Tributar, com alíquota complementar, a alta concentração de imóveis nas mãos de poucos proprietários.
- Efetivar a função social da propriedade e desapropriar imóveis ociosos. Restituir estrutura e equipe para o pleno funcionamento do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade.
- Tributação Progressiva do ITBI, adotando uma alíquota complementar para imóveis de alto valor, com valor venal acima de R\$ 1 milhão, conforme a tabela abaixo.

VALOR VENAL DO IMÓVEL	ALÍQUOTA COMPLEMENTAR
De 1 milhão a 2 milhões	0,10%
De 2 milhão a 3 milhões	0,20%
De 3 milhão a 5 milhões	0,30%
De 5 milhão a 10 milhões	0,40%
Acima de 10 milhões	0,50%

PROPOSTAS PARA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Extinguir benefícios fiscais dos bancos. A maior cidade do país possui o dever de liderar o enfrentamento do poderio dos bancos que inflamam uma guerra fiscal para operar em municípios com excessivos benefícios fiscais. Os benefícios fiscais concedidos pela Prefeitura de São Paulo são na ordem R\$ 1,5 bilhão por ano. O cálculo da Confederação Nacional dos Municípios é de que o país deixa de arrecadar R\$ 9,5 bilhões ao ano como fruto desta disputa.
- Retomar a Junta Orçamentária Financeira (JOF) como instância estratégica de gestão.
- Regionalizar o orçamento, através de aspectos técnicos que permitam à população conhecer a quantidade de recursos públicos destinados a sua região, e realizar investimentos locais de acordo com indicadores territoriais. O amplo acervo de dados e indicadores sociais georreferenciados na cidade de São Paulo permite que esse compromisso seja construído com indicadores objetivos: 43% dos recursos de uso livre para as 7 subprefeituras com piores indicadores sociais e urbanos na cidade, e mais 27% para as seguintes, totalizando 70%, e os outros 30% nas subprefeituras com melhores índices, priorizando a situação de populações mais vulneráveis nessas áreas.
- Reativar o Conselho Participativo de Planejamento e Orçamento.
- Reativar a plataforma Planeja Sampa de acompanhamento de metas da prefeitura, promovendo a transparência e o accountability.
- Construir, em conjunto com os demais 38 municípios da Grande São Paulo, uma governança metropolitana, buscando soluções conjuntas para os problemas existentes.
- Retomar a iniciativa do empoderamento da população local, através de conselhos nas subprefeituras formados por munícipes e com número de conselheiros de acordo com a densidade demográfica, podendo haver um limite máximo e respeitando a paridade de gênero.
- Disponibilizar espaços de representação, com vaga especialmente designada para a inclusão de representantes de minorias, etnias e da população LGBTQIA+.
- Disponibilizar para o Conselho Participativo Municipal um espaço físico estruturado nas subprefeituras, para que os conselheiros possam exercer suas funções dignamente.
- O Conselho Participativo Municipal terá, definida na LOA (Lei Orçamentária Anual), dotação orçamentária para a deliberação de ações definidas pelo conselho participativo em cada distrito.
- Garantir que os recursos previstos na LOA para deliberação do Conselho Participativo Municipal tenham como parâmetro a observância do IDH e do índice GINI, de forma a garantir maiores investimentos nas regiões que mais necessitam.
- Fomentar, por meio de simpósios, palestras, workshops, grupos de trabalho etc., a interação com outras formas de controle social, participação social e conselhos temáticos da cidade.
- Retomar o Conselho da Cidade, órgão consultivo de orientação à gestão municipal,

formado por representantes dos movimentos sociais, entidades de classe, empresários, cientistas e pesquisadores, artistas, lideranças religiosas etc.

- Novo formato, que inclua um representante da população, eleito em cada subprefeitura, e um representante da gestão, indicado por cada subprefeitura, para fazer parte do Conselho da Cidade.
- Criar uma equipe que possa dar suporte ao Conselho da Cidade.
- Consultar permanentemente a população em temas que sejam de grande relevância para a sociedade, através de consultas públicas como: Plebiscito (consulta popular à sociedade, antes da construção da proposta, com alternativas oferecidas pelo poder público); Referendo (consulta popular à sociedade de projeto ou proposta já elaborada pelo poder público); Audiências Públicas virtuais/digitais e Assembleias Locais etc.
- Criar uma plataforma de participação digital, para que a população possa participar de forma remota, mas direta, das ações de participação social e consultas públicas.
- Realizar uma audiência pública em cada uma das Subprefeituras, uma vez por ano, com a presença do Prefeito e de representantes dos demais órgãos do poder público, para prestação de contas e, principalmente, ouvir da população uma avaliação da ação do governo municipal e as principais demandas locais.
- Recriar a Controladoria Geral do Município (CGM), desativada pelos governos Doria e Covas.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O governo do PT irá assumir o compromisso de não haver mais nenhuma contratação de OS para atendimento no serviço público.

As OSs são entidades supostamente sem finalidade lucrativa, contratadas pela administração pública para gerenciar e prestar serviços nas áreas da saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, entre outras. Foram criadas na gestão FHC em 1998 (na época, o PT ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a constitucionalidade do modelo) e implantadas na capital em 2006, na gestão Serra/Kassab. A Prefeitura contrata OSs (terceiros) com cessão de bens da prefeitura e repasse de recursos públicos para gerenciar e prestar serviços públicos, o que dispensa o contratado da licitação para compras e de concurso público para contratação de pessoal.

Na área da Saúde, os valores gastos com as OSs são astronômicos: em 2019 representavam 47,39% dos gastos totais da pasta (R\$ 5,441 bilhões), contra 20,74% dos gastos na administração direta, ou R\$ 2,381 bi. O número de funcionários das OSs aumentou 220% desde 2008 e eles hoje representam 65% da força de trabalho da Secretaria Municipal da Saúde. Houve uma diminuição de 44% de funcionários efetivos municipais desde 2008 e, devido ao alto número de aposentadorias, o número deve continuar diminuindo. Atualmente, para cada funcionário municipal efetivo, existem 3,6 funcionários de OSs.

A pandemia deixou evidentes a desarticulação dos equipamentos de saúde e a falta de controle dos atendimentos. O processo de privatização via OSs impede o comando único, desarticulando o sistema e ferindo os princípios do SUS. Destaque para a escandalosa contratação de OSs para a montagem dos Hospitais de Campanha, fartamente divulgada na imprensa a partir de denúncias de médicos indicando a “quarteirização” dos serviços via PJ.

Na São Paulo das Oportunidades, os serviços públicos, realizados em condições dignas de trabalho e sob princípios públicos, direcionam-se ao bem-estar de todos, ao invés do lucro de poucos.

PROPOSTAS PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

- Recuperar, para a administração pública pessoal, prédios e equipamentos cedidos a OSs, bem como suspender os contratos vigentes com as Organizações Sociais. Tal processo, dado o número de contratos e recursos humanos envolvidos, deve ser iniciado pelas grandes empresas, por meio de análise contratual e auditorias junto a prestadoras.
- Integrar os funcionários das OSs ao corpo de funcionários da Prefeitura, por meio de concursos públicos.
- Cessar as contratações por meio de quarteirizações via pessoa jurídica em hospitais municipais.
- Retomar a gestão do Theatro Municipal, hoje gerido pela OS Odeon, cujas contas

COMUNICAÇÃO

As últimas gestões do Partido dos Trabalhadores, tanto em âmbito nacional quanto municipal, perderam a oportunidade de enfrentar a questão da democratização dos meios de comunicação e de tratar o tema de forma estratégica. Em âmbito municipal, a Secretaria de Comunicação sempre foi tratada como uma assessoria do prefeito para a grande imprensa.

Embora tenhamos avançado em políticas públicas para mulheres, indígenas, combate ao racismo, LGBTQIA+, juventude, direitos humanos e no diálogo com os movimentos sociais, faltou uma estratégia de comunicação para privilegiar e pautar essas temáticas no debate público.

Desse modo, torna-se fundamental aliar a política de comunicação à de cultura, criando um amplo programa de comunicação pública, uma junção de plataformas e esforços conjugados (portal de informações, rede de rádios comunitárias, investimento em comunicação via redes sociais) que sirvam à divulgação cultural de excelência, da produção independente, e formem um contraponto às versões hegemônicas da comunicação empresarial. A luta do PT envolve assegurar que a comunicação seja livre. Em tempos de retorno da censura, do discurso político em uníssono, é preciso garantir o espaço do contraditório, o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação. Como resultado, pode-se distribuir melhor produção cultural do município, sufocada pelas linguagens comerciais e pelo monopólio dos meios.

Na São Paulo das Oportunidades, a Prefeitura atua para facilitar a comunicação entre cidadãos/ãs e o poder municipal, promovendo a circulação de informações e ampliando a esfera pública.

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO QUE GERA OPORTUNIDADES

- Criar o Conselho Municipal de Comunicação Social, de caráter multisetorial, para a promoção do debate, elaboração e acompanhamento das políticas públicas de comunicação da cidade.
- Apoiar a instituição de um Conselho para a Radiodifusão Comunitária - CONRADCOM, com o objetivo de estabelecer políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos da liberdade de expressão, informação e comunicação na radiodifusão comunitária.
- Implementar um Sistema de Radiodifusão do Município (TV e Rádio Pública Municipal), com programação plural e participação de um conselho envolvendo toda a coletividade da cidade de São Paulo.
- Criar uma Agência Pública de Notícias que acompanhe a execução de políticas públicas na cidade (Poder Executivo) e os atos do Poder Legislativo, para prover de notícias os jornais de bairro, rádios comunitárias, rádios convencionais, sites e outros

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O governo do PT irá assumir o compromisso de não haver mais nenhuma contratação de OS para atendimento no serviço público.

As OSs são entidades supostamente sem finalidade lucrativa, contratadas pela administração pública para gerenciar e prestar serviços nas áreas da saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, entre outras. Foram criadas na gestão FHC em 1998 (na época, o PT ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a constitucionalidade do modelo) e implantadas na capital em 2006, na gestão Serra/Kassab. A Prefeitura contrata OSs (terceiros) com cessão de bens da prefeitura e repasse de recursos públicos para gerenciar e prestar serviços públicos, o que dispensa o contratado da licitação para compras e de concurso público para contratação de pessoal.

Na área da Saúde, os valores gastos com as OSs são astronômicos: em 2019 representavam 47,39% dos gastos totais da pasta (R\$ 5,441 bilhões), contra 20,74% dos gastos na administração direta, ou R\$ 2,381 bi. O número de funcionários das OSs aumentou 220% desde 2008 e eles hoje representam 65% da força de trabalho da Secretaria Municipal da Saúde. Houve uma diminuição de 44% de funcionários efetivos municipais desde 2008 e, devido ao alto número de aposentadorias, o número deve continuar diminuindo. Atualmente, para cada funcionário municipal efetivo, existem 3,6 funcionários de OSs.

A pandemia deixou evidentes a desarticulação dos equipamentos de saúde e a falta de controle dos atendimentos. O processo de privatização via OSs impede o comando único, desarticulando o sistema e ferindo os princípios do SUS. Destaque para a escandalosa contratação de OSs para a montagem dos Hospitais de Campanha, fartamente divulgada na imprensa a partir de denúncias de médicos indicando a “quarteirização” dos serviços via PJ.

Na São Paulo das Oportunidades, os serviços públicos, realizados em condições dignas de trabalho e sob princípios públicos, direcionam-se ao bem-estar de todos, ao invés do lucro de poucos.

PROPOSTAS PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

- Recuperar, para a administração pública pessoal, prédios e equipamentos cedidos a OSs, bem como suspender os contratos vigentes com as Organizações Sociais. Tal processo, dado o número de contratos e recursos humanos envolvidos, deve ser iniciado pelas grandes empresas, por meio de análise contratual e auditorias junto a prestadoras.
- Integrar os funcionários das OSs ao corpo de funcionários da Prefeitura, por meio de concursos públicos.
- Cessar as contratações por meio de quarteirizações via pessoa jurídica em hospitais municipais.
- Retomar a gestão do Theatro Municipal, hoje gerido pela OS Odeon, cujas contas

COMUNICAÇÃO

As últimas gestões do Partido dos Trabalhadores, tanto em âmbito nacional quanto municipal, perderam a oportunidade de enfrentar a questão da democratização dos meios de comunicação e de tratar o tema de forma estratégica. Em âmbito municipal, a Secretaria de Comunicação sempre foi tratada como uma assessoria do prefeito para a grande imprensa.

Embora tenhamos avançado em políticas públicas para mulheres, indígenas, combate ao racismo, LGBTQIA+, juventude, direitos humanos e no diálogo com os movimentos sociais, faltou uma estratégia de comunicação para privilegiar e pautar essas temáticas no debate público.

Desse modo, torna-se fundamental aliar a política de comunicação à de cultura, criando um amplo programa de comunicação pública, uma junção de plataformas e esforços conjugados (portal de informações, rede de rádios comunitárias, investimento em comunicação via redes sociais) que sirvam à divulgação cultural de excelência, da produção independente, e formem um contraponto às versões hegemônicas da comunicação empresarial. A luta do PT envolve assegurar que a comunicação seja livre. Em tempos de retorno da censura, do discurso político em uníssono, é preciso garantir o espaço do contraditório, o pluralismo e o acesso a fontes diversificadas e independentes de informação. Como resultado, pode-se distribuir melhor produção cultural do município, sufocada pelas linguagens comerciais e pelo monopólio dos meios.

Na São Paulo das Oportunidades, a Prefeitura atua para facilitar a comunicação entre cidadãos/ãs e o poder municipal, promovendo a circulação de informações e ampliando a esfera pública.

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO QUE GERA OPORTUNIDADES

- Criar o Conselho Municipal de Comunicação Social, de caráter multissetorial, para a promoção do debate, elaboração e acompanhamento das políticas públicas de comunicação da cidade.
- Apoiar a instituição de um Conselho para a Radiodifusão Comunitária - CONRADCOM, com o objetivo de estabelecer políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos da liberdade de expressão, informação e comunicação na radiodifusão comunitária.
- Implementar um Sistema de Radiodifusão do Município (TV e Rádio Pública Municipal), com programação plural e participação de um conselho envolvendo toda a coletividade da cidade de São Paulo.
- Criar uma Agência Pública de Notícias que acompanhe a execução de políticas públicas na cidade (Poder Executivo) e os atos do Poder Legislativo, para prover de

notícias os jornais de bairro, rádios comunitárias, rádios convencionais, sites e outros veículos menores com informações sobre as ações do poder público, criando ainda um canal de comunicação para as demandas dos munícipes.

- Estimular a utilização da TV Câmara para a veiculação de produtos locais, garantindo a representatividade da comunidade.
- Descentralizar os recursos e as ações de comunicação, por meio das Subprefeituras e Secretarias, com a implantação de coordenadorias de Comunicação em cada Subprefeitura, facilitando a comunicação com os munícipes e o fomento a projetos de comunicação alternativa nos bairros.
- Definir política democrática e transparente para a distribuição de publicidade oficial nos meios de comunicação, tornando públicos os critérios de distribuição de verbas e a execução orçamentária, a fim de evitar pressões governamentais e de atores privados. Deve ainda ser garantida uma distribuição de recursos não norteadas apenas pela audiência, mas por outros critérios, como a diversidade e pluralidade de fontes e opiniões, assim como o respeito aos direitos humanos, mantendo, de forma permanente, no plano de mídia da cidade, as rádios comunitárias, os jornais de bairro e outras mídias de caráter local e segmentadas.
- Criar linhas de crédito através de editais públicos destinados especificamente ao financiamento da produção independente, popular e comunitária, que tenha como foco a cultura local e valorize a diversidade (regional, étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, de orientação sexual e inclusão de pessoas com deficiência).
- Fortalecer o Programa de Fomento ao Serviço de Radiodifusão Comunitária (Lei 16.572/2016), com a ampliação dos recursos destinados à execução da lei e fortalecimento das entidades do setor.
- Capacitar agentes de comunicação para impulsionar a produção de conteúdo e o desenvolvimento local, com o uso dos equipamentos públicos – CEUs e Fábricas de Cultura – para a formação e capacitação de radialistas e comunicadores sociais (analógicos, digitais e multimídias).
- Estabelecer práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens e adultos. Atenção especial para o aprendizado do uso de celulares/smartphones na produção de vídeos com conteúdos simples e diretos, com a finalidade de denunciar e informar acontecimentos.
- Promover a capacitação do setor da radiodifusão comunitária.
- Apoiar a Transição Digital em todos os setores da Comunicação.
- Envio de Boletim Informativo (newsletter) via E-mail, WhatsApp ou Telegram aos munícipes, conforme as demandas encaminhadas ou atendidas pelo app, com as políticas públicas existentes e em andamento nas regiões.
- Utilizar as mídias sociais e demais veículos de comunicação para aumentar a participação popular em cada distrito.
- Criar um setor para monitorar, via redes sociais, as demandas da população atinentes

às políticas públicas, bens e serviços públicos (administração direta ou terceirizados).

- Criar um programa para a divulgação cultural na cidade voltado à produção independente, valendo-se dos portais de informação da Prefeitura e de investimentos em rádios comunitárias e redes sociais.
- Criar um jornal público e gratuito de ampla circulação para divulgação das ações da Prefeitura.
- Criar campanhas de conscientização com os setores que promovem o combate ao racismo, à LGBTfobia e à Violência contra as Mulheres, valorizando, simultaneamente, a Cultura Periférica.
- Estimular a representação de gênero, de orientação sexual, raça-etnia e geracional, por meio de programa de cotas nos veículos de comunicação, assim como priorizar as mídias que adotarem tal política.

SUBPREFEITURAS

A Prefeitura Municipal de São Paulo tem optado por uma gestão centralizada da cidade, incapaz de compreender as dinâmicas e contradições das diversas regiões, resultando em um Estado moroso, ineficaz e distante da população. A Secretaria de Subprefeituras não exerce o papel de articuladora das demandas locais e as subprefeituras e coordenadorias encontram-se enfraquecidas, sem autonomia política para discutir os problemas regionais ou encaminhar soluções para o território.

A centralização da execução dos contratos de serviços públicos, como a varrição e a coleta de lixo, atende à lógica do centro expandido e não considera, por exemplo, os resíduos que se acumulam nas periferias. Funcionários envelhecidos e sobrecarregados por quase duas décadas de ausência de concursos públicos são distribuídos desigualmente entre as regiões. O desarranjo administrativo entre as secretarias e as subprefeituras também é visível no funcionamento das praças de atendimento das subprefeituras: formulários e requerimentos protocolados são protelados ou ignorados, o que leva a população ao descrédito e à desqualificação do serviço público.

Apesar da renegociação da dívida com a União feita pela gestão Haddad (2013-2016), que possibilitou uma situação fiscal e um contingente de recursos financeiros inéditos à administração municipal, os valores executados pelas subprefeituras, nos últimos quatro anos, são os menores desde a homologação da Lei 13.399/2002, que estabelece a criação, estrutura e atribuições das subprefeituras. Os tucanos Doria e Covas não melhoraram em nada o atendimento às necessidades da população e das subprefeituras. Concentraram contratos e orçamentos nas secretarias; extinguíram autarquias; priorizaram eleitoralmente recursos em poucas subprefeituras e deixaram outras à míngua; esvaziaram os conselhos participativos; precarizaram a zeladoria urbana; não apresentaram planos de desenvolvimento local e implementaram uma política higienista em relação à população em situação de rua.

A São Paulo das Oportunidades é descentralizada de forma radical, de modo a colocar à disposição das cidadãs e cidadãos toda a gama possível de serviços públicos municipais nos próprios territórios, onde agentes públicos têm melhores condições de avaliar, fiscalizar e fomentar o desenvolvimento local e a participação popular, com estrutura e orçamento adequados para tanto.

PROPOSTAS PARA SUBPREFEITURAS

- Retomar o processo de descentralização do poder municipal, cabendo às subprefeituras a articulação intersetorial, implementação e execução das políticas públicas, impulsionadas pela participação popular. As secretarias ficam incumbidas de planejar, fiscalizar, elaborar e monitorar as políticas públicas, sinalizando as diretrizes do município.

-
- Retomar a autonomia política das subprefeituras como articuladoras locais.
 - Retomar a autonomia financeira das subprefeituras e ampliar seu orçamento.
 - Retomar e ampliar as coordenadorias em cada subprefeitura, de acordo com a Lei 13.682/2003.
 - Criar concurso público para o quadro de funcionários das subprefeituras.
 - Levar a execução de contratos de serviços públicos, como varrição e coleta de lixo, para as subprefeituras.
 - Fazer editais de contratos de serviços públicos que priorizem as cooperativas e os agentes locais.
 - Criar 32 Núcleos Intersetoriais Regionais (NIRs).
 - Criar 1 Núcleo Integrado Municipal (NIP).
 - Construir Planos de Bairro.
 - Fortalecer o Fórum de Subprefeitos.
 - Realizar novo convênio com o IPT.

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os direitos da classe trabalhadora vêm sofrendo vários ataques desde o golpe de 2016. Sob a falsa justificativa de modernizar as relações de trabalho para gerar emprego e retomar o crescimento econômico, o governo Temer aprovou a reforma trabalhista, retirando direitos já garantidos e consolidados. Além de precarizar as relações de trabalho, também enfraqueceu os sindicatos. A eleição do presidente Bolsonaro acentuou o problema: uma das primeiras medidas do seu governo foi extinguir o Ministério do Trabalho, o que fez com que as políticas públicas de trabalho fossem dissolvidas e desarticuladas. Depois ainda vieram a reforma da previdência e a tentativa de implementar a carteira verde e amarela, que acabou sendo revogada.

Por outro lado, a quarta revolução industrial, que está em curso – também chamada de indústria 4.0 –, vem impulsionando outras transformações no mundo do trabalho, com um conjunto de tecnologias disruptivas, como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data, nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas. Se por um lado a revolução tecnológica elimina empregos, ela também nos abre um universo infinito de possibilidades. Uma delas é a chamada Economia de Plataforma, que intermedeia mercado e serviços diversos por meio de aplicativos. No entanto, a falta de regulamentação para essas empresas, principalmente no sentido de garantir direitos trabalhistas para os profissionais de aplicativos, promove a superexploração da mão de obra, com remunerações baixíssimas, ausência de direitos e de vínculo formal de trabalho. Quando olhamos para as pessoas que se sujeitam a essa situação, constatamos que estão fortemente presentes questões como classe, raça, juventude e gênero.

O setor público também vem passando por um processo de precarização. Durante os quatro anos de governo Doria/Covas foram aplicadas medidas contra a população, seus direitos e conquistas, privatizando e terceirizando serviços públicos, num verdadeiro desmonte da cidade. A privatização alcançou escolas, postos de saúde, o serviço funerário e equipamentos culturais, entre outros. Na educação, avança-se o fim das creches públicas, com a finalidade de incentivar um programa do tipo “Mãe-Crecheira” e às entidades conveniadas. Na saúde, amplia-se o número de postos de saúde gerenciados por OSs e o fechamento de bases do SAMU. No transporte, vemos o aumento do valor do Bilhete Único, a extinção do vale-transporte mensal e a redução de oito para duas viagens no Bilhete do Estudante Mensal. Por essas razões, o governo do PT desde já se compromete a reverter tais medidas, ampliando os serviços públicos, tão caros à população da periferia, que deles mais necessita.

Não há concursos públicos em quantidade suficiente para repor o déficit de trabalhadores e faltam políticas de valorização profissional e condições de trabalho adequadas. Não há negociação coletiva efetiva e meios que democratizem as relações de trabalho. A

política salarial do 0,01% de aumentos anuais não repõe sequer a inflação e somente leva à queda do poder aquisitivo e de condições de vida dos servidores públicos. Os trabalhadores do serviço público municipal ainda passaram pela reforma da previdência da gestão Doria/Covas – o SampaPrev –, que aumentou a alíquota de contribuição dos(as) servidores(as) de 11% para 14%, caracterizando um confisco mensal de 3% nos salários.

Na São Paulo das Oportunidades, alternativas de trabalho e renda, formação e crescimento profissional, bem como o estímulo às pequenas e microempresas locais, estão ao alcance de todas e todos. O trabalho é realizado em condições dignas, e conta com a proteção e o apoio do poder público municipal.

PROPOSTAS QUE GERAM OPORTUNIDADES DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Trabalho e Desenvolvimento Local

- Retomar o papel de indutora do desenvolvimento local da Agência de Desenvolvimento São Paulo (ADESAMPA) e instituí-la por decreto-lei na cidade. A Agência irá estimular o crescimento econômico e a geração de empregos, sobretudo nas periferias, para que a classe trabalhadora não precise se deslocar por três horas para chegar ao trabalho.
- Retomar projetos importantes, como as Caravanas do Desenvolvimento Local e Trabalho Decente, para que a comunidade consiga trabalho sem precisar fazer grandes deslocamentos.
- Disponibilizar unidades móveis do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) para auxiliar a população na elaboração de currículo, habilitação e orientação sobre o seguro-desemprego, oportunidades de emprego e emissão de carteira de trabalho.
- Criar ao menos um Centro de Atendimento ao Trabalhador - CAT para cada subprefeitura.
- Regulamentar as empresas de aplicativos que atuam na cidade, exigindo contrapartidas que garantam direitos mínimos aos trabalhadores, tais como piso salarial, vale-refeição, EPIs, espaço para cuidar da higiene pessoal e manutenção dos equipamentos.
- Ativar frentes de trabalho para geração de emprego e renda aos trabalhadores na realização de pequenas obras de acessibilidade e segurança na cidade.
- Fortalecer e articular o sistema público de emprego à rede municipal de formação profissional e às iniciativas de desenvolvimento local, sustentável e solidário, resgatando os projetos de desenvolvimento da Zona Leste, Centro, Sul e Noroeste.

Pequenas e Microempresas

- Promover o acesso a instituições financeiras habilitadas à concessão de microcrédito, com taxas de juros reduzidas.

- Identificar e promover o acesso a linhas de crédito direcionadas aos MEIs (Microempreendedores Individuais), MEs (Microempresas), EPPs (Empresas de Pequeno Porte), EESs (Empreendimentos Econômicos Solidários) e arranjos produtivos locais.
- Promover estudos para propostas de novos modelos de financiamento para MEIs, MEs, EPPs e EESs.
- Implementar o MEI móvel, voltado ao microempreendedor individual, com serviços como: emissão de CNPJ, inscrição estadual e de nota fiscal, inclusão no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) da prefeitura paulistana e orientações aos microempreendedores que desejem se formalizar para iniciar o seu próprio negócio.
- Ofertar treinamento para empreendedores e empregados, com foco na abertura de empresas e sua gestão sustentável.
- Organizar e promover assistência técnica para o empreendedor nas áreas jurídica, contábil, financeira e de gestão.
- Promover a estruturação e o desenvolvimento de cadeias produtivas formadas por micro, pequenas e médias empresas e cooperativas.
- Promover os benefícios legais dispensados às micro e pequenas empresas e à economia solidária já existentes no ordenamento jurídico brasileiro, assessorando os empreendedores locais no usufruto de tais benefícios.
- Promover espaços de participação social para a proposição de um novo marco regulatório municipal das micro e pequenas empresas e economia solidária.
- Retomar e executar de forma radical o Decreto de Compras Públicas, descentralizando contratos para aquisição de uniformes escolares, material de educação, material de limpeza, uniformes da área da saúde, uniformes de trabalhadores da limpeza e manutenção, entre outros, priorizando a compra de cooperativas, pequenos e médios empreendedores.
- Formar gestores públicos e licitadores para que conheçam a legislação e possam realizar licitações com tratamento diferenciado para microempresas e coletivos de produção.
- Garantir que 20% das licitações municipais envolvam as micro e pequenas empresas.
- Garantir que as compras da prefeitura sejam, pelo menos, 50% junto a micro e pequenas empresas ou cooperativas da cidade de São Paulo.
- Fomentar parcerias entre o poder público e os micro e pequenos empresários nas regiões.
- Desenvolver política visando a permanência das empresas nas regiões.
- Criar, por subprefeituras, o Programa de Comércio Justo e Solidário.
- Fomentar as atividades comerciais locais.
- Buscar novos locais de comercialização de produtos oriundos de empreendimentos econômicos solidários e de empreendedores populares.
- Promover feiras locais e temáticas em espaços públicos e shopping centers populares.
- Articular com a Secretaria de Transportes a melhoria do acesso aos centros comerciais

locais.

- Anistiar as microempresas que faliram do pagamento de taxas de encerramento.
- Isentar 100% do ISS no primeiro ano de uma microempresa ou até seu faturamento anual chegar a 50% do limite.
- Criar a Casa do Empreendedor, voltada para a ampliação e formalização de empreendedores individuais.
- Fomentar o empreendedorismo e o cooperativismo, criando estrutura operacional nas subprefeituras.
- Criar o selo de diversidade, com acesso e incentivo ao empreendedorismo para as pequenas e médias empresas que atuem com o público LGBTQIA+.
- Fomentar atividades econômicas que aglutinem a população LGBTQIA+ em suas diversas áreas de atuação.

Servidores e Serviços Públicos

- Criar a Secretaria de Municipalização e Recuperação dos Serviços Públicos. Há experiências internacionais de reestatização e de remunicipalização de serviços públicos. São pelo menos 835 casos em todo o mundo, abrangendo diversos setores, como água, resíduos, saúde, assistência social, educação, transporte e energia.
- Abrir concursos públicos para a contratação de trabalhadores(as) em todas as áreas da administração direta e indireta.
- Manter, na rede municipal, os 11 hospitais e os 11 CEUs que a prefeitura quer entregar para a administração privada.
- Reverter o desmonte da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA).
- Passar o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) novamente para a rede pública, reorganizando a rede.
- Fortalecer e reconhecer o SINP – Sistema de Negociação Permanente como espaço efetivo de negociação e resultados, que incluem o estabelecimento de Acordo Coletivo de Trabalho, abrangendo todas as cláusulas: econômica, social, saúde do(a) trabalhador(a), condições de trabalho etc.
- Implementar a Política de Valorização dos Servidores Públicos, com um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os trabalhadoras e trabalhadores, garantindo ascensão profissional. É preciso mudar a Lei 13.303/2002, de forma a garantir a reposição inflacionária anual, abrangendo os ativos e aposentados (administração direta, autarquias e fundação).
- Fortalecer as escolas de governo, visando promover a formação dos servidores públicos.
- Lutar pela revogação do SampaPrev, aprovado por Bruno Covas, no quadro da luta nacional pela revogação das reformas de Bolsonaro.
- Fortalecer e ampliar as políticas de combate à violência e assédio no trabalho.
- Respeitar a liberdade de organização sindical. É fundamental tratar de assuntos caros

à organização sindical, tais como a liberdade de organização sindical, abrangendo a liberação de dirigentes sindicais. Implementar as deliberações da Convenção 151 da OIT, ratificada em 2010 pelo Congresso Nacional, adequando a legislação municipal.

Desenvolvimento Estratégico

- Construir, de forma intersetorial, o Banco de Dados Social – instalação do Cadastro Social por subprefeitura, alimentando-o com dados de todas as secretarias que operam políticas sociais; o Banco será complementar ao CadÚNICO, com informações de MEIs e trabalhadores informais, bem como microempreendedores, beneficiários de serviços e políticas públicas municipais.
- Realizar diagnóstico para traçar o perfil vocacional econômico das regiões, construindo projetos para geração de emprego e renda conforme o perfil da mão de obra regional.
- Planejar a execução de propostas de ação integrada a partir de uma base sólida de informações coletadas por setores técnicos, em diálogo com os agentes sociais locais, e definir prioridades sociais de investimento e atuação.
- Criar os Grupos de Ação Local (GAL), com representantes do poder público, movimentos sociais e sociedade civil, para identificar os saberes e fazeres locais.

Ciência, Tecnologia e Sociedade

- Criar o Programa Municipal de Estímulo à Inovação, financiado por um fundo municipal de fomento à inovação. Este programa poderá ser desenvolvido em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), institutos federais, universidades públicas e privadas, entidades comerciais e industriais, com o objetivo de promover a inovação, a produtividade e a sustentabilidade no âmbito da subprefeitura.
- Criar incubadoras de empresas em parceria com universidades, para apoio técnico e de gestão em todas as subprefeituras.
- Implementar políticas que estimulem a pesquisa, a difusão de tecnologias e a inovação, com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas, atuando em conjunto com os parques e centros tecnológicos, institutos de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas.
- Implementar o Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas - VAI TEC, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídios, atividades inovadoras que melhorem a qualidade de vida na cidade, em especial as ligadas às tecnologias da informação e comunicação.
- Criar 32 Universidades Populares Empreendedoras – UPPEs (com cursos presenciais e online), conforme o modelo das universidades implementadas nos CEUs, em parceria com universidades, institutos técnicos e outras entidades de formação, como a

Universidade Solidária (UNISOL) e a Associação Latino-Americana de Micro, Pequena e Média Empresa (ALAMPYME).

- Expandir o número de escolas profissionalizantes, em diversas áreas do conhecimento, no modelo Escola Makiguti, a ser replicado nas áreas periféricas, conforme a vocação local.
- Elaborar um aplicativo municipal de entregas, a ser gerido pelos entregadores, por meio de cooperativas. A Prefeitura será responsável pela criação do aplicativo, sua publicidade, gestão dos créditos e pagamentos.
- Os percentuais a serem cobrados para manutenção da plataforma, taxa de entrega, ganhos e direitos dos entregadores e estabelecimentos serão definidos pela cooperativa, em interlocução com a Prefeitura, de forma democrática e participativa.
- Os munícipes cadastrados em programas sociais e que receberam créditos de moeda social poderão utilizá-los para a realização de pedidos pelo aplicativo.
- Os entregadores que aderirem ao aplicativo municipal terão direito a seguro em casos de acidente no trabalho, sendo pagos pela própria receita do app.
- A taxa de cobrança dos estabelecimentos será de até 6% para os que aderirem ao modelo somente para vendas.
- Reativar e qualificar o SAMPA DIGITAL:
 - o Conectar quem vende algum produto ou serviço com quem consome, incluindo as subprefeituras;
 - o Melhorar o georreferenciamento;
 - o Criar interface para que a população possa acompanhar o processo licitatório e a execução dos contratos;
 - o Cadastrar todos os MEIs, cooperativas e microempresários no sistema;
 - o Divulgar o sistema para que tenha o maior número possível de usuários.

Desenvolvimento Socioeconômico

- Reorientar logística e produtivamente os arcos de desenvolvimento da cidade, através de suas obras viárias, garantindo a Habitação de Interesse Social (HIS), mobilidade urbana, emprego e renda para a população da região.
- Promover a redução das desigualdades regionais dentro do município, com a geração de emprego e renda prioritariamente nas áreas com alta densidade populacional e limitada oferta de empregos, focando nas iniciativas voltadas à inclusão social dos segmentos mais vulneráveis, como jovens, mulheres e população negra e indígena.
- Desenvolver programa de incentivo aos setores da economia criativa, especialmente as iniciativas oriundas dos territórios periféricos, como estímulo ao desenvolvimento econômico, geração de empregos de qualidade e produção de bens e serviços de elevado valor agregado.
- Incentivar e viabilizar a instalação de empresas nos polos periféricos, buscando o comprometimento dos empresários para a contratação de trabalhadores da região

onde a empresa será instalada.

- Integrar as regiões, potencializando polos de trabalhos.

Economia do Turismo

- Mapear, estruturar e potencializar polos turísticos regionais articulados com ações de geração de trabalho e renda, cooperativas e pequenos e médios empresários.
- Construir equipamentos turísticos fora do centro expandido, com o objetivo de criar novas centralidades urbanas e gerar emprego nos bairros e distritos afastados do centro.
- Integrar a política de turismo com as demais áreas, principalmente com cultura, esporte, educação, meio ambiente, serviço funerário e saúde, promovendo circuitos turísticos locais.
- Reativar e qualificar o app Guia de Compras, de maneira a oferecer ao turista opções de lazer, cultura etc.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E BANCOS COMUNITÁRIOS

As políticas econômicas aplicadas atualmente pelos governos federal, estadual e municipal privilegiam o capital financeiro, atingem diretamente a gestão dos municípios e inviabilizam políticas de desenvolvimento econômico local. No caso de São Paulo, isso é ainda mais grave, dada a grande densidade populacional periférica, desatendida de políticas econômicas e sociais e com ameaças constantes de sucateamento dos serviços públicos. Os bancos privados, e os bancos públicos capturados por estes, são os principais instrumentos dessa dinâmica concentradora de renda, devido a sua política de juros altos, crédito de acesso restrito e de transformação do Estado em refém de suas ganâncias, através da dívida pública, inviabilizando políticas de desenvolvimento. Para inverter essa lógica perversa de concentração de renda a favor dos mais ricos, é preciso uma política financeira ousada, que destine a maior parte dos recursos para o desenvolvimento econômico e urbanístico municipal, levando em conta a sustentabilidade ambiental e a dignidade econômica de toda a população. A proposta do governo petista é a criação de um Banco Municipal de Desenvolvimento Econômico, com controle social, a partir de um Fórum Social Municipal de Finanças, combinada com o apoio à criação de Bancos Comunitários nos bairros.

A Economia Solidária e, dentro dela, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são uma realidade no Brasil e uma necessidade para a resistência organizada dos trabalhadores na atual situação econômica e política. Este movimento social avançou desde 2002 até os dias de hoje. Na cidade de São Paulo, existiam seis Bancos Comunitários. Hoje há apenas três funcionando, e com dificuldade. No entanto, há um crescimento de movimentos sociais procurando alternativas financeiras para enfrentar o sistema atual, perverso e cada vez mais excludente. Este movimento deu lugar ao que chamamos de movimentos pró-Bancos Comunitários – grupos sociais, lideranças, profissionais e moradores que, a partir do contato com a experiência bem-sucedida dos Bancos Comunitários, querem reproduzir este modelo em suas comunidades. Hoje há treze núcleos se formando em vários bairros da cidade, a partir do impulso dado pela realização do 1º Encontro Paulista de Bancos Comunitários, realizado em junho/julho de 2020, e a tendência é este número aumentar.

Como sabemos, a Economia Solidária e os Bancos Comunitários são movimentos sociais independentes de governos, partidos e igrejas, e, para que possam realizar sua tarefa, além de manter sua independência, precisam ser reconhecidos e legitimados.

O Banco Comunitário é um serviço financeiro solidário, criado a partir de uma associação comunitária, pensado para gerar trabalho e renda e para incentivar a produção e consumo locais. É administrado pelos próprios moradores, com os princípios da Economia Solidária, fazendo com que a riqueza circule na própria região. A grande diferença entre os bancos comunitários e os bancos comerciais é que os Bancos Comunitários

não têm como objetivo o lucro. Eles reinvestem seu ganho na própria comunidade. Os Bancos Comunitários, através de várias iniciativas, procuraram, na escala federal, normatizar sua atividade financeira através de projetos de lei e propostas de regulamentação pelo Banco Central. Com o advento das fintechs (entidades tecnológicas que realizam serviços financeiros), foi aberta uma brecha para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e todos os BCDs, que é o uso do dinheiro eletrônico na forma de moeda social. Por isso, foi criado o e-dinheiro.

O e-dinheiro é uma Moeda Social Eletrônica – o dinheiro circula através do aplicativo, via cartão ou celular e por isso é eletrônico. É “social” porque os ganhos obtidos com as transações são direcionados para investimentos nas comunidades onde ele é utilizado. O sistema de compensação do e-dinheiro opera como uma transação de pagamento sem dinheiro entre os participantes do sistema. Créditos e débitos nas contas dos participantes são lançados na sede do Instituto E-dinheiro. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários inclui milhares de participantes – pequenos comércios, seus funcionários e as comunidades de todas as regiões do Brasil.

Com o reconhecimento e utilização dos serviços dos BCDs e do e-dinheiro pela administração municipal, para pagamento de benefícios sociais, contratação de cooperativas ligadas aos bancos ou apoio à criação dos bancos nos bairros, a economia local poderá promover a criação de milhares de novos postos de trabalho e melhora da renda da população local.

O município de São Paulo já experimentou, em dois governos do PT, de Marta Suplicy e Fernando Haddad, a Economia Solidária como política de governo. Embora bem-sucedida, a proposta não teve continuidade nas demais gestões.

Decretos e leis garantem a permanência da Economia Solidária como política de Estado: a Lei 13.118/01 – São Paulo Confia (Banco do Povo) – Crédito Solidário; a Lei 14.731/08 – Feira Municipal e Feiras Regionais de Economia Solidária; a Lei 15.524/12 – cria o Dia Municipal de Economia Solidária; e a Lei 16.836/18 – estabelece as Diretrizes para a Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo; e o decreto que criou o Centro Público de Direitos Humanos e a Incubadora Pública Municipal de Direitos Humanos e Economia Solidária. Outro decreto importante é o que cria os Pontos de Economia Solidária e Cultura (Ponto Benedito e Ponto Corifeu), ligados à Secretaria de Saúde, no atendimento à saúde mental. A rede de CECCOs e CAPS, também ligados à política de saúde mental, capacitam grupos de usuários para trabalhar coletivamente sob a proposta da Economia Solidária.

Além dos Bancos Comunitários, outro instrumento importante da Economia Solidária são os Clubes de Trocas que usam moedas sociais, incluindo a moeda digital e-dinheiro. Há também fundos ligados a redes, como aquelas de saúde mental, Associação de Mulheres da Economia Solidária (AMESOL), Feira Agroecológica e Rede de Economia Solidária Feminista (RESF), entre outros. O município de São Paulo avançou em iniciativas envolvendo compras da merenda escolar, mas ainda há muito para se avançar quanto

à aquisição de produtos e serviços de outros setores em Economia Solidária. Algumas iniciativas fomentadas na gestão Haddad continuam resistindo e em funcionamento, como a cooperativa de alimentação do Jd. Edith e o grupo de costureiras da Zona Leste (Guaianases e região). Infelizmente, o objetivo de tornar estes empreendimentos econômico-solidários (EES) em prestadores de serviços para a Prefeitura não avançou. Outros ESS que vêm resistindo, a despeito da pandemia, são: Oré – cestas para o consumo responsável, Cooperativa Ambrosia, Amesol, Ybiatã, Retrós Veste, Toca do Gnomo, Colibri, Amarilda Artesanato, Artemanhas, Abrassadeira, Mulheres Ilha do Bororé, Ateliê Dani Mathias, Línea, Tear Manual, Arte em Prata, Jera Alimento Saudável, Arapoti, Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres/RESF, Rede de Saúde Mental e Economia Solidária.

Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, há um departamento de cooperativismo e algumas ações/programas de apoio pela ADESAMPA (Agência de Desenvolvimento de São Paulo). No atual momento, sobretudo, é de fundamental importância que sejam retomadas as iniciativas de fomento à Economia Solidária, como estratégia e política de Estado.

A Economia Solidária precisa ser reconhecida, social e politicamente, como estratégia de desenvolvimento sustentável e promoção de um trabalho decente, incluída num ambiente institucional adequado à formalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas. A ES é parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadoras e trabalhadores, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Na São Paulo das Oportunidades, a Economia Solidária se constitui como uma estratégia de promoção de desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário, ancorada na valorização das iniciativas comunitárias e na dinamização de cadeias produtivas e arranjos econômicos, com a estruturação de redes de cooperação que envolvem os atores territoriais.

PROPOSTAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Implantar o Programa de Economia Solidária no município, respaldado por marco legal e com dotação orçamentária compatível.
- Adotar um Projeto Municipal de Renda Básica, associado a um banco social municipal e a bancos comunitários regionais – com respectivas moedas sociais do município e subprefeituras ou região, com conselho paritário entre poder público e população.
- Revisar as legislações existentes, de forma a alinhá-las às necessidades e diretrizes do programa de governo da Economia Solidária.
- Implantar Centros Públicos e Incubadoras de Economia Solidária em todas as regiões e subprefeituras da cidade, para assessorar, nos aspectos técnicos, organizacionais e de

comercialização, cooperativas, associações e grupos informais, com atividades visando a formalização, capacitação, incubação e apoio no desenvolvimento de tecnologias sociais.

- Garantir equipe técnica e alocar gestores nos centros públicos e incubadoras que tenham formação em Economia Solidária e atuem com fundamentação no diálogo com as comunidades como base do conhecimento, como propunha Paulo Freire.
- Criar o Conselho Municipal de Economia Solidária, com formação paritária, que possa assegurar a participação e o controle social sobre as políticas públicas de fortalecimento da Economia Solidária.
- Criar o Fundo Municipal de Economia Solidária, como fonte permanente para o financiamento de projetos dos EES, incluindo custeio e formação continuada.
- Viabilizar áreas e espaços públicos para os EES.
- Promover eventos, feiras e implantar espaços de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária.
- Apoiar a incorporação de catadoras e catadores que trabalham individualmente nas ruas da cidade às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis autogestionárias, visando a integração com as políticas públicas de coleta seletiva e de logística reversa.
- Implantar uma política de contratação de cooperativas de trabalho para a realização dos serviços necessários à municipalidade, notadamente dos catadores de materiais recicláveis, serviços e empreendimentos de limpeza, empreendimentos de costura, alimentação, jardinagem e manutenção.
- Estimular entregadores e condutores de veículos para o cooperativismo digital, com apoio para a elaboração e a gestão de aplicativos.
- Ampliar a utilização de grupos de Economia Solidária nos serviços contratados pelo poder público municipal (exemplos: lavanderia, serviços de alimentação, buffet, limpeza, fornecimento de itens manufaturados, como máscaras e aventais).
- Desenvolver programa de apoio aos usuários do sistema de saúde mental e egressos do sistema prisional, para que trabalhem em grupos de economia solidária.
- Apoiar a criação dos serviços de extensão rural como processo, ou seja, com fundamentação em metodologias construtivistas de assessoramento técnico ao agricultor familiar rural, urbano e periurbano, valorizando a produção de orgânicos e a agroecologia.
- Atuar para que as subprefeituras implantem um Programa de Aquisição de Alimentos dos produtores rurais locais e distribuição às populações em estado de vulnerabilidade social.
- Estabelecer parcerias e convênios com universidades, institutos de tecnologia e órgãos de pesquisa e extensão dos governos federal e estadual, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos e iniciativas econômicas solidárias.
- Promover a inclusão da economia solidária como tema no ensino fundamental e

médio da rede pública municipal e estadual, bem como a criação de cursos de extensão universitária voltados para a formação em Economia Solidária.

- Abrir escolas aos finais de semana para acesso às comunidades, com atividades culturais e de lazer que estimulem a prática da Economia Solidária.
- Criar nos CEUs a Escola Pública de Economia Solidária, que promova seminários, palestras e cursos de formação.
- Priorizar as ações que integrem segurança alimentar e Economia Solidária, como: promoção de feiras de produtos orgânicos; estímulo à organização de grupos de compra; criação e integração de bancos de alimentos com associações de produtores e comércio varejista.
- Construir o Mapa da Desigualdade por bairro ou por subprefeitura, como subsídio ao trabalho do Desenvolvimento Local.

Bancos Comunitários

- Criar um Banco Municipal de Desenvolvimento Econômico, combinado com o apoio à criação dos Bancos Comunitários.
- Contratar os serviços dos BCDs para pagamento das contas públicas e dos salários dos funcionários através do e-dinheiro.
- Contratar os serviços dos BCDs para pagamento de benefícios sociais, como o Bolsa-Família, Renda Básica da Cidadania e outros através do e-dinheiro.
- Realizar compras públicas para escolas, hospitais, serviços de limpeza, manutenção de parques e jardins, reciclagem de resíduos sólidos e orgânicos, entre outros, com produtos e serviços de cooperativas e associações locais ligadas aos bancos comunitários.
- Contratar cooperativas ou associações de trabalhadores vinculadas à política de fomento dos Bancos Comunitários para atender serviços essenciais básicos:
- Cooperativas de catadoras e catadores localizadas no município, para a prestação de serviços na área da coleta seletiva, triagem, destinação adequada, inclusão social, de acordo com a Lei 12.305/2010 e a Lei Federal 8666;
- Cooperativas de reciclagem de materiais e aparelhos eletrônicos;
- Cooperativas de costureiras para a confecção de uniforme escolar, hospitalar e de outros serviços públicos;
- Cooperativas de trabalhadores da construção civil;
- Cooperativas de trabalhadores especializados em construção de placas solares, para geração de energia e redução das tarifas de energia elétrica;
- Cooperativas de trabalhadores na área de água e de saneamento básico, para a instalação de canalização de águas, proteção de rios e mananciais, canalização de esgotos e criação de fossas sépticas biodigestoras, para proteção meioambiental e produção e cultivo de plantas perenes;
- Cooperativas de trabalhadores ligados ao serviço de desratização e outros insetos.

-
- 
- Cooperativas de trabalhadores ligados aos projetos de hortas urbanas;
 - Cooperativas de trabalhadores ligados à armazenagem e distribuição de alimentos;
 - Cooperativas de cozinheiras para a produção de refeições da merenda escolar e centros de restaurantes populares em cada bairro;
 - Cooperativas de profissionais cuidadores de idosos para atuar em Núcleos de Convivência;
 - Cooperativas de profissionais para as creches públicas conveniadas;
 - Cooperativas de Serviços de Limpeza Pública Urbana, como varrição de rua, limpeza de feiras, bueiros, capina, poda de árvores, entre outros;
 - Cooperativas de profissionais da alimentação (merendeiras ou cozinheiras) para escolas e outros espaços;
 - Cooperativas de Manutenção e Construção de Pequenas e Médias Obras para espaços públicos;
 - Cooperativas de Assessoria e Manutenção de Equipamentos de Informática;
 - Cooperativas de Assessoria em Educação, Meio Ambiente e outras áreas em que existam demandas;
 - Cooperativas de transporte público municipal;
 - Cooperativas de formação;
 - Cooperativas de produção cultural.

AMBULANTES

O trabalho na economia popular é a realidade de um imenso contingente de pessoas que, sem emprego, criam alternativas na luta pela sobrevivência. Em um país desigual e de grande injustiça social como o Brasil, pessoas consideradas desempregadas ou subempregadas pelos números oficiais, ou ‘empreendedoras’ pelo jargão neoliberal, são trabalhadoras que não têm a opção de ficar em casa enquanto uma vaga de emprego formal não aparece, nem de dispensar ofertas de trabalho sem vínculo empregatício, mal pagas e com jornadas exaustivas. São trabalhadoras(es) sem direitos, mas que inequivocamente movem a economia da cidade.

A renda básica emergencial aprovada nacionalmente, somente depois de muita pressão dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e de seus representantes parlamentares, não tem oferecido condições suficientes para enfrentar este período de alta instabilidade e vulnerabilidade. Primeiramente, porque precisaria chegar sem burocracia e com rapidez ao bolso dos trabalhadores, o que não vem acontecendo. Muitos trabalhadores informais têm reclamado da dificuldade de acessar os recursos, e quem tem fome, tem pressa. Outras iniciativas emergenciais são necessárias, tais como a isenção das contas de serviços básicos (luz, água e gás) e isenções de taxas para as permissões de uso do solo público. São urgentes ainda as ações de distribuição de alimentos e itens de limpeza, seja pela ação comunitária ou pelo poder público, garantindo um mínimo de proteção social neste momento de crise e calamidade pública. Os vendedores ambulantes da cidade de São Paulo regularizados pela Prefeitura dividem-se em dois grupos: os permissionários, detentores do Termo de Permissão de Uso – TPU, e os trabalhadores com autorização temporária de venda ambulante no programa “Tô Legal”. Quando a gestão atual lançou o programa “Tô Legal”, afirmou, com alarde, que o objetivo seria alcançar 45 mil ambulantes. Ocorre que a taxa de cerca de R\$ 800,00 para obter a licença e a destinação de pontos por apenas três meses funcionam como desincentivos e o número de inscritos no programa hoje é de menos de 15 mil.

O trabalho ambulante é extremamente penoso. A categoria está sujeita a todo tipo de violação e processos de criminalização, a ataques de fiscais corruptos e arbitrariedade do poder público, apreensão de mercadorias, com grande violência policial, que cassa os TPUs, muitas vezes sem qualquer explicação. Outro problema a ser enfrentado é a enorme violência a que as mulheres ambulantes estão submetidas, descrita no “Dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes” (CGGDH/2012). São violências com a dupla discriminação pela atividade informal e por serem mulheres, perseguições, assédio sexual, tentativas de suborno e corrupção, apropriação indébita das mercadorias e o não reconhecimento da atividade produtiva. Na São Paulo das Oportunidades, ambulantes são tratados com respeito e dignidade.

PROPOSTAS PARA AMBULANTES

- Retomar as Comissões Permanentes de Ambulantes.
- Cancelar as cassações de todos os TPUs de 2005 a 2020.
- Realizar um cadastro ou censo dos Ambulantes da Cidade e regularizar a situação destes trabalhadores.
- Aprimorar os shoppings populares já existentes para o comércio ambulante.
- Criar feira noturna na madrugada, para absorver parte dos ambulantes.
- Aprimorar o programa Tô Legal, transformando a autorização temporária de venda ambulante em Termo de Permissão de Uso.
- Liberar locais em feiras livres para os ambulantes e, principalmente, para os refugiados/migrantes/imigrantes.
- Liberar áreas nos mercados municipais para ambulantes.
- Construir shoppings populares verticais nos terminais de ônibus e em áreas de grande movimento.
- Estabelecer uma política de participação, com a criação do Conselho Municipal dos Trabalhadores e a realização da Conferência Municipal do Trabalho Decente e Ambulante.
- Encaminhar um novo marco legal do Trabalho Ambulante e aprovar um plano para o trabalho da economia popular na cidade de São Paulo.
- Rever e reestruturar a operação delegada e de fiscalização nas subprefeituras.
- Fim do pagamento de taxas e da violência policial (GCM), que os impedem de trabalhar e assegurar o sustento de sua família.
- Articular a pauta dos ambulantes com a agenda de economia solidária.
- Fortalecer a formação e qualificação dos trabalhadores, com especial atenção para as mulheres e imigrantes.

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

São Paulo ainda tem enormes desafios a enfrentar no tema alimentar. Sobretudo neste momento em que atravessamos a pandemia decorrente da Covid-19, a cidade pode ser o centro de uma grande revolução na questão da alimentação e agricultura. É hora de agir para incluir e reconectar pessoas, famílias e grupos, campo e cidade, centro e bairros através da alimentação, de construir um novo Sistema Alimentar Saudável e Sustentável para São Paulo.

A acessibilidade aos alimentos, infelizmente, ainda é questão fundamental para uma parcela expressiva de paulistanos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cidade de São Paulo tem uma taxa de extrema pobreza de mais de 4,9% da população, o que equivale a aproximadamente 600.500 paulistanos, número que deverá aumentar substancialmente no pós-pandemia. São pessoas que não têm renda suficiente para garantir alimentação mínima para seu sustento.

O governo do PSDB deixa um legado de descaso e atraso no combate à fome e à miséria na cidade de São Paulo. Os equipamentos públicos de abastecimento passaram a orientar-se para o interesse de comerciantes e não mais da população consumidora. A Alimentação Escolar está restrita ao seu papel de suporte à educação e desconectada do sistema de produção e abastecimento. São Paulo hoje também não cumpre a legislação que obriga o repasse de 30% das verbas federais para a alimentação escolar à aquisição de alimentos, preferencialmente orgânicos, da agricultura familiar. O governo atual é responsável pelo retorno da fome, pelo fechamento de programas sociais importantes, pela retirada da função social dos mercados públicos e sacolões, bem como pela falta de investimento nas feiras livres.

Alcançar a segurança alimentar e nutricional (SAN) e promover a agricultura sustentável é um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. No Brasil, o direito humano à alimentação adequada é reconhecido pela legislação. Cabe ao poder público adotar as políticas necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Nos municípios, as iniciativas relacionadas à SAN devem contemplar desde a produção até o consumo de alimentos. Já no meio rural, expressa-se na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com a redução gradativa do uso de agrotóxicos até sua eliminação completa. A política municipal de SAN deve abranger programas e ações nas diversas áreas de governo, contemplando diretrizes que envolvam a promoção da produção e comercialização de alimentos, ampliação do acesso a uma alimentação de qualidade e regular, realização da educação alimentar e organização dos consumidores, entre outras iniciativas.

Na São Paulo das Oportunidades, alimentação saudável e balanceada é ao mesmo tempo direito e campo de atuação – para feirantes, agricultores, entregadores, vendedores. Um ramo importante da economia, estimulado e apoiado pelo poder público municipal.

PROPOSTAS PARA ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

- Estabelecer o Programa Governança em SAN – Segurança Alimentar e Nutricional: fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN na cidade de São Paulo.
- Apoiar a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar e projetos da Reforma Agrária no município para o abastecimento da população, das compras institucionais e pela ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros).
- Criar Programa Municipal de Redução e Combate aos agrotóxicos.
- Fomentar a agricultura urbana e periurbana para a produção de alimentos agroecológicos, com o objetivo de gerar renda e distribuir alimentos para a população em condição de insegurança alimentar.
- Criar lei que regulamente a produção e comércio de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos.
- Privilegiar a produção agroecológica e a agricultura familiar nas compras da Prefeitura, em alinhamento às diretrizes presentes na Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA).
- Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir o mercado para produtores da agricultura familiar.
- Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos.
- Adotar a “Alimentação Escolar Orgânica”: caberá ao município o esforço de mapear, buscar ativamente e incentivar a multiplicação da oferta de alimentos orgânicos.
- Fornecer 100% das frutas, verduras e legumes da Alimentação Escolar com produtos de origem orgânica (em 4 anos).
- Atender integralmente à legislação federal que obriga a destinação de 30% dos recursos recebidos do FNDE para aquisições da Agricultura Familiar (a partir do 1º ano).
- Fortalecer os Equipamentos Públicos de Abastecimento Sacolão de Orgânicos, Comboio de Orgânicos e Espaços Orgânicos nas Feiras e Mercados: em São Paulo existem hoje 17 Sacolões Municipais, que comercializam apenas frutas, verduras e legumes convencionais. Esses equipamentos, no entanto, não vendem mais por preços justos e controlados, como era sua concepção original. Equipamentos públicos de abastecimento a preços controlados, como o Sacolão, Mercados Municipais, Comboios ou Minifeiras, promovem o acesso aos produtos em locais aonde eles não chegam ou chegam a preços elevados, fortalecendo a necessária aproximação de produtores de orgânicos e consumidores.
- Implantar 14 novos Sacolões Municipais Orgânicos e instalar 17 Espaços Orgânicos nos Sacolões já existentes (em 4 anos).
- Implantar Comboios ou Minifeiras Orgânicas nas 32 subprefeituras (em 4 anos).

- Implantar Espaços Orgânicos no Mercado Municipal Paulistano e nos 17 Mercados Municipais e em todas as Feiras Livres (em 4 anos).
- Criar ações intersetoriais de promoção e proteção da saúde, priorizando ações de alimentação saudável, controle da obesidade e do sedentarismo.
- Implantar hortas nas escolas, unidades de saúde e equipamentos da assistência social, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional nas políticas sociais.
- Valorizar os espaços de participação em Conselhos, tanto os estimulados pelo Governo Federal como os que poderemos criar na implantação de nosso Sistema Alimentar.
- Transferir a Coordenadoria de Segurança Alimentar para a Secretaria de Governo.
- Realizar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e elaborar, com participação popular, o segundo Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Dotar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional (COMUSAN) de estrutura adequada e criar congêneres nas 32 subprefeituras, com eleições diretas dos munícipes, por território; os eleitos indicarão representantes para a constituição do Grande Conselho, que estabelecerá políticas macro para a cidade, com participação paritária entre ONGs, Conselheiros Territoriais e Governo.
- Dotar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de estrutura adequada, realizar a Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e implantar o Plano Municipal da área.
- Estabelecer instrumentos de Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional com o DATASAN e o Observatório SAN.
- Desenvolver as feiras noturnas.
- Adotar medidas visando a logística inteligente, para eliminar o desperdício e criar novas usinas de compostagem.
- Criar os Restaurantes Populares Orgânicos e as Cozinhas Comunitárias Orgânicas: os Restaurantes Populares são equipamentos que se destinam a atender a população trabalhadora que necessita alimentar-se fora do domicílio, oferecendo preços baixos subsidiados. As Cozinhas Comunitárias são restaurantes de pequena escala, localizados em bairros nos quais, junto ao serviço de refeições, existe também um espaço de formação e qualificação de mão de obra em alimentação, para garantir a inserção econômica e produtiva de trabalhadores.
- Implantar três Restaurantes Populares Orgânicos em áreas de grande movimento (em 4 anos).
- Implantar Cozinhas Comunitárias Orgânicas nas 32 subprefeituras (em 4 anos).
- Comprar 30 % da agricultura familiar.
- Ampliar a estrutura e o quadro funcional da Vigilância Sanitária da Cidade de São Paulo (a partir do 1o ano).
- Capacitar, por meio do Programa “Comer e Viver Melhor”, cidadãs e cidadãos paulistanos com informações e habilidades básicas para adotar uma Alimentação Saudável.

- Criar a campanha permanente “Revolucione sua Comida e Viva Melhor”, com estrutura para distribuição de material informativo e eventos de formação e mobilização da população (a partir do 1o ano).
- Orientar o conhecimento técnico e cultural da gastronomia em direção a uma Alimentação Saudável e Sustentável por meio do programa “Os Chefs vão a Campo”. São Paulo é indiscutível centro de excelência gastronômica mundial. O programa propõe a mobilização desse conhecimento e experiência para a inovação das políticas, equipamentos e serviços públicos na área alimentar, promovendo a saúde e a sustentabilidade.
- Estabelecer um dia em cada semestre para um cardápio especial de gastronomia cultural, saudável e sustentável nas escolas e creches da Alimentação Escolar, com a presença de um chef convidado (a partir do 1o ano).
- Estabelecer, uma vez por mês, em sistema de rodízio, em 25% das Feiras Livres da cidade, a “barraca do Chef” (em 4 anos).
- Promover Conferências Gastronômicas com o Cinturão Verde de São Paulo, reunindo chefs e produtores (a partir do 1o ano).
- Incentivar, com o programa “Sabores Paulistanos”, festivais gastronômicos gerais e festas de bairro, de etnias e/ou comunidades tradicionais, destacando a diversidade cultural de São Paulo, e aliando o evento à informação sobre as receitas dessas comunidades, bem como a dados sobre alimentação saudável e sustentável.
- Criar uma política de Memória e História da Alimentação.
- Articular ações entre as pastas de Cultura, Educação, Turismo e Desenvolvimento Econômico.
- Criar chamamentos públicos específicos para apoiar ações desenvolvidas pela sociedade civil, artistas, pesquisadores e comunidades tradicionais.
- Incentivar a criação de um calendário com Eventos Gastronômicos e da Cultura Alimentar de bairro nas 32 subprefeituras (em 4 anos).
- Programa “Centros ou Espaços de Cultura Alimentar”: os 17 mercados municipais de São Paulo deverão passar por uma transformação cultural, visando sua integração às peculiaridades culturais de sua vizinhança.
- Adaptar os 17 Mercados Municipais para atividades gastronômicas e culturais (em 4 anos).
- Estabelecer a obrigatoriedade, nos mercados, sacolões e demais equipamentos públicos, onde couber, de expor e/ou comercializar produtos oriundos da produção territorial, inclusive artesanatos.
- Mobilizar empresariado e sociedade civil organizada, por meio do programa “São Paulo sem Miséria”. São Paulo tem muitos recursos para combater a fome e a miséria, e experiências que permitem carrear as disponibilidades alimentares às famílias necessitadas, tais como o Banco de Alimentos e a Colheita Urbana, que devem ser ampliadas e integradas à estratégia de eliminação da fome e da miséria.

-
- Mapear os grupos vulneráveis através da busca ativa (no 1o ano).
 - Ampliar equipamentos e programas de distribuição de alimentos às famílias vulneráveis (a partir do 1o ano).
 - Ampliar, articular e concentrar a oferta de políticas e serviços públicos nas regiões vulneráveis (a partir do 1o ano).
 - Oferecer mapa de oportunidades, intermediação pública, qualificação de mão de obra, apoio a empreendimentos da economia solidária e criativa às famílias vulneráveis (em 4 anos).
 - Articular, com o programa “São Paulo, Vida Ativa”, as atividades relacionadas à alimentação com as políticas de incentivo ao empreendedorismo e à economia solidária, buscando aproveitar as oportunidades abertas pela sua transição a um novo Sistema Alimentar Saudável e Sustentável para gerar novos empregos. O setor empresarial de alimentos da cidade deve ser desafiado pela Prefeitura a acelerar essa transição. Com acesso a microcrédito, incubadoras de projetos e apoio à inovação, pequenos negócios com foco em atividades alimentares com a marca da Saúde e da Sustentabilidade deverão florescer. A produção científica e tecnológica existente em São Paulo também deverá ter incentivos para solucionar os pontos sensíveis e desenvolver novos processos produtivos alimentares.
 - Implantar nas subprefeituras Incubadoras de Empresas da Economia Solidária e Criativa voltadas à Alimentação Saudável e Sustentável (em 4 anos).
 - Incentivar, desburocratizar e facilitar o acesso dos produtores do programa “Cinturão Verde de São Paulo” aos mercados privados e institucionais da cidade de São Paulo, para garantir a oferta a preços baixos de alimentos orgânicos, frescos e “in natura”.
 - Ampliar o número de Casas da Agricultura Ecológica, dotadas de estrutura e capacidade técnica para articular e orientar os produtores a fornecerem alimentos saudáveis e sustentáveis para a Prefeitura e para o comércio, além de estabelecer convênios com os municípios da Região Metropolitana (a partir do 1o ano).
 - Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) “São Paulo, Cidade das Hortas”: reservar áreas de cultivo em empreendimentos habitacionais e estabelecer parcerias com cidadãos, grupos e entidades para semear hortas urbanas e periurbanas em quintais, varandas, escolas, centros comunitários, condomínios, praças e áreas em desuso.
 - Fortalecer o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), com revisão da sua gestão e recursos, ampliando-o ano a ano.
 - Levantar as áreas em desuso que podem ser destinadas ao Programa (no primeiro ano).
 - Implantar hortas nas escolas municipais e terrenos públicos levantados (em quatro anos).
 - Firmar convênios para garantir assistência técnica de base camponesa e agroecológica (no 1o ano).

// SÃO PAULO PROTEGIDA

A São Paulo Protegida é uma cidade que compreende não existir valor maior do que a vida humana. E valorizar a vida humana envolve considerar que nenhuma morte é aceitável, e a saúde é um direito fundamental. Significa que a fome também não é aceitável, e que o ser humano não apenas come, mas se alimenta. Todas e todos têm direito a uma vida digna.

Na São Paulo Protegida, as pessoas têm acesso a uma Renda Básica de Cidadania. É uma cidade em que pessoas não precisam se humilhar em filas, arriscando sua saúde, para mendigar um “auxílio” que na verdade é direito de todas as cidadãs e cidadãos brasileiros.

Na São Paulo Protegida, todas as pessoas têm direito à moradia, a viver com segurança e dignidade. Nela, o acesso à terra e a um imóvel seguro é facilitado, e as pessoas são acolhidas enquanto ainda não têm casa.

Na São Paulo Protegida, as pessoas não são agredidas pelos agentes públicos, cuja função é garantir a segurança de todas as pessoas, não converter-se em mais uma fonte de violência.

Considerando que a morte é também parte do ciclo natural do desenvolvimento humano, a São Paulo Protegida compreende que o poder público deve oferecer condições dignas para sepultamentos e conforto às famílias.

Segundo o relatório do primeiro trimestre de 2020 da Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD) contínua, a taxa de desemprego chegou a 13,2% na capital paulista. Levando em conta que a metodologia da pesquisa só considera como desocupado quem procurou emprego nos últimos 30 dias, e que os dados se referem ao mês de março deste ano, não compreendendo a evolução da pandemia no Brasil, o cenário é ainda mais desolador. Vivemos uma profunda crise social, econômica, política e ambiental que agrava a desigualdade, reduz drasticamente a renda das famílias mais pobres e faz crescer o desemprego. O governo do PT irá trabalhar incessantemente para combater as desigualdades na nossa cidade e reduzir os efeitos dessa crise.

Teremos ainda outros desafios: o surgimento de novos assentamentos precários nas bordas da cidade, a chegada do crime organizado nos conjuntos habitacionais e na produção de moradia, o adensamento das favelas, o mercado de aluguel especulativo e desregulado associado ao processo gentrificador das incorporadoras, entre outros fenômenos que, combinados, exercem grande

pressão na moradia de baixa renda. Estas demandas sociais são agravadas na intersecção entre racismo, desigualdades de gênero, as vulnerabilidades de idosos e pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e particularidades do modo de vida indígena. A cidade de São Paulo precisa dar uma resposta audaciosa ao problema da falta de condições adequadas de moradia e da urbanização deficiente nos bairros periféricos, compreendendo que a questão da moradia potencializa outros problemas sociais, em especial no âmbito da saúde e da educação.

Fazendo-se presente nos territórios mais vulneráveis, a Prefeitura tem grande capacidade de compreender as dinâmicas específicas de cada lugar, articular a sociedade civil e coordenar os diversos serviços de atendimento à população, fundamentais para a criação de espaços mais seguros. Sabemos que a violência é um fenômeno multicausal, de modo que, para enfrentá-lo, é preciso compreender o fenômeno em suas raízes históricas, de forma integrada, intersetorial, interdisciplinar e territorializada. Na contramão da predominante lógica repressivo-policial, a política municipal de segurança urbana cidadã do Partido dos Trabalhadores terá uma face mais humana, inovadora e efetiva, pautando-se pelo respeito aos Direitos Humanos, pelo caráter preventivo e pelo engajamento comunitário. Nesse sentido, é preciso que a Prefeitura se coloque ao lado das pessoas mais vulneráveis, garantindo sua segurança e oferecendo oportunidades para que desigualdades e vulnerabilidades eventuais sejam vencidas.

Fazendo da São Paulo Protegida um eixo fundamental de nossa gestão, o programa de governo do PT para a Prefeitura de São Paulo preconiza ainda a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) como um dos instrumentos centrais do combate à desigualdade social. Trata-se de dar toda a ênfase ao desenvolvimento pleno do conceito de saúde universal, igualitária e gratuita estabelecido na Constituição de 1988 e nas Leis Orgânicas da Saúde.

RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

A Prefeitura de São Paulo tem um importante papel no enfrentamento da pobreza, e não pode ignorar a insuficiência de renda da população, nem considerar este problema como de responsabilidade exclusiva do governo federal. Sempre que esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, o PT inovou ao implementar iniciativas como o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, o Renda Mínima e a Busca Ativa, por meio da Assistência Social, que fez com que as famílias inscritas no Programa Bolsa Família passassem de 229 mil em 2012 para 490 mil em 2016, no governo Haddad. Este esforço de inscrição das pessoas no Cadastro Único e no Bolsa Família foram as metas 1 e 2 do Programa de Metas da gestão Haddad, ambas alcançadas – e superadas – ainda na primeira metade de sua administração.

A população precisa, sim, ser protegida em sua segurança de renda. Cada cidadã e cidadão precisa participar das riquezas geradas pela cidade de São Paulo. A existência de bolsões de miséria no município mais rico do país é inaceitável. No entanto, a cobertura do Renda Mínima foi drasticamente reduzida pela gestão do PSDB, que tampouco manteve níveis adequados de busca ativa para atualizar o cadastro das pessoas que recebem os benefícios.

A cidade de São Paulo deve dar um passo decisivo na direção de uma Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional, paga a todo cidadão residente no município como um direito de participação na riqueza da cidade. A experiência do PT com as transferências de renda em âmbito nacional e municipal, alinhada às discussões sobre as políticas sociais mais modernas internacionalmente, leva-nos a reafirmar este projeto. São medidas que estão em acordo com o que diz a Lei Federal 10.835, de autoria do então senador Eduardo Suplicy, sancionada por Lula em 2004, concretizando ainda a proposta que está no PL 620/16, enviado por Fernando Haddad à Câmara Municipal ao final de seu governo. A redução das desigualdades sociais e regionais e a eliminação da pobreza, objetivos estabelecidos como fundamentais pela Constituição Federal de 1988, exigem uma necessária colaboração entre os diferentes níveis de governo.

É preciso avançar e garantir a permanência de uma política de garantia de renda mais solidária e com maior cobertura, que desempenhe um papel fundamental na retomada econômica e social após a pandemia de Covid-19. Recentemente, 3,5 milhões de paulistanos puderam experimentar de forma temporária, e agora com valor reduzido por Bolsonaro, o Auxílio Emergencial. Ao final da crise sanitária, a cidade de São Paulo terá acrescentado às vulnerabilidades que se adensam em diversos territórios a maior incidência do novo coronavírus, que atinge desigualmente os bolsões de precariedade e que precisará ser atacada em seus efeitos. Neste sentido, arranjos que integrem a Renda Básica de Cidadania à estratégia de recuperação serão ainda mais fundamentais. A proposta de Renda Básica de Cidadania apresentada neste Programa de Governo pretende apontar um caminho em direção à universalidade e à incondicionalidade, transferindo benefícios em dinheiro, individualmente e de forma regular e periódica, para todas as pessoas de baixa renda de São Paulo. É importante ressaltar estes aspectos, para que o debate sobre a Renda Básica não fique limitado ao Auxílio Emergencial. O Auxílio Emergencial não leva em conta, por exemplo, relações de dependência que existem nos contextos familiares.

O primeiro ano do próximo governo irá coincidir com o aniversário de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, um marco de profunda importância, que resultou da mobilização de atores sociais em busca da garantia de dignidade e direitos de nossas crianças e jovens. Esse evento deve ser celebrado, e precisa ser complementado por uma política de garantia de renda que enxergue com especial atenção esse público, com vistas à sua proteção.

A primeira etapa de transição deve ocorrer ao longo dos 4 anos da próxima administração,

seguindo passos baseados nas informações sociais disponíveis para a cidade.

PROPOSTAS PARA UMA SÃO PAULO SEM MISÉRIA

- Aumentar o Bolsa Família para R\$ 100 por pessoa. Realizar, de forma imediata, a complementação dos benefícios do Programa Bolsa Família para R\$ 100,00 por pessoa das famílias beneficiárias.

O programa Bolsa Família paga valores variados de benefícios, de acordo com a composição familiar e a renda dos membros da família. Somadas todas as rendas da família, mais o benefício do Bolsa Família, se a renda per capita de um domicílio não atingir R\$ 89,00 mensais, o programa será complementado até este limite através do Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Propomos que essa complementação tenha como referência o valor de R\$ 100,00, de forma que a Prefeitura de São Paulo transfira para essas famílias o valor equivalente a essa complementação. O pagamento pode ser feito utilizando os mesmos cartões pelos quais as famílias já recebem o Bolsa Família, através de acordo de cooperação com o Governo Federal. Isso faria com que 1.290.087 de pessoas que hoje recebem um benefício médio de R\$ 60,51 recebessem uma complementação adicional de R\$ 39,49, ao custo de R\$ 50 milhões mensais para a Prefeitura, totalizando R\$ 611 milhões ao ano. Tal proposta tem custo operacional extremamente baixo e atinge efetivamente os mais pobres. Estes recursos, na mão dos mais pobres, comprovadamente geram efeito multiplicador na economia e nas finanças públicas municipais.

- Instituir a Renda Básica de Cidadania para todos com renda per capita até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (mesmo padrão do Auxílio Emergencial), incluindo crianças, idosos e pagando em moeda própria do município.

Em paralelo à proposta de elevação dos valores do Bolsa Família no município, a Prefeitura deverá instituir progressivamente, conforme disponibilidade orçamentária, a primeira etapa de uma Renda Básica de Cidadania ao garantir, ao final de quatro anos, um benefício por pessoa que se encontre em famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo, o mesmo critério do Auxílio Emergencial.

Para que essa disponibilidade orçamentária seja alcançada em conformidade com as demais políticas públicas desenvolvidas no município, propomos que ano a ano se incorporem mais pessoas à Renda Básica de Cidadania municipal. O critério de elegibilidade para o Auxílio Emergencial permite que a administração municipal obtenha vantagens das experiências de transferência de renda existentes e bases cadastrais disponíveis, além do alcance da rede do Sistema Único de Assistência Social, que precisa ser fortalecido para viabilizar tais iniciativas.

Apesar de se encontrarem em bases cadastrais de diferentes esferas de governo, os beneficiários desta proposta não dispõem de um instrumento imediato para pagamento

dos recursos da Renda Básica de Cidadania. Ao contrário do Auxílio Emergencial, que empurrou milhões de brasileiros para aplicativos que resultaram em atrasos e situações vexatórias na porta de agências bancárias, propomos uma implementação por etapas, fazendo uso de Bancos Comunitários e Moedas Sociais digitais. Essa medida poderá mobilizar dimensões socioterritoriais que permitirão o desenho adequado de uma política de finança solidária, que compõem estratégias inovadoras de desenvolvimento. Embora o Auxílio Emergencial tenha chegado a 3,5 milhões de pessoas, o CadÚnico registra “apenas” 2.555.496 de pessoas recebendo até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, incluindo aposentados, crianças e trabalhadores formais. Diferentemente do programa emergencial, porém, crianças, adolescentes, idosos, pensionistas e aposentados deverão beneficiar-se igualmente da Renda Básica de Cidadania municipal.

Dessa forma, a transferência de renda realizada pela Prefeitura terá papel central na estratégia de impulsionar a atividade econômica municipal, superando estratégias deficientes de desenvolvimento local que não têm sido capazes de gerar novas centralidades econômicas na cidade.

- O valor da Renda Básica de Cidadania deve ser em dobro por criança e adolescente na família, como forma de proteção à infância e adolescência. Em consonância com os propósitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a Prefeitura de São Paulo deverá garantir a todos os cidadãos abaixo de 18 anos, que se enquadrem entre as famílias que recebem a Renda Básica de Cidadania, um benefício em dobro, compreendendo que a proteção social nesta fase da vida é fundamental para o pleno desenvolvimento humano.

HABITAÇÃO

Com o desmonte do Programa Minha Casa, Minha Vida nos governos Temer e Bolsonaro, diversos projetos habitacionais que estavam em desenvolvimento tiveram os recursos interrompidos, criando um enorme problema para os movimentos de moradia e para inúmeras famílias que viram a construção de suas moradias paralisadas, sem prazo de conclusão. Terrenos oferecidos pelo município, na gestão Haddad, como contrapartida para projetos habitacionais do MCMV, tiveram seus projetos interrompidos, sem a liberação dos recursos do programa para projetos e para as construções.

A gestão Doria/Covas centrou seus esforços nas Parcerias Público-Privadas (PPPs), assim como o Governo do Estado de São Paulo. Parte dos terrenos adquiridos durante a gestão Haddad, que possuem boa localização, será utilizada em uma PPP municipal. Sob a lógica de maximização econômica das PPPs, a tendência é que as famílias beneficiárias das habitações tenham renda próxima ao topo da faixa de 3 salários mínimos, ou até mesmo de 10 salários mínimos nos casos das Habitações de Mercado Popular (HMPs). As famílias mais vulneráveis devem ficar de fora dos contratos.

A PPP Municipal Habitacional é a primeira a ser realizada pela cidade de São Paulo, com o objetivo de produzir cerca de 24 mil unidades habitacionais (HIS e HMP), a um valor total de R\$ 7,5 bilhões para os cofres públicos, além dos terrenos disponibilizados pela PMSP. As unidades serão entregues pelos concessionários vencedores dos 12 lotes da PPP nos próximos 3 anos, e o contrato terá duração de 20 anos, com contrapartidas anuais pagas pela Municipalidade em parcelas que variam de R\$ 100 milhões a R\$ 300 milhões durante a vigência do contrato. Esse montante consumirá boa parte dos recursos de investimento em habitação da Sehab/Cohab-SP para um número de UHs que, normalmente, tem sido a produção usual de um mandato (15 a 20 mil UHs), utilizando os recursos existentes no orçamento e nos fundos que apoiam a produção habitacional na cidade de São Paulo.

A média anual de investimentos no quadriênio 2013-2016 em Habitação foi de R\$ 782,3 milhões; na gestão Doria/Covas (triênio 2017-2019) foram investidos R\$ 487,1 milhões por ano. O Fundurb, no entanto, aumentou consideravelmente os seus recursos com o ajuste do cálculo da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), realizado na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) em 2014, podendo captar mais recursos do setor imobiliário para investir na infraestrutura urbana e em habitações de interesse social (HIS). Diante da paralisia do Governo Federal e com maiores recursos no Fundurb – 30% dos recursos devem ser destinados, obrigatoriamente, para a política habitacional –, era de se esperar um maior investimento na cidade de São Paulo pela gestão Doria/Covas, o que não se concretizou na prática.

Ainda na gestão Haddad, quando foi criado o Departamento de Controle da Função Social da Propriedade, com estrutura e equipe condizente, mais de 1.200 imóveis foram

notificados por não cumprirem suas funções sociais. O Departamento, que funcionava com plenas condições para dar seguimento à política implementada, foi enterrado pela gestão Doria, inviabilizando toda e qualquer ação para fins de desapropriação. Uma política que deveria ser de Estado foi sepultada pelos representantes da especulação imobiliária, que encontraram as portas abertas na gestão tucana. O desmonte refletiu diretamente no alcance da política. Enquanto nos dois últimos anos da gestão Haddad foram notificados em média 536 imóveis ociosos, em 2017 apenas 59 foram notificados e em 2018, somente 8.

Os imóveis ociosos notificados passam a pagar um IPTU mais caro, que sobe progressivamente até atingir 15% do valor do imóvel no quarto ano e, em caso de adimplemento, o imóvel pode ser desapropriado e destinado para programas habitacionais. A desestruturação do Departamento impede essa desapropriação dos imóveis para o cumprimento da função social.

Defendemos uma política de habitação que enfrente a questão com uma política audaciosa de terras, programas de produção habitacional, reforma de imóveis vazios, urbanização de favelas, regularização fundiária, atendimento social, direito a assessoria técnica, entre outras ações. E uma ação municipal articulada entre todos os campos de atuação, para garantir mobilidade com mais qualidade, acesso à cultura, saúde, lazer, esporte, educação, infraestrutura, área verde em todos os cantos de São Paulo. Temos o compromisso de viabilizar pelo menos 40 mil moradias durante a nossa gestão municipal. Também defendemos a realização de programas de regularização e urbanização de favelas, moradia em área central, assistência técnica, entre outras medidas.

Defendemos ainda a valorização da ação dos movimentos populares na organização e na promoção da habitação popular. É preciso resgatar as experiências de sucesso do Programa de Mutirões e do Minha Casa Minha Vida Entidades, os quais, com autogestão, produziram moradias de qualidade, além de bairros organizados e atuantes.

Em um São Paulo Protegida, a Prefeitura da cidade assume seu protagonismo no enfrentamento dos problemas habitacionais e urbanos, com ações e respostas políticas contundentes. Para Jilmar Tatto, a questão fundiária e de moradia é prioridade absoluta, refletida no orçamento público e nos investimentos a serem realizados no quadriênio 2021-2024, equiparando-se, em função de sua importância, àqueles de educação e saúde.

PROPOSTAS PARA A HABITAÇÃO

- Priorizar a população de baixa renda (até três salários mínimos), o atendimento das famílias em assentamentos precários, em situação de rua, em áreas de risco e de preservação permanente.
- Efetuar chamamento público de repasse de terras para Moradia Popular, com o

objetivo de disponibilizar as terras já públicas e as desapropriadas pela Municipalidade para que os Movimentos de Moradia produzam EHIS por meio da autogestão.

- Promover a reabilitação de edifícios vazios ou subutilizados nas áreas centrais da cidade para as famílias de baixa renda, exercendo a função social da propriedade de forma contundente.
- Radicalização do PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios) e arrecadação de imóveis inadimplentes para provisão habitacional; há muitos imóveis devendo mais IPTU que seu valor venal.
- Usar recursos do Fundurb para desapropriação de imóveis em áreas centrais.
- Combater a especulação imobiliária, que inviabiliza a aquisição de imóveis, pelo trabalhador, na Região Central.
- Fortalecer o diálogo com a sociedade, em especial com os movimentos e organizações de defesa do direito à moradia e à cidade, valorizando o Conselho Municipal de Habitação (CMH).
- Implementar a Política Habitacional a partir da aprovação do Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2016, que se encontra como Projeto de Lei na Câmara Municipal de São Paulo para votação.
- Aproveitar a revisão do PDE, prevista para 2021, para ampliar a quantidade de ZEIS.
- Estimular a gestão habitacional e urbana baseada em informações e dados abertos.
- Retomar o Programa de Produção Habitacional por Autogestão, em parceria com organizações sociais.
- Criar Programa Municipal de Assistência Técnica em Habitação Social.
- Aprofundar e diversificar o programa de locação social, em três vertentes: locação social em parque público e privado, associativa (promovida por entidades sem fins lucrativos) e de mercado popular (promovida pelo mercado imobiliário).
- Credenciar imóveis para o Bolsa Aluguel: a Prefeitura estabelecerá critérios mínimos de localização, preço e qualidade da moradia; e proprietários de imóveis ou cômodos podem credenciá-los para receber moradores beneficiários do auxílio-aluguel. Com o tempo, apenas imóveis credenciados poderão receber beneficiários do auxílio-aluguel, permitindo ao poder público monitorar o bom uso dos recursos.
- Rever os processos de reintegração de posse promovidos pela Sehab e Cohab.
- Discutir com o Poder Judiciário critérios adequados em desapropriações para promoção de HIS, evitando premiar proprietários que não cumprem a função social da propriedade e a perda de recursos públicos em perícias e custas processuais.
- Revogar a PPP de Covas/Doria que entrega os recursos públicos de habitação popular para a gestão de empresas privadas.
- Reverter recursos do IPTU Progressivo ou de terras públicas alienadas para o Fundo Municipal de Habitação, para habitações de interesse social.
- Usar o novo instituto do ReUrb para desapropriar de imediato áreas abandonadas e/ou em dívida com o município, destinando as mesmas para Habitação Popular.

- Atendimento multidisciplinar para as pessoas em situação de rua, adensamento excessivo e precariedade extrema de moradia. Utilizaremos como referência os Serviços de Moradia Social (SMS) descritos no PMH 2016 e programas internacionais como o Housing First (população em situação de rua nos EUA).
- Estimular e priorizar a contratação de cooperativas, profissionais e empresas locais nas ações e obras de moradia e melhorias urbanas.
- Estabelecer orçamento anual de habitação entre 3 e 4% do orçamento da PMSP, para cobrir as despesas de custeio da Sehab e Cohab-SP e para novos investimentos (recursos separados dos recursos do Fundurb, FMSAE e outros fundos e fontes de receita).
- Criar uma política descentralizada de Regularização Fundiária/Urbanística e outorga de moradias populares.
- Revitalizar conjuntos habitacionais antigos e organizar a população para a conservação de forma autogestionária.
- Criar uma empresa municipal para administração de condomínios de conjuntos habitacionais.
- Criar um programa para reassentamento e/ou recuperação das áreas de risco e de alagamentos e oferta de novas habitações.
- Criar políticas habitacionais específicas, cota habitacional ou selo para pessoas em situação de vulnerabilidade, imigrantes, população LGBTQIA+, pessoas idosas, com deficiência física e mental e mulheres agredidas, e garantir a representatividade desses segmentos sociais no Conselho Municipal de Habitação.
- Criar programas de Urbanização de Favelas.
- Dar celeridade às obras dos Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) e Operações Urbanas e viabilizar a utilização das verbas resultantes de leilões de venda de CEPACs para a concessão de uso de imóveis públicos ocupados e para a construção de mais unidades habitacionais, de maneira a atender a totalidade da população cadastrada, priorizando a população moradora nesses territórios.
- Melhorar os projetos da Operação Urbana Água Espraiada, de maneira que se priorize a comodidade dos moradores (em geral, famílias numerosas) e não apenas o fator estético, o que os torna inclusive mais baratos e funcionais;
- o Investir em Habitação de Interesse Social e inclusão de Paraisópolis na Operação Urbana Faria Lima. Em dezembro de 2019, foi realizado um leilão de CEPACs na operação, que gerou uma arrecadação de R\$ 1,64 bi. Com isso, o caixa atual da operação está em R\$ 2,168 bi. Há uma oportunidade para se utilizarem os terrenos públicos da R. Sumidoro e da Av. Prof. Frederico Hermann Jr., que estavam no plano de privatização da gestão Doria/Covas, para destinação de habitações de interesse social e ampliar o perímetro de aplicação de recursos da OU Faria Lima para atender territórios de maior vulnerabilidade social e ambiental, incluindo Paraisópolis;
- o Finalizar a reforma e requalificação dos conjuntos habitacionais da Comunidade

Água Branca, prevista na Lei da OUCAB – 15.893/13, e dar atendimento habitacional definitivo, nas unidades que serão construídas no Subsetor A1, às famílias que moram em situação precária na Comunidade Água Branca consideradas de “adensamento familiar” – pessoas que nasceram e sempre viveram na Comunidade e constituíram família;

o Dar prioridade e urgência à construção de unidades habitacionais de interesse social, no Subsetor A1 da Operação Urbana Consorciada, para atender 1.061 moradores das Favelas Aldeinha e do Sapo, cadastrados pela SEHAB, conforme artigo 8º da Lei da OUCAB;

o Construção de moradias populares previstas no Jd. Humaitá no Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Vila Leopoldina/Villa Lobos (PL 428/2019) e cobrar a construção, pela Votorantim, das obras previstas de 853 unidades habitacionais, reforma e reurbanização do Cingapura Madeirit, dos equipamentos sociais para doação à Prefeitura nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

- Desapropriar terrenos próximos a estações de metrô e corredores para construções de torres de uso misto.

- Renegociar dívidas de mutuários da Cohab.

- Realizar as obras dos conjuntos habitacionais interrompidas na gestão Doria/Covas.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

De acordo com a Lei Municipal 17.252/2019, denomina-se população em situação de rua “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. Trata-se, portanto, de uma população em extrema vulnerabilidade e que necessita de um tratamento mais humanizado e prioritário da gestão pública, além de demandar políticas intersecretariais.

A crise econômica, o desmonte da Previdência Social, cortes no programa de locação social, a aceleração de despejos e reintegrações de posse e a atual pandemia têm levado a um aumento de pessoas em situação de rua.

Segundo o último Censo da População em Situação de Rua, divulgado em janeiro deste ano com dados de setembro de 2019, o município de São Paulo possui 24.344 pessoas em situação de rua, o que representa um aumento de 53% em relação ao Censo de 2015. Desse total, aproximadamente metade está em Centros de Acolhida e metade dormindo nas calçadas, praças, embaixo de viadutos e marquises. Esse número foi questionado na época da divulgação, uma vez que o CadÚnico indicava mais de 33 mil pessoas em situação de rua (dados de dezembro de 2019).

Em 2013, a gestão Haddad criou a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e, dentro da pasta, a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua. Esse marco foi importante na luta dos movimentos, já que deixa de ver a política para a poprua apenas como uma questão socioassistencial e passa a estruturá-la de forma transversal. Ainda em 2013, foi criado o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, com paridade entre poder público e sociedade civil. O Comitê é composto por 9 (nove) Secretarias: SMDHC, SEHAB, SMS, SMADS, SMDet, SME, SMSUB, SMSU e SIURB. Pela sociedade civil, são 5 cadeiras para pessoas com trajetória de rua (estão ou já estiveram em situação de rua) e 4 cadeiras para organizações que trabalham com poprua. Atualmente, o Comitê está na 4ª gestão.

Em 2016, o Comitê teve um grande e importante trabalho: a formulação do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. O Plano PopRua foi a base para a formulação do Projeto de Lei 145/18, do vereador Eduardo Suplicy, Juliana Cardoso e outros vereadores, que originou a Lei 17.252/2019, que consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua e institui o Comitê PopRua.

Foram avanços da gestão Haddad nas respectivas áreas:

- Trabalho e Educação: criação do Pronatec PopRua e parcerias com Senai e Senac para a oferta de cursos profissionalizantes para poprua; criação do POT PopRua.

- **Habitação:** início das obras do Empreendimento Asdrúbal do Nascimento II, o primeiro empreendimento de Locação Social exclusivo para a população, com 34 unidades habitacionais.
- **Assistência Social:** criação do Autonomia em Foco, um centro de acolhida que possui quartos individualizados e que trabalha a autonomia da pessoa; expansão de Centros Pop, Núcleos de Convivência e rede de acolhimento.
- **Saúde:** expansão das equipes de Consultório na Rua e inauguração das UOMs (Unidades Odontológicas Móveis).
- **Cultura e Direitos Humanos:** diversos projetos, como o Direitos Humanos nos Viadutos, Projeto Oficinas, Diálogo Social, Calendário Minha São Paulo 2016, Exposições e cotas sociais nos espetáculos do Theatro Municipal.
- **Zeladoria Urbana:** publicação do Decreto 57.069/16, que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana.
- **De Braços Abertos:** criação de um programa de redução de danos pautado pela habitação, trabalho, saúde, assistência social e direitos humanos.

Doria enfraqueceu a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua e ignorou o recém-criado Plano Municipal. Na assistência social, priorizou a criação de CTAs (Centros Temporários de Acolhimento), que, em sua maioria, são equipamentos grandes, em galpões, chamados de “depósitos de gente” pela população, e fechou diversos Centros de Acolhida para pessoas trans. Atualmente, a rede de acolhimento possui cerca de 13 mil vagas. Doria instituiu ainda um novo decreto de zeladoria urbana, revisado por Covas, trazendo graves mudanças na legislação e dando margem a violações dos direitos da população. O governo do PSDB também acabou com o De Braços Abertos, considerado um programa de sucesso pautado na redução de danos.

Desde o início da pandemia, o Comitê PopRua e o vereador Eduardo Suplicy solicitaram à Prefeitura ações emergenciais para auxiliar no acolhimento e isolamento social. Com isso, vagas de acolhimento 16h passaram a ser 24h, e foram abertas cerca de 1 mil vagas emergenciais. Foi criada a Rede Cozinha Cidadã, com entrega de 7.500 marmitas diariamente, e a Ação Vidas no centro, com tendas e contêineres dotados de banheiros, chuveiros e lavanderias. Em relação ao acolhimento, a Prefeitura segue falhando. Há mais de 12 mil pessoas nas ruas e esse número cresce diariamente. Duas das reivindicações da sociedade civil são a criação de campings e disponibilidade da rede hoteleira. Até o momento, os campings não foram criados. Em relação aos hotéis, a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei que deu origem à Lei 17.340, no fim de abril, que permite a contratação de vagas na rede hoteleira. Somente em julho, após muita pressão, 150 vagas foram disponibilizadas em 3 hotéis na região central.

Em julho, os Movimentos Nacional (MNPR) e Estadual (MEPSR) da População em Situação de Rua, com o apoio do Fórum da Cidade de Monitoramento de Ações para a PopRua, fizeram um ato e ficaram acampados em frente à Prefeitura, reivindicando

atendimento que permitisse o isolamento social, contratação de quartos de hotéis, campings, suspensão imediata de recolhimento de pertences, instalação de chuveiros e banheiros públicos permanentes, com o slogan: “A rua não é lugar para viver e tampouco é lugar para morrer! Moradia já!”

Em uma São Paulo Protegida, pessoas em situação de rua encontram condições dignas de acolhimento, e têm à disposição uma rede de serviços capaz de auxiliá-las a encontrar moradia, a reativar laços familiares, a encontrar oportunidades de trabalho e a acessar direitos sociais básicos, inclusive de renda.

PROPOSTAS PARA PROTEGER A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- Criar empreendimentos habitacionais voltados à população em situação de rua, por meio dos programas: Locação Social, Moradia Primeiro e Serviço de Moradia Social.
- Fortalecer a participação social por meio do Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua.
- Retomar cursos profissionalizantes e programa de inserção no mundo do trabalho.
- Fomentar cooperativas para a autonomia financeira e criativa de pessoas em situação de rua.
- Retomar a política de redução de danos relativa ao uso de drogas por meio do Programa De Braços Abertos.
- Expandir a quantidade de equipes de Consultórios na Rua nos principais pontos de concentração de pessoas em situação de rua.
- Criar e implementar normativas que visem à proteção das pessoas em situação de rua nas ações de zeladoria urbana.
- Criar bebedouros e banheiros públicos em todas as Subprefeituras nas áreas com maior concentração de pessoas em situação de rua.
- Expandir a quantidade de Centros Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), Núcleos de Convivência e Bagageiros para todas as Subprefeituras em áreas com maior concentração de pessoas em situação de rua.
- Reordenar os centros de acolhida, conforme dispõe o SUAS, substituindo os que são considerados “depósitos de pessoas” por espaços com menos pessoas e melhor qualidade.
- Expandir a quantidade de serviços de acolhimento do tipo “porta de saída”, como Repúblicas e Autonomia em Foco.
- Expandir a quantidade de Centros de Acolhida Especiais para idosos, casais, famílias, gestantes, pessoas LGBTQIA+.
- Fortalecer as equipes de abordagem social nos principais pontos de concentração de pessoas em situação de rua.

DIREITOS HUMANOS

O Plano de Governo Fernando Haddad 2012, no capítulo “Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos”, traçou compromissos para uma Agenda de Direitos Humanos inovadora, a partir da demanda histórica e da luta da sociedade civil organizada, partidos políticos e movimentos sociais. A ADH teve como concepção a promoção e defesa dos direitos humanos, da ocupação do espaço público pela cidadania, como agenda transversal fundamental na redução das desigualdades, discriminações e exclusões de todas as naturezas e na promoção do encontro da pluralidade e da diversidade. No início da gestão, foi criada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, tendo a participação social como método de gestão.

Foram criados e ampliados o Balcão de Atendimento (atendimento psicossocial, orientação jurídica e acesso à informação sobre garantia de direitos); a Incubadora de Direitos Humanos e Economia Solidária (Cambuci); o Polo Cultural do Idoso (Cambuci); o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI/SMDHC e SMADS); o Transcidadania; o Centro de Cidadania LGBTQIA+ (Largo do Arouche) e Unidades Móveis de Atendimento LGBTQIA+; Centros de Educação em Direitos Humanos em funcionamento nos CEUs; Sítios de Memória e Verdade (Cemitério do Araçá e Monumento do Ibirapuera); além da gestão dos Conselhos Tutelares (SMDHC e SMCS), dos Fundos Municipais para os Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD e do Idoso e da própria criação e estruturação da SMDHC.

Também foram pactuadas metas transversais, em corresponsabilidade com outras Secretarias. Direitos da pessoa idosa: Unidades de Referência à Saúde do Idoso – URSI (responsabilidade da SMS), Centros Dia destinados à população idosa e Instituições de Longa Permanência do Idoso – ILPI (responsabilidade da SMADS). GCM: mediação de conflitos e formação (responsabilidade SMSU). População em situação de rua: CREAS, Centros POP, restaurantes comunitários, serviços de acolhimento institucional, consultórios na rua (responsabilidade da SMADS). Qualificação profissional: vagas no Pronatec, destinadas à população em situação de rua, imigrantes, juventude, travestis e transexuais (responsabilidade da SME, SMADS, SMTE). E ações relacionadas ao Plano Juventude Viva – compromisso de enfrentamento ao extermínio da juventude negra (SMDH/SMPIR).

Os povos originários são detentores de vasto conhecimento, em geral ignorado pela cultura ocidental. Sua saúde está diretamente ligada ao ambiente em que vivem, uma vez que a pessoa indígena reconhece ser parte de um todo integrado. Seja por seus conhecimentos da naturopatia, seja por suas crenças e modos de expressão cultural, seus idiomas, tanto a saúde quanto a educação desses povos têm particularidades que devem ser preservadas. Além disso, o Brasil carrega uma carga histórica de opressão, que passa diretamente pela educação. É ofensivo afirmar, como muitos livros didáticos

propõem, que “O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral”, por exemplo, ou apresentar bandeirantes como heróis. Nesse sentido, se um longo caminho é necessário para ressignificar a história do Brasil, os municípios podem e devem criar programas voltados aos povos indígenas, de educação e saúde que respeitem os povos originários, seja no contexto urbano ou em seus territórios de origem.

A gestão Doria/Covas, na contramão da política petista, buscou retirar conteúdos afins aos Direitos Humanos dos currículos, buscou higienizar a cidade, jogando água e batendo nos moradores em situação de rua, agredindo violentamente os usuários e dependentes de droga na região da “Cracolândia”, sucateando serviços públicos e fechando outros essenciais para a garantia dos direitos da população. Não pouparam esforços ao perseguir, assediar e criminalizar servidores municipais e todos aqueles que direta ou indiretamente executam os serviços públicos, inclusive as próprias entidades conveniadas. Hoje, com a volta do discurso do ódio, a pregação da violência como política de Estado, as ocorrências estão mais agravadas. Enxergam a população como inimigo interno, seja numa manifestação de rua pacífica, seja num baile funk. Pouquíssimos programas novos foram implementados e os programas existentes foram deturpados, como a política de juventude, transformada em política de empreendedorismo para jovens. Os governos tucanos vêm se aproveitando da pandemia de Covid-19 para aprofundar ainda mais a política de desmonte do patrimônio público.

Uma São Paulo Protegida é uma cidade garantidora de direitos, independentemente de gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe, idade, religião, condição física ou mental. Nessa direção irá trabalhar o governo petista de Jilmar Tatto: para que São Paulo seja uma cidade na qual todas e todos, sem exceção, tenham direito à proteção do poder público municipal.

PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- Estabelecer uma estratégia para o enfrentamento da violência contra a população mais vulnerável, para além das políticas afirmativas, garantindo o protagonismo e a autonomia de grupos historicamente vulneráveis, especialmente na atual conjuntura.
- Combater as duas formas de violência: a da vida privada (o feminicídio, o racismo, a xenofobia, perseguição à população LGBTQIA+, etc.) e a violência do Estado (a violência da repressão da polícia, do aparelho de Estado, da legislação). O prefeito do PT deve enfrentá-las, e, portanto, são imprescindíveis ações conjuntas com os setoriais de Mulheres, LGBTs, de combate ao racismo, assim como articular políticas conjuntas envolvendo SDH, SJ e GCM.
- Unir Secretaria da Justiça e Guarda Civil Metropolitana em relação à política de Direitos Humanos, pois esta não existe eficazmente sem debater a questão da segurança pública. A GCM tem de exercer o seu papel, que é proteger a população, cuidar das crianças nas escolas e creches, pacientes nos postos de saúde e hospitais, frequentadoras/es

das praças e parques. Não é tarefa da GCM apenas proteger o patrimônio público ou privado, ou exercer o papel de polícia judiciária, como muitas vezes ocorre, quando presenciamos a ação da GCM nas reintegrações de posse de imóveis ocupados pelos movimentos de moradia.

- A Prefeitura Petista deverá estar atenta, apesar de não ser atribuição do município, à ação dos traficantes e à operação das milícias e de grupos armados nos extremos da cidade, que agem contra a população mais vulnerável, combatendo a grilagem de terras.
- Territorializar a política de Direitos Humanos, a fim de fortalecer as redes de proteção.
- Criar um Comitê ou Coordenação onde as Secretarias de Direitos Humanos, Segurança Pública e GCM possam elaborar e encaminhar as propostas de combate à violência pública, praticada por agentes do Estado (agentes policiais e de fiscalização), e à violência privada, entre grupos sociais (racismo, xenofobia, feminicídio, lgbtfobia etc.).
- Fortalecer e expandir a Ouvidoria de Direitos Humanos, com autonomia para investigar abusos cometidos por agentes públicos. Após o direito amplo de defesa, a Prefeitura deve aplicar as penas cabíveis, que poderão ir da advertência à expulsão do serviço público.
- Atuar na intermediação entre os movimentos sociais e as instituições de Estado (polícias, judiciário, MPs), no sentido de evitar confrontos, defender o direito à manifestação, evitar as reintegrações de posse e outros litígios. O Prefeito do PT deve defender a desmilitarização da PM e limitar a sua atuação dentro do município de São Paulo.
- Combater os excessos cometidos pela GCM na fiscalização do comércio ambulante, como agressão física e extorsão.
- Desenvolver, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, políticas e ações visando combater o trabalho precário e o análogo à escravidão.
- Instaurar a Comissão da Verdade para os Crimes da Ditadura no âmbito do Executivo Municipal.
- Criar espaços e sítios de memória e resistência, como a Casa da Lapa e Vila Formosa. Interceder junto ao Governo Estadual para que desative a Delegacia da Rua Tutóia, cujo imóvel já foi tombado pelo patrimônio histórico.
- Retomar a busca pelos restos mortais dos desaparecidos durante a ditadura, nos cemitérios de Perus, Parelheiros e Vila Formosa. Muitos desses restos mortais, sabe-se hoje, referem-se a vítimas da meningite que a ditadura ocultou.
- Renomear praças, ruas, avenidas, escolas e todos os equipamentos públicos que ainda fazem referência a figuras da ditadura, e, no sentido inverso, homenagear aqueles que perderam a vida.
- Instaurar uma comissão para apurar o número real de vítimas de Covid-19, assim como julgar os procedimentos adotados pelo governo atual, que tem levado a centenas de mortes por dia, e apurar as responsabilidades.
- Retomar a Educação em Direitos Humanos nos órgãos da Prefeitura e externamente

com os diversos grupos sociais, fortalecendo a cultura do diálogo e preventiva de conflito.

- Implantar projetos pedagógicos em DH nas escolas, fomentando a inclusão nas escolas municipais de valores democráticos e temas sobre as questões de raça, religião, orientação sexual e gênero.
- Instituir um serviço de escuta psicológica para pessoas em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência, inclusive da violência de Estado.
- Desenvolver, em conjunto com a Secretaria de Saúde, uma Política Municipal de Álcool e Outras Drogas em consonância com o SUS, SUAS, a saúde coletiva, a Luta Antimanicomial, a Clínica Ampliada e compartilhada, a Redução de Danos, a Política Nacional de Humanização, Estratégias e Saúde da Família, Consultórios na Rua, ECA e tantos alicerces já conquistados pela classe trabalhadora.
- Ampliar e descentralizar o Programa De Braços Abertos, com atenção às regiões periféricas. Melhorar as condições de trabalho dos agentes públicos que exercem atividades relacionadas à política sobre drogas.

Pessoas com Deficiência

- Melhorar a mobilidade das pessoas com deficiência na cidade por meio de transportes públicos mais acessíveis.
- Melhorar a acessibilidade das vias públicas, com sinalização adequada em semáforos e reparos das calçadas para que cadeirantes e cegos possam transitar de maneira autônoma pela cidade.
- Alterar o símbolo de pessoa com deficiência, visível em transportes e locais de atendimento prioritário do serviço público, para um símbolo mais amplo que abarque as deficiências visíveis e as invisíveis também (baixa visão, autismo, surdez etc).
- Garantir acessibilidade linguística nos espaços públicos e culturais da cidade.
- Retomar a CIL - Central de Intérpretes de Libras, garantindo aos surdos o pleno atendimento nas repartições públicas e unidades de saúde.
- Retomar o PL 90/2013, que objetiva estabelecer como disciplina curricular obrigatória o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, desde a educação infantil até o ensino médio, para alunos surdos e ouvintes matriculados na rede municipal de ensino e nas escolas de educação infantil privadas, garantido o acesso dos pais de alunos com deficiência auditiva a essas instituições.
- Criar o cargo de professor de Libras.
- Realizar concursos públicos acessíveis aos surdos, com janela em Libras.

Imigrantes e Refugiados

- Disponibilizar acompanhamento psicológico grupal, público, para imigrantes e refugiados não lusófonos, com abertura de concurso público para pessoas bilíngues, e dando oportunidade para que imigrantes e refugiados possam fazer parte das equipes.

- Realizar eventos de rua culturais, abarcando as diferentes culturas imigrantes, com um calendário permanentes de festas, e oferecendo serviços públicos para consulta e auxílio visando a garantia dos direitos da população imigrante.
- Incluir imigrantes e refugiados no Programa Operação Trabalho (POT), promovendo ações mais firmes e constantes contra a exploração destes trabalhadores em trabalhos precários e análogos à escravidão.
- Estabelecer um Plano Municipal para capacitação de trabalhadores da Educação, Assistência Social e Saúde para atendimento de estrangeiros não lusófonos e adaptação dos imigrantes não lusófonos ao aprendizado escolar, com a disponibilização constante de psicólogos bilíngues para as escolas.
- Executar uma política que permita o atendimento remoto (professores, policiais, SAMU, médico, dentista, psicólogo, assistente social etc.) para imigrantes e refugiados, tendo, na outra ponta, intérpretes para inglês, francês e espanhol.
- Criar um Serviço de Atendimento ao Imigrante/Refugiado, semelhante ao Poupatempo, volante, que circule pelas regiões onde os imigrantes estão concentrados, para informação, orientação e assistência.

Indígenas

- Criar um programa de apoio à identificação, mobilização política e inserção econômica dos segmentos e famílias indígenas situados no município de São Paulo.
- Criar um Conselho Gestor de Políticas Indigenistas Municipais, com a presença de todos os atores envolvidos com a questão indígena no território municipal.
- Instituir ações voltadas ao fortalecimento do associativismo indígena.
- Apoiar a ampliação da assistência à saúde para as famílias indígenas que residem no município, a partir da criação de mecanismos pactuados com a Secretaria de Assistência à Saúde Indígena (SESAI).
- Criar política municipal para saúde indígena construída por meio de participação popular, garantindo a preservação da saúde e atendimento adequado quando necessário, respeitando sua cultura e seus saberes, como o respeito ao parto caseiro.
- Fortalecer a história e a identidade indígenas, por meio de ações nas escolas da rede municipal. Incluir na política municipal de educação olhares não eurocentrados, que valorizem a história contada pelos povos indígenas para toda a população. Deve também considerar as particularidades de aldeados e não aldeados, de acordo com seus próprios apontamentos.
- Considerar a data de 9 de agosto (Dia Internacional dos Povos Indígenas), no plano municipal de educação, como dia de luta pela descolonização na educação.
- Considerar, no calendário oficial da cidade, o dia 5 de setembro como Dia Internacional da Mulher Indígena, dando visibilidade e voz a essas mulheres.
- Garantir a participação de pessoas indígenas em atividades da grade curricular, por meio de oficinas, palestras e outras atividades propostas pelos povos originários, com

devida remuneração aos profissionais indígenas que ministrarão as atividades.

- Criar programas para integração e fortalecimento do protagonismo e integração de jovens no município, incluindo os jovens indígenas.
- Criar mecanismos, sempre em parceria com a sociedade civil, para garantir que o município garanta o acesso das pessoas e comunidades indígenas aos equipamentos e serviços públicos.
- Oferecer atenção especial para as mulheres e mães indígenas, garantindo que as famílias tenham total acesso aos direitos garantidos a todos os munícipes, como programas de assistência social, documentos, entre outros.
- Garantir a implementação e efetivação da Lei 11.645/2008, que estabelece as diretrizes para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.
- Intermediar, junto a concessionárias e governo estadual, a entrega de energia elétrica e saneamento para todos; retomar os projetos de moradia indígena; e articular órgãos públicos e MPs para garantir a efetivação do Usucapião Coletivo.

JUVENTUDE

A juventude trabalhadora e periférica é uma das mais afetadas no que diz respeito à falta de oportunidades de trabalho, educação, esporte, cultura e lazer. Os mecanismos de exclusão e precarização da vida operam principalmente nas periferias e áreas de maior risco social, afetando diretamente as vivências juvenis.

Enquanto ciclo do desenvolvimento humano, a juventude demanda espaços para o encontro e a realização de novas experiências, sendo a cidade o seu principal palco. Jovens buscam protagonismo e empoderamento, colocando em questão temas identitários, sexuais, trabalhistas e de classe. As juventudes são também plurais, incluindo tanto mães solteiras da periferia quanto estudantes universitários de classe média, que demandam políticas específicas. A juventude negra periférica sofre com os efeitos nefastos da exclusão e da estigmatização.

As propostas de uma São Paulo das Oportunidades para a juventude buscam priorizar a dignidade humana dos jovens de São Paulo, especialmente das classes populares, que mais sofrem os efeitos dos movimentos conservadores e neoliberais de repressão e precarização da vida.

PROPOSTAS PARA UMA JUVENTUDE PROTEGIDA

- Mapear, por meio dos dados do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate), a quantidade de vagas e demanda de formação para subsidiar cursos de formação rápida em parceria com a Secretaria de Educação.
- Capacitar e encaminhar jovens para vagas de emprego, priorizando o primeiro emprego e jovens desempregados ou em emprego precarizado.
- Criar o Programa TER – Trabalho, Educação e Renda. O TER irá oferecer cursos técnicos nas áreas da Cultura, Esporte, Turismo e Alimentação Saudável, entre outras, por meio da Fundatec, e será direcionado para os jovens, com pagamento de bolsas através do programa Bolsa Trabalho, e tendo como contrapartida o trabalho nas subprefeituras, pontos de cultura, áreas de esporte e lazer, entre outros.
- Instituir o Programa Adolescente Aprendiz, em parceria com pequenas e microempresas.
- Ampliar o programa Bolsa Trabalho, com a meta de atender 50 mil jovens em toda a cidade até 2024; estender a faixa etária atendida pelo programa para jovens até 24 anos.
- Garantir à juventude oportunidade de emprego, renda e desenvolvimento profissional.
- Combater o trabalho precário da juventude.
- Criar um banco de empregos especial para jovens em conflito com a lei.
- Aumentar, por parte da Prefeitura, a contratação de estagiários. Garantir, nas licitações, que o vencedor empregue estagiários e trainees.

- Retomar e ampliar o programa de Transporte Público Escolar, priorizando o atendimento às creches e regiões periféricas.
- Criar a Secretaria Municipal das Juventudes.
- Incentivar a eleição de grêmios estudantis em todas as escolas municipais.
- Buscar meios para promover o acolhimento às crianças que, mediante comprovação de atividade profissional dos pais, necessitem de cuidados além do período escolar.
- Desburocratizar formulários de solicitação para a realização de eventos e ocupação de espaços públicos.
- Promover eventos culturais e recreativos em locais públicos nas periferias da cidade, tais como parques e praças.
- Valorizar os artistas do território, promovendo a cultura periférica juvenil.
- Utilizar Centros Olímpicos como espaços seguros e mediados para a realização de eventos que contemplem a cultura jovem, como shows de rap e de funk.
- Realizar campanhas educativas nas escolas, Centros de Juventude e universidades sobre as diferenças entre drogas lícitas e ilícitas, possíveis efeitos de seu uso em curto e longo prazos, entre outros aspectos. Elaboração de material preventivo considerando o protagonismo juvenil: campanhas nas comunidades, cartilhas de redução de danos, banners, panfletos informativos, apresentações teatrais para comunidade, entre outras ações.
- Implementar um Plano de Educação em Direitos Humanos na educação formal e informal de jovens, incluindo os que estão cumprindo medidas socioeducativas.
- Realizar eventos que contemplem as culturas juvenis nos 103 parques da cidade, promovendo o lazer e a recreação para a juventude paulistana. Necessidade de revitalização dos parques e de maior investimento em suas estruturas, como banheiros públicos, bebedouros etc.
- Promover a visita dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, às escolas públicas da cidade, buscando promover o diálogo e o levantamento de demandas entre os jovens.
- Promover cursos de formação sobre igualdade de gênero, feminismo e masculinidade, e direitos humanos, inclusive para pessoas condenadas por crimes de ódio.
- Atualizar o Mapa Municipal das Juventudes, com recurso destinado exclusivamente para esse fim.
- Abrir bibliotecas e centros culturais para exposições artísticas juvenis LGBTQIA+, com edital de auxílio para artistas de periferia.
- Criar rede de acolhimento para jovens e adolescentes vítimas de violência sexual.
- Elaborar campanhas e cartilhas para prevenção ao HIV e às ISTs, com unidades móveis nas áreas com maior vulnerabilidade.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Partido dos Trabalhadores entende que as políticas para a infância e adolescência não podem estar pautadas em práticas focalizadas e assistencialistas. Para que se garanta a proteção integral, enfrentando as graves situações de violação de direitos, o Estado precisa assumir suas responsabilidades, de forma sistêmica e integrada. Ou seja, reconhecer que o atendimento à criança e ao adolescente, em especial em situação de risco e/ou violência, requer a execução de políticas intersecretariais, participativas e regionalizadas.

Acreditamos ser necessário fazer frente aos retrocessos vividos pelas crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Para tanto, é preciso executar uma política municipal para crianças e adolescentes que perpassse todos os segmentos, como Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Cultura, Esporte e Lazer, Habitação, Trabalho, Mobilidade e Transporte.

Defendemos ainda que não é possível a execução dessas políticas públicas sem o fortalecimento de instâncias participativas (como Comitês, Coletivos, Redes e Fóruns) e deliberativas, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Conselho Tutelar, que garantam os direitos das crianças e adolescentes. A São Paulo Protegida é uma cidade garantidora de direitos para todas as crianças e adolescentes.

PROPOSTAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Construir e implementar uma política municipal dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes como pauta prioritária e que assegure as especificidades dos territórios da cidade.
- Desenvolver fluxos de atendimento e trabalho intersecretarial que permeiem os caminhos da infância e adolescência, com prioridade para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, trabalho infantil, violência sexual, uso abusivo e nocivo de substâncias psicoativas, e outros tipos de violências, considerando as pautas ligadas a questões LGBTQIA+, étnico-raciais, de gênero e religiosas, entre outras.
- Construir o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes da Cidade de São Paulo no primeiro semestre da gestão, com metodologia participativa em audiências públicas regionalizadas e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
- Pautar políticas públicas dentro do plano decenal, a fim de construir uma cidade acolhedora, educadora e livre de violências para crianças e adolescentes em todas as fases de desenvolvimento.
- Alteração da Lei 11.123/1991 para ampliação da composição do CMDCA/SP para

representação de 2 Secretarias (Governo ou Gabinete do Prefeito e Trabalho) e ampliação de 2 vagas para a sociedade civil (com sugestão do segmento de trabalhadores e segmento de estudos e pesquisas).

- Garantir o pleno funcionamento do CMDCA/SP, com estrutura administrativa e física adequada.
- Garantir o auxílio dos conselheiros da sociedade civil – diárias com vale-alimentação e vale-transporte –, para garantir a participação dos mesmos com maior efetividade e menos custos financeiros.
- Estruturar o CMDCA para construir o próximo processo de escolha dos Conselhos Tutelares – pautando um debate estrutural e de revisão da Lei 11.123/91 no que tange a esta pauta.
- Organizar a representação dos conselheiros(as) do CMDCA/SP do segmento de governo, para que os servidores designados possam cumprir suas atribuições como interlocutores dentro das secretarias afins.
- Estabelecer fluxo de acompanhamento dos projetos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FUMCAD.
- Promover campanhas de captação para o FUMCAD, com promoção em grandes mídias, a fim de ampliar os recursos para financiamento de projetos inovadores na cidade de São Paulo.

DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

São Paulo é o berço do movimento LGBTQIA+ organizado no país, que nasceu no enfrentamento à política repressiva da ditadura cívico-militar e já em 1978 identificava a luta contra a opressão dessa população como estratégica para a transformação cultural da sociedade. Visão que foi respaldada pelo PT desde sua fundação.

Gênero e sexualidade são questões políticas e fruto de constante disputa na sociedade capitalista. Mas, enquanto o conflito entre trabalho e capital é amplamente discutido, conflitos em torno da sexualidade e performance de gênero tendem a ser camuflados, como algo desvincilhado do público. A lógica liberal articula-se à suposta neutralidade do poder público, que, por sua vez, responde a uma cultura homogênea inexistente. Uma política de direitos para LGBTQIA+ reconhece que as diferenças culturais na sociedade privada devem estar contempladas no âmbito público, inclusive no que tange à igualdade material e de oportunidades. As ideologias que geram discriminação e preconceito sobre as orientações sexuais e performances de gênero estão vinculadas ao mecanismo geral de exploração da classe trabalhadora. Portanto, uma política LGBTQIA+ popular age diretamente na melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Dados da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, à qual a Coordenadoria de Políticas LGBTQIA+ está subordinada, mostram que na gestão Haddad houve aumento dos recursos destinados à pasta, acompanhando o crescimento na arrecadação de impostos. Desde que o PSDB venceu as eleições municipais, porém, a questão LGBTQIA+ tem sofrido retrocessos.

O Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+ não se manifesta desde o fim do último mandato popular do PT. Notícias sobre as eleições para o Conselho previstas para fevereiro de 2020 não foram atualizadas no site da PMSP, mesmo diante do agravamento da vulnerabilidade LGBTQIA+ frente à pandemia. O número de Centros de Referência da Cidadania LGBTQIA+ tem decrescido. A unidade que ficava na região central foi desativada, sob a alegação de que o CRD (Centro de Referência da Diversidade) atenderia à demanda – o que não ocorre, pois os serviços oferecem atendimentos distintos. Usuárias e usuários dos Centros de Referência remanescentes reclamam que a qualidade dos serviços prestados já não é a mesma.

O Projeto Transcidadania, criado na gestão petista de Fernando Haddad, referência mundial e premiada que tem como proposta a elevação de escolaridade, colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para as identidades TTs (Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans), está abandonado. O serviço de hormonioterapia, iniciado pela gestão Haddad em UBSs da região central, tem sofrido particular descaso da administração do PSDB.

O Brasil é o país que mais mata travestis, mulheres transexuais e homens trans no

mundo, e São Paulo é a cidade brasileira em que há mais assassinatos de LGBTQIA+. Foram 329 vítimas no país durante o ano passado, segundo o Grupo Gay da Bahia. Lésbicas e mulheres bissexuais sofrem estupros supostamente corretivos em razão de sua orientação sexual. Gays são brutalmente espancados e assassinados com crueldade.

Mas São Paulo também é vanguarda mundial no que diz respeito às pessoas LGBTQIA+. A Parada do Orgulho LGBT movimentou em 2019 mais de R\$ 403 milhões, com um público estimado pelos organizadores em mais de três milhões de pessoas, fazendo deste evento a maior parada do mundo, além do segundo maior evento da cidade. O turismo LGBTQIA+ na cidade também é referência mundial, durante o ano todo, graças à infraestrutura de bares, clubes noturnos, hospitalidade, festas, eventos culturais e até ruas específicas (como a Avenida Vieira de Carvalho e a Rua Frei Caneca), gerando renda e emprego para todo o município.

A São Paulo Protegida é uma cidade em que todas e todos podem exercer livremente sua sexualidade, sem ter sua vida, saúde, segurança e bem-estar ameaçados. A São Paulo Protegida é aquela que entende a diversidade sexual e de gênero como riqueza cultural, oferece novas oportunidades econômicas e amplia, com isso, as possibilidades de encontros humanos em seus diversos espaços.

PROPOSTAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

- Respeitar, reconhecer, investir e promover a participação democrática na elaboração de políticas públicas, como compromisso do Partido dos Trabalhadores com a cidadania LGBTQIA+.
- Criar o Programa Cidadania LGBTQIA+, oferecendo acolhimento direcionado para pessoas LGBTQIA+ expulsas de casa e/ou em situação de rua. Desenvolver ações de empregabilidade sem homofobia, núcleos escolares antibullying na rede pública, políticas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+, uma cultura de paz e sem discriminações. Enfim, uma verdadeira Rede de Proteção Social.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas LGBTQIA+, revendo suas atribuições, composição e forma de eleição, garantindo estrutura orçamentária, física e recursos humanos, necessários para que atue como instrumento de ação transformadora de políticas públicas.
- Eleger Conselheiros Municipais e Territoriais da Diversidade e Inclusão e realizar a Conferência Municipal dos Direitos LGBTQIA+.
- Criar a Secretaria Municipal de Políticas LGBTQIA+. As dimensões da questão LGBTQIA+ e o espaço que ocupa na realidade da cidade de São Paulo apontam para a urgência na criação de uma Secretaria Municipal de Políticas LGBTQIA+, provida de autonomia e legitimidade.
- Criar a Coordenadoria de Direitos LGBTQIA+ nas Subprefeituras, para garantir a

capilaridade das políticas da Secretaria Municipal de Direitos LGBTQIA+ em todas as regiões da cidade.

- Instituir a Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTQIA+, articulando órgãos federais, estaduais e municipais para que implementem políticas de combate à discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero, com a ampliação, detalhamento e análise do mapeamento de ocorrências homofóbicas no âmbito do município, garantindo pesquisa e observatório com mapeamento sobre a homofobia e outras questões ligadas ao tema, bem como a criação de um mecanismo análogo ao “Disque 100”, em âmbito municipal, para segurança LGBTQIA+.
- Implementar o debate sobre a estrutura e gerenciamento da Parada do Orgulho LGBTQIA+, garantindo maior participação do Poder Público, estabelecida em legislação municipal.
- Retomar com força o bem-sucedido Projeto Transcidadania.
- Desenvolver ações de empregabilidade sem homofobia, núcleos escolares antibullying na rede pública, políticas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+, uma cultura de paz e sem discriminações.
- Retomar e ampliar os Centros de Cidadania LGBTQIA+. Retomada da unidade central do Centro de Referência da Cidadania e criação de novas unidades e unidades móveis, articulados com outros serviços de combate às desigualdades, prevendo a contratação de advogados, psicólogos, assistentes sociais etc.
- Incentivar o uso de equipamentos de cultura para a produção da comunidade LGBTQIA+.
- Abrir bibliotecas e centros culturais para exposição artística juvenil LGBTQIA+, com edital de auxílio para artistas de periferia.
- Formar e sensibilizar os trabalhadores municipais da Educação, bem como implementar programas e ações de educação para a inclusão e a diversidade sexual, prevenindo o bullying, a violência escolar e a evasão de estudantes LGBTQIA+.
- Promover a formação de profissionais da Saúde e da Guarda Civil Metropolitana para a atenção, a convivência e a proteção de pessoas LGBTQIA+.
- Implementar políticas para enfrentar a mortalidade de travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexos e a agressão a pessoas LGBTQIA+. A Guarda Civil Metropolitana (GCM) precisa ser treinada para contribuir no combate à violência e à discriminação. Temas relacionados à diversidade sexual precisam constar nos concursos públicos para a função.
- Instituir a Rede de Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+.
- Elaborar e aperfeiçoar cartilhas de prevenção ao HIV/AIDS e a ISTs, juntamente com a ampliação logística de distribuição do material.
- Realizar campanhas de sensibilização sobre a temática das ISTs nas escolas, equipamentos culturais, eventos e com unidades móveis nas áreas com maior vulnerabilidade.

-
- 
- Investir na saúde integral LGBTQIA+ e realizar debates sobre a necessidade de revisão do Plano Integral de Atenção à Saúde da População LGBT.
 - Formar e capacitar profissionais de Saúde para atendimento ao público LGBTQIA+.
 - Estabelecer o processo transexualizador como política pública, oferecendo suporte cirúrgico e psicológico, e estendendo o programa de hormonioterapia para as periferias.
 - Criar um Programa Habitacional para a população LGBTQIA+.
 - Criar casas de convivência para a população T (Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans).
 - Promover ações inclusivas de Aluguel/Locação Social para a população LGBTQIA+.
 - Fomentar startups (empresas de tecnologia) para o desenvolvimento tecnológico e inclusão da população LGBTQIA+.
 - Normatizar o uso do nome social de travestis e transexuais nos serviços públicos.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Vidas Negras Importam: Parem de nos matar!

O legado do passado escravista, aliado à omissão histórica do Estado brasileiro em face das desigualdades raciais e étnicas, produziu uma gama de iniquidades, resultantes do racismo, do preconceito e das discriminações raciais. O negro pobre tem muito menos oportunidades de ascensão social do que um branco pobre. A intersecção entre pobreza, racismo e preconceito de gênero agrava ainda mais a situação das mulheres negras, que sofrem com as desigualdades no campo do trabalho e da remuneração, com o trabalho doméstico não pago, a violência doméstica e o feminicídio. A crise sanitária provocada pela Covid-19 empurrou ainda mais as mulheres negras para a miséria. Ainda hoje, em 2020, negras e negros precisam cotidianamente combater a discriminação racial, o racismo religioso, o genocídio de jovens negros e o encarceramento em massa de nossa população.

Na primeira gestão do PT à frente da Prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina, por meio do Decreto 20.074, de 1989, criou a Coordenadoria Especial do Negro. Marta Suplicy, retomando as políticas de promoção da igualdade paralisadas nos governos Maluf e Pitta, lançou o Programa Municipal de Combate ao Racismo e Garantia da Diversidade; a Coordenadoria do Negro passou a ser denominada Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra. Pela primeira vez, a cidade de São Paulo teve um programa que articulava as diversas secretarias, autarquias e empresas do poder público municipal em prol da igualdade étnico-racial. Haddad, por sua vez, instituiu a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial na cidade de São Paulo, através da Lei Municipal 15.764/2013; adotou cotas raciais nos concursos públicos municipais; criou os Centros de Referência de Igualdade Social; implementou o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, aprovado pela III Conferência de Promoção da Igualdade Racial, e criou o Programa Juventude Negra Viva Municipal.

O governo Doria/Covas ataca frontalmente as políticas de igualdade racial e combate ao racismo implantadas em nossas gestões. A população negra e pobre das periferias está submetida ao aumento exacerbado das violências, do desemprego e do subemprego, da miséria e à ausência de políticas sociais.

Na São Paulo Protegida não há lugar para o racismo. Para os governos petistas, as vidas negras importam, e encontram no poder público apoio para vencer a discriminação, exercer seu direito à educação, à saúde, à moradia, ao acesso à renda e a oportunidades econômicas. A São Paulo Protegida é a cidade das negras e dos negros.

PROPOSTAS PARA O COMBATE AO RACISMO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- O sistema nos mata, mas nós resistimos, porque queremos ser livres e vivos! Construir em São Paulo um governo capaz de mudar a lógica colonial vigente, alinhado às lutas

históricas dos movimentos sociais contra as opressões e a redução das desigualdades. Enquanto houver racismo, não haverá democracia.

- Revogar o decreto que extinguiu a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- Criar a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial nas Subprefeituras, para garantir a capilaridade das políticas da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – SMPIR em todas as regiões da cidade.
- Criar um novo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, estimulando a representação institucional das organizações que combatem o racismo na sociedade paulistana.
- Implantar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, criado após a III Conferência Municipal de Combate ao Racismo, em 2013, na gestão de Fernando Haddad, que estabelece metas e responsabilidades para o poder executivo ampliar a cidadania da população negra e demais segmentos discriminados na cidade de São Paulo, e dá continuidade à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, marco regulatório nos governos Lula e Dilma, com foco na transversalidade, na descentralização e na gestão democrática.
- Criar, em cada Subprefeitura, uma Equipe Permanente de Apoio à População Negra, em plantão 24 horas, constituída por um assistente social, um procurador do município ou advogado contratado, um membro da Secretaria de Direitos Humanos e um membro indicado pelos Movimentos Negros. A Equipe Permanente poderá ser acionada a qualquer momento pela população, que encontrará nela amparo, apoio jurídico e interferência imediata junto a autoridades para impedir e/ou minimizar ações de violência policial/institucional e outras a que estão submetidos principalmente os jovens negros nos bairros pobres da cidade.
- Restituir e ampliar o processo de formação de profissionais de educação para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiro e Indígena, e dar continuidade ao grupo de trabalho permanente de educação para as relações étnico-raciais.
- Implementar normas e regras para melhor tratamento dos Imigrantes, Refugiados e Clandestinos, conforme tratados e convenções estabelecidos pela ONU.
- Criar um Grupo de Trabalho para elaborar políticas públicas para as populações indígenas e ciganas e outros grupos nômades.
- Tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.
- Elaborar um Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial para São Paulo, tendo como uma das principais ações a implementação do Estatuto da Igualdade Racial.
- Efetivar a Lei de Cotas no município.
- Garantir a efetivação e o atendimento à saúde da população negra, com atenção a doenças prevalentes nesta população, como anemia falciforme, glaucoma, hipertensão, doença renal crônica e lúpus.
- Capacitar gestores, operadores de direito e agentes sociais na área de Segurança

Pública, com ênfase em gênero, raça e direitos humanos.

- Orientar o funcionalismo a tratar a população de forma igualitária, independentemente de gênero, orientação sexual, cor da pele, etnia ou classe social. Punir, após assegurado o direito à defesa, administrativa, civil e criminalmente todo servidor municipal que for denunciado por crime racial.

DIREITOS DA PESSOA IDOSA

O envelhecimento populacional é um fenômeno global. O grupo 60+ representa aproximadamente 14,18% do total da população brasileira, em projeções para 2020, e a participação dos idosos na população da cidade de São Paulo está acima da média nacional, com aproximadamente 15,61% (Dados do IBGE e SEADE), ou 1.853.286 cidadãos. A maior parte deste grupo depende dos serviços públicos nas áreas da saúde e assistência social. Estudos sobre a expectativa de vida demonstram a desigualdade no processo de envelhecimento nas diversas regiões da cidade. A expectativa de vida no bairro de Moema é de 80,5 anos, mas em Cidade Tiradentes é de apenas 57,3 anos. A média geral da cidade de São Paulo é de 68,7 anos.

As mulheres idosas estão em situação de maior vulnerabilidade devido à interseccionalidade entre envelhecimento, gênero e classe social. Na faixa etária dos 60+, mais de 50% das famílias são chefiadas por mulheres. Com os recursos da aposentadoria e/ou BPC, Benefício Assistencial ao Idoso, essas mulheres sustentam filhos e netos sem renda.

A EC 95, que retirou recursos do SUS, reforçou as carências da população idosa na área da saúde. Com a pandemia provocada pela Covid-19, a prioridade tornou-se a sobrevivência. Diante das enormes desigualdades na cidade de São Paulo, as taxas de óbitos por Covid-19 são muito mais altas nas regiões mais pobres. Distritos com maior expectativa de vida, como Moema e Jardim Paulista, registram o menor número de óbitos por Covid-19: 130 mortes. Os dois distritos com a menor expectativa de vida, Cidade Tiradentes e Grajaú, registram número quase quatro vezes maior, de 460 óbitos. Nos abrigos para idosos, ou ILPIs – Instituições de Longa Permanência, o índice de contaminação é altíssimo entre os residentes e funcionários. A Prefeitura optou por interromper o funcionamento de todas as unidades dos Centros Dia, Núcleos de Convivência e Núcleos de Acolhimento, para evitar o contágio em massa de idosos e funcionários. Embora necessária, esta medida causa um grande impacto na vida dos idosos e das famílias.

O confinamento prolongado tem provocado depressão entre idosos. É preciso combater a imagem de pessoas descartáveis que a necropolítica tem associado à população idosa, promovendo ações voltadas à sua valorização.

Na São Paulo Protegida, idosas e idosos são tratados com respeito. São valorizadas as contribuições de toda uma vida pelo desenvolvimento de nossa cidade. Memórias e histórias de vida são compreendidas como parte de nosso patrimônio cultural. A qualidade de vida da pessoa idosa é assegurada e respeitada, em todas as suas especificidades: do direito à saúde ao lazer; da mobilidade à cultura e ao esporte; da educação à moradia e à segurança; da renda à assistência social e participação política.

PROPOSTAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA

- Criar a Secretaria Municipal da Pessoa Idosa.
- Criar um Conselho do Idoso em cada Subprefeitura.
- Dar todo o apoio, suporte e incentivo ao Grande Conselho Municipal do Idoso.
- Reestatizar, ou retornar para a administração municipal, a gestão e formulação dos serviços de saúde e assistência social repassados às Organizações Sociais.
- Ampliar e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos da rede de proteção à Pessoa Idosa: Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI), Programa Acompanhante de Idosos (PAI), Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Núcleos de Convivência do Idoso (NCI), Centros Dia para Idosos (CDI), Centros de Acolhida Especial para Idosos.
- Ampliar a lista de medicamentos ofertados pelo SUS, garantindo a descentralização da distribuição e entrega domiciliar de medicamentos de alto custo, atualmente inacessíveis.
- Reforçar o PAI (Programa Acompanhante de Idosos), como política de atendimento domiciliar à pessoa idosa, com equipe mínima composta por: 1 médico geriatra ou clínico, 1 enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem, 1 assistente social (coordenador de equipe), 10 acompanhantes de idosos, 1 administrativo e 1 motorista.
- Instituir atendimentos domiciliares para idosos acamados ou que possuem mobilidade reduzida.
- Criar e instalar projetos de moradia compartilhada, com espaços mais adequados aos idosos, autossustentáveis e acessíveis, melhorando a sua qualidade de vida e inserção na sociedade.
- Garantir o acesso da população idosa ao transporte público municipal, através de adequação de pisos e degraus nos pontos de ônibus e veículos, para facilitar o embarque e desembarque, e reserva de assentos. Ampliar horários e a oferta de ônibus nos finais de semana. Capacitar todos os funcionários para atendimento humanizado aos usuários e idosos.
- Garantir editais e investimentos para Programas Culturais próprios.
- Criar um programa de educação tecnológica, utilizando o uso dos laboratórios de informática nas escolas públicas, em que jovens, devidamente capacitados, sejam os tutores, promovendo assim a coeducação entre as gerações.
- Incentivar a inclusão digital por meio de disponibilização de internet gratuita nos centros e instituições de idosos.
- Criar a UAPI – Universidade Aberta da Pessoa Idosa nas instalações dos CEUs.
- Incentivar a prática de esportes na velhice e a criação de eventos específicos para a população idosa.
- Orientar e capacitar os profissionais da Educação para que possam preparar a nova geração para o envelhecimento. Promover oficinas intergeracionais.
- Dar visibilidade aos órgãos de proteção e canais de denúncias à violência contra idosos.
- Criar espaços de acolhida para os idosos vítimas de violência, trabalhando com a família, agressor e cuidador, envolvendo a Saúde e a Assistência Social.

MULHERES

Os organismos de políticas para as mulheres são um legado das administrações petistas na cidade de São Paulo, que se expandiram para diversos estados e municípios após a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, primeiro ano do governo Lula. Nas sucessivas gestões petistas, foram criados a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, os primeiros serviços municipais para atendimento de mulheres em situação de violência – a Casa Eliane de Grammont e o Abrigo Helenira Resende –, os Centros de Cidadania da Mulher – a Casa Sofia, a Casa Cidinha Kopkak e a Casa Viviane dos Santos –, e a área temática de saúde das mulheres, incluindo o primeiro serviço de aborto legal do país, no Hospital do Jabaquara. A gestão do ex-prefeito Fernando Haddad avançou ainda mais nesse processo, com a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), resultado do diálogo e compromisso do PT com as mulheres dos movimentos populares, sociais, feministas e sindicais.

Foram iniciativas da SMPM:

- Inauguração do Centro de Referência da Mulher (CRM) Maria de Lourdes Rodrigues, no Capão Redondo, e CRM Onóris Ferreira Dias, em São Miguel Paulista.
- Inauguração da Casa de Acolhimento Provisório Rosangela Rigo, na Zona Norte, serviço inédito no município porque, diferentemente das casas-abrigo de endereço sigiloso, oferece hospedagem provisória e atendimento psicológico e social para novos casos 24 horas por dia.
- Implantação do programa Guardiã Maria da Penha, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), do Ministério Público, e a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que, por meio de visitas domiciliares, monitora tentativas de aproximação de agressores em relação às mulheres que possuem Medidas Protetivas com base na Lei Maria da Penha.
- Implantação da Unidade Móvel (“ônibus lilás”), que de 2014 a 2016 realizou 23 mil orientações gerais e fez 350 encaminhamentos individuais na cidade, em especial nas periferias. A unidade funcionava com motorista mulher, psicóloga e assistente social.
- Inauguração do Centro de Orientação ao Emprego Doméstico, que funciona dentro do CAT Luz, em parceria com a SDTE e a extinta SMPPIR, orientando empregadoras e trabalhadoras domésticas sobre a legislação relacionada ao trabalho doméstico.
- Inauguração da Biblioteca Feminista Cora Coralina, em Guaianazes.
- Realização da maior Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da história da cidade, com 1.420 delegadas.

A chapa tucana Doria/Covas teve como primeiro ato político a extinção das secretarias de Políticas para as Mulheres (SMPM) e de Promoção da Igualdade Racial (SMPPIR), incorporadas à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que

sofreu cortes de R\$ 24,6 milhões em 2018, e de R\$ 20,4 milhões em 2019.

Uma São Paulo Protegida não pode desconsiderar as especificidades das demandas feministas, colocando o poder público a serviço da garantia dos direitos de todas as mulheres, tanto nos espaços públicos quanto privados, de forma transversal, em todas as áreas de atuação do governo.

PROPOSTAS PARA AS MULHERES

- Constituir um órgão gestor de política para as mulheres, com capacidade de interagir no ambiente interno do governo, para além da simples soma de ações isoladas.
- Considerar as especificidades de mulheres lésbicas, transexuais, negras, com deficiência e em situação de prostituição na atenção à saúde da mulher.
- Garantir o acesso a contraceptivos e ao planejamento familiar.
- Fazer cumprir a Lei do Planejamento Familiar, que permite laqueadura e vasectomia, inclusive nas unidades geridas por instituições religiosas.
- Garantir o acesso aos serviços de abortamento legal na cidade, ampliando a rede de serviços credenciados, utilizando como referência o Hospital Tide Setúbal, de São Miguel.
- Inaugurar Centros de Partos Humanizados, em especial na Região Leste, com atenção culturalmente adequada a mulheres imigrantes, indígenas, lésbicas, bissexuais, negras e transexuais.
- Ampliar a rede de atendimento (Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde) para responder às demandas das mulheres que vivem nos extremos periféricos da cidade.
- Diminuir o tempo de espera no atendimento das mulheres para exames de rotina, detecção do câncer de mama (mamografia), útero e ovário.
- Realizar campanhas permanentes contra a violência às mulheres, nos transportes públicos, por exemplo, bem como o compromisso com a construção de uma educação não sexista, não racista, não xenofóbica e não lgbtfóbica na cidade.
- Criar uma campanha de informação sobre a Lei Maria da Penha, instruindo as mulheres sobre como proceder em caso de violência.
- Capacitar funcionários públicos para atendimento à mulher e contra a violência.
- Ônibus Móvel da Secretaria das Mulheres para atender vítimas de violência, projeto que funcionava com êxito na gestão do prefeito Fernando Haddad.
- Promover a igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas funções e o enfrentamento permanente ao assédio no ambiente de trabalho.
- Combater a falácia da ideologia de gênero. Tratar de diversidade é explicar que a sociedade é composta por diversos grupos de pessoas, que precisam ser respeitados, independentemente da orientação sexual, da identidade ou da comunidade de que fazem parte. Ensinar as crianças a não terem preconceito contra o diferente, mas acolher e respeitar essas diferenças, apesar de nossas crenças e convicções pessoais, familiares e/ou religiosas.

PROPOSTAS PARA A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Consideramos que na cidade de São Paulo, assim como em todas as cidades do Brasil,

- a fé e o culto religioso fazem parte do cotidiano da maioria das cidadãs e cidadãos;
- as experiências religiosas não são iguais e acompanham a diversidade étnico-cultural da formação histórica do Brasil;
- muitas práticas religiosas sofrem preconceitos, discriminação, segregação e intolerância;
- embora a Lei Federal 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tipifique a intolerância religiosa como crime, ataques violentos a cultos, templos, símbolos e pessoas religiosas somam-se aos altos índices de criminalidade, gerando situações de conflito e insegurança na sociedade, em ataque frontal aos Direitos Humanos;
- as estruturas governamentais são incipientes no enfrentamento ao problema, inclusive em áreas como promoção social, educação e saúde.

Na São Paulo Protegida, todas as pessoas têm direito ao livre exercício de sua fé, sem terem sua dignidade ou segurança ameaçadas em função de suas escolhas religiosas, crenças e opiniões. Ao mesmo tempo, e como forma mesmo de garantir esse direito, a gestão petista de Jilmar Tatto reafirma o caráter laico do Estado, bem como sua disposição em promover a tolerância e o diálogo inter-religioso.

PROPOSTAS INTER-RELIGIOSAS

- Instituir um Órgão Gestor da Diversidade Religiosa, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, para combater a intolerância e promover o diálogo inter-religioso e a cultura de paz.
- Criar Fóruns Plurirreligiosos nas Subprefeituras, subordinados ao órgão gestor, a fim de auxiliar na elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, respeito à diversidade religiosa e à opção de não ter religião.
- O Órgão e os Fóruns terão como objetivos:
 - o incentivar e promover atividades entre grupos de pessoas de diversas crenças e convicções;
 - o estabelecer estratégias de afirmação da diversidade e da liberdade religiosa, da laicidade do Estado, bem como do enfrentamento à intolerância e ao racismo religioso;
 - o oferecer apoio e orientação jurídica às vítimas de intolerância religiosa;
 - o organizar atividades para o Dia Nacional de Combate à Intolerância (21 de janeiro);
 - o estimular o ensino e a leitura sobre a diversidade religiosa nas escolas, bibliotecas e centros culturais;
 - o garantir a diversidade da assistência religiosa em hospitais, presídios e casas de abrigos, entre outros locais.

SERVIÇO FUNERÁRIO

O Serviço Funerário do Município de São Paulo é uma autarquia municipal que detém o monopólio dos serviços de homenagem e funerais na cidade de São Paulo. É responsável pelo funcionamento dos 22 cemitérios públicos, do crematório, 15 agências, além de fiscalizar 20 cemitérios particulares (ligados a instituições religiosas).

Em tempos de normalidade, morrem em média 220 cidadãos por dia em São Paulo (cerca de 198 residentes na cidade), somando cerca de 80 mil mortos por ano (72 mil residentes). Assim, temos 72 mil famílias enlutadas em São Paulo por ano, impactando 2,2 milhões de munícipes anualmente pelo luto, entre parentes e amigos.

Enquanto a gestão Haddad recuperou financeiramente e atuou para melhorar a prestação do serviço, a atual gestão tucana promoveu seu desmantelamento progressivo – iniciado nas gestões Serra/Kassab – e decidiu pela sua privatização, já aprovada pela Câmara, colocando em risco esse fundamental serviço de amparo à população paulistana. O prefeito Covas sancionou lei que extingue o Serviço Funerário e a Autarquia Hospitalar Municipal.

A gestão petista de Haddad herdou o SFM com problemas crônicos, fruto do desmantelamento progressivo promovido por Serra/Kassab, que acumularam o vultoso déficit de R\$ 18 milhões/ano, valor absurdo por se tratar de um monopólio. Sob os gestores indicados por Doria/Covas, cinco superintendentes em 18 meses, a agenda principal, desde os primeiros meses de Doria, era privatizar o setor.

É preciso ressaltar que a privatização faz do corpo do falecido uma mercadoria, levando as famílias, no seu momento mais frágil, a serem disputadas e chantageadas por funerárias particulares. Os espaços cemiteriais constituem a segunda maior área verde da cidade, sendo por vezes a única área verde do bairro. Nos cemitérios monumentais (tumulares), temos um verdadeiro espaço museológico, nosso patrimônio histórico material e imaterial, tanto pelas ilustres figuras de todos os campos da História de São Paulo e do Brasil, como pelos monumentos ali expostos, obras de arte que são internacionalmente valorizadas. Como entregar esse espaço ao setor privado? O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a atividade dos funerais está fora do comércio, pelo seu aspecto essencial de amparo, que deve ser prestado pelo Estado; e, como o interesse é local, pelo Município.

No nosso modo petista de governar, traçamos um plano estratégico para melhorar a qualidade dos serviços e recuperar suas finanças. Trabalhamos firmemente a autoestima e valorização dos funcionários; remodelamos os valores das taxas cobradas; reformamos as agências para velórios; combatemos os papa-defuntos; contratamos mais carros com motoristas; repassamos o antigo espaço na Vila Maria para a Educação e instalamos o centro operacional na Marginal Tietê; reformamos o crematório, que passou a funcionar 24h. Com essa retomada paulatina da qualidade dos serviços, diminuimos o tempo

de espera para um padrão de nível internacional e pudemos entregar aos cidadãos paulistanos a Autarquia em superávit de mais de 6 milhões, além de receber o título de “Experiência Destaque” no programa internacional de Cidades Educadoras (apenas 24 Experiências Destaque em mais de mil experiências registradas mundialmente), num verdadeiro reconhecimento internacional da inovação e trabalho realizado, tomando-o como exemplo a ser seguido.

Assim, bastava aos futuros gestores seguir o Plano Funerário deixado, para catapultar o antigo Serviço Funerário Municipal em Serviço Municipal de Luto e Memória, sua verdadeira vocação no Estado Democrático e de Bem-Estar Social, proporcionando o acolhimento no momento tão difícil do luto e cuidando dos espaços de memória.

Na São Paulo Protegida, a morte não é mercadoria: todas as pessoas têm direito a um sepultamento digno, com serviços e acolhimento adequados para familiares e amigos, no difícil momento em que se perde um ente querido.

PROPOSTAS PARA O SERVIÇO FUNERÁRIO

- Não à privatização do SFM.
- Construção de uma sede própria para o Serviço Funerário.
- Ampliação do número de crematórios, para que haja um em cada região da cidade, priorizando a construção de cemitérios verticais ecológicos.
- Dar andamento aos projetos de transformação do Serviço Funerário em Serviço Municipal de Luto e Memória.
- Reduzir a taxa de condomínio dos túmulos, revertendo os valores para os próprios cemitérios, com uma Comissão Gestora de cada necrópole, constituída pela sociedade civil do entorno (comércio e moradores). Concessionários de túmulos e área pública deliberarão de forma transparente, tal como num condomínio, sobre uso das verbas para limpeza, segurança, recuperação de patrimônios históricos, iluminação e atividades culturais, que propiciem a ressignificação do local como Parque de Memória e Vida.
- Implantar o Plano Funeral para atender às famílias que preferirem pagar seguro funeral de amparo a toda sua família para as despesas com as homenagens fúnebres, enterro ou cremação.
- Retomar integralmente o Plano Funerário que elaboramos na forma da lei, com destaque para a intersetorialidade e transversalidade do assunto, com as pastas da Saúde, Educação, Secretaria da Mulher, dos Negros, LGBTQIA+, dos Direitos Humanos, do Verde e Meio Ambiente, São Paulo Carinhosa (primeira infância e luto infantil e parental), Cultura, Subprefeituras, GCM, Secretaria de Justiça, Cidadania, Desenvolvimento Social, Serviços (AMLUrb, Ilume), Turismo, entre outras, ampliando e implantando as atividades em conjunto nos espaços cemiteriais.
- Instalar no Serviço Funerário Municipal o serviço de tratamento do corpo, a tanatopraxia, acabando com o “desvio de corpos” para clínicas particulares.

-
- Valorizar o funcionário, com suporte necessário para a valorização do trabalho e autoestima, para que, fortalecido, possa atender e amparar o público.
 - Retomar os convênios com as universidades nos cursos de psicologia, como o que colocava 70 estudantes de psicologia diariamente no Instituto Médico Legal do Estado, para amparar os munícipes que tiveram seus familiares mortos por causas externas, muitas vezes violentas.
 - Criar o cargo de administrador de cemitério vinculado à carreira dos servidores, acabando com o apadrinhamento deste cargo.
 - Restaurar a estrutura física e humana necessária à Autarquia.
 - Ampliar os serviços prestados em homenagens, incluindo atividades culturais de despedida, para ajudar no processo de luto saudável, transformando o luto em saudade e memória viva, além de contribuir para a renda de músicos e artistas.
 - Retomar a portaria de interface com a Secretaria do Verde e a AMLUrb, terminando o cadastramento das árvores, integrando o plano de manejo de parques, fazendo trilhas ambientais e promovendo a destinação correta dos resíduos, com a compostagem dos resíduos de coroas de flores, que hoje vão para o aterro sanitário.
 - Estimular seminários e oficinas com educadores sobre o tabu da morte e ampliar as chamadas aulas expandidas nos espaços cemiteriais.
 - Retomar a ocupação cidadã de cemitérios com atividades culturais e valorizar o patrimônio histórico material e imaterial, tratando o local como espaço museológico.

SEGURANÇA URBANA E GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Desde que o PSDB assumiu a gestão da cidade de São Paulo, assiste-se a um retrocesso nas políticas de segurança urbana implantadas durante os quatro anos do governo Haddad. O resgate da dignidade humana era o foco da política social do nosso governo. Hoje bombas, tiros e cassetetes são a resposta da gestão tucana a dependentes químicos, ambulantes e moradores de rua. Nas periferias o tratamento não é diferente. A população sofre a violência de quem, antes de mais nada, deveria valorizar e proteger a vida.

Em plena pandemia, vimos também o aumento da violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os batalhões da região metropolitana da capital mataram 70% a mais entre janeiro e maio deste ano, em comparação com 2019. O aumento da truculência da GCM e da Polícia Militar, no entanto, não resulta na diminuição dos índices criminais, e o caráter militarizado da GCM, ao lado da ideia de que o agente deve proteger bens, não a vida humana, não contribuem para que a corporação consiga cumprir sua função social. A capital do Estado se viu mais uma vez assolada pelo aumento da violência, no começo deste ano, com elevação nos números de homicídios, latrocínios e estupros, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Uma mentalidade punitivista, fruto de um longo histórico de repressão e encarceramento, apresentados como política única de Estado na área da Segurança Pública, tem frequentemente colocado agentes de segurança e população em lados opostos. É preciso mostrar à população que a proteção do Estado e a garantia de direitos constitucionais caminham juntas, para que o Estado não se converta ele mesmo em agente da violência.

Hoje a Defesa Civil está vinculada à Segurança Urbana e tem seu foco somente em ações na gestão de emergência. Nas gestões do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, a estrutura de Defesa Civil esteve sempre próxima ao Gabinete do Prefeito, seja na Secretaria de Governo ou de Subprefeituras, possibilitando uma maior integração de todos os órgãos municipais na prevenção e gestão de riscos e desastres. Na São Paulo Protegida, a vida humana, bem como o direito à integridade física e mental do ser humano, estão sempre em primeiro lugar. Assim, a Guarda Civil Municipal compreende seu papel preventivo, mais do que ostensivo, frente à criminalidade, e a necessidade de agir sob o princípio do menor dano possível, respeitando os direitos de todas e todos os cidadãos, indiscriminadamente.

PROPOSTAS PARA SEGURANÇA URBANA

- Capacitar a GCM para os valores democráticos e o respeito aos Direitos Humanos.
- Fortalecer as Ouvidorias e Corregedorias Municipais, visando a transparência das

ações da Prefeitura e o combate ao racismo e à intolerância.

- Integrar os Programas de Proteção à Mulher:

- o Cada CRAS terá uma agente da GCM treinada nos moldes do programa Guardião Maria da Penha;

- o Ampliar de 15 para 30 os Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM), e de 5 para 10 os Centros de Acolhida Sigilosos, incluindo a mulher trans vítima de violência e integrados à Secretaria de Segurança Urbana.

- Ampliar e modernizar as Patrulhas Guardiãs Maria da Penha.

- Iluminar os espaços públicos, priorizando áreas de circulação de pedestres, tanto no centro quanto nas periferias.

- Implantar um Programa de Justiça Restaurativa na cidade de São Paulo, que contribua para a reparação das vítimas de crimes envolvendo o poder público municipal.

- Retomar o Programa de Segurança Escolar com capacitação e humanização dos policiais, protegendo alunos, pais, funcionários e educadores no entorno da escola.

- Realizar fóruns locais comunitários de segurança urbana, para que sejam debatidas as necessidades e projetos para melhoria da segurança urbana, bem como o enfrentamento ao racismo, homofobia, transfobia e à violência contra a mulher.

- Implantar uma Guarda Civil Municipal Preventiva e Comunitária.

- Reforçar o Programa de Mediação de Conflitos, em parceria com o Poder Judiciário.

- Reativar a Divisão de Ações Comunitárias, irresponsavelmente extinta pela gestão tucana.

- Efetuar a imediata contratação de agentes da GCM, sem concurso desde 2013.

- Valorização da Carreira GCM, com adequação do programa de aposentadoria.

- Criação do Centro de Operação Ambiental da GCM.

- Incorporar a Defesa Civil à Secretaria Municipal de Subprefeituras, retirando o órgão da Secretaria de Segurança Urbana, e instituindo uma Gestão Local de Riscos e Desastres.

- Contratação de agentes para a Defesa Civil.

- Realizar videomonitoramento por câmeras de vigilância espalhadas pela cidade, nos pontos de ônibus, viaturas e uniformes dos agentes da GCM.

- Criar a Supervisão de Segurança Urbana nas Prefeituras Regionais.

- Ampliar a gestão integrada de segurança com mapeamentos, dados e informações, de modo que o gabinete consiga observar a presença da Prefeitura (em investimentos e infraestrutura) na cidade e relacioná-la com o mapa da violência e de criminalidade.

- Fim da violência policial contra ambulantes.

- Retomar o Programa Juventude Viva, para o combate à violência contra a juventude negra e das periferias e favelas.

- Combate à LGBTfobia na cidade de São Paulo: criar a Ronda LGBTQIA+; contratação de professores LGBTQIA+ no quadro fixo de instrutores da Academia de Formação em Segurança Urbana (AFSU); inserir conteúdos de respeito à diversidade e aos Direitos Humanos na formação e concursos para contratação de agentes; ostentar, durante o

mês de junho, as cores da luta LGBTQIA+ em uniformes e viaturas da GCM; as viaturas da GCM deverão estampar a bandeira LGBTQIA+ em sua lataria em pelo menos 15% da frota; treinar agentes da GCM para atender à população, especialmente grupos socialmente discriminados, de forma humanizada e com empatia.

- Desenvolver, em âmbito municipal, programa nos moldes do “Soldado Cidadão” federal, para qualificar social e profissionalmente jovens voluntários que prestam o serviço militar.
- Ampliar e melhorar a segurança nos Parques Municipais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma política estratégica para um Estado que pretenda garantir direitos elementares e essenciais para aqueles que vivem nos rincões de nossa cidade. É fundamental recuperar o significado, fortalecer e ampliar os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e Centros-Pop (Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua), para que haja a efetiva implantação do Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo.

A NOB-SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) estabelece que metrópoles (municípios com mais de 900.000 habitantes) tenham um CRAS a cada 5.000 famílias referenciadas e um CREAS para atendimento a 80 pessoas ou indivíduos. O SUAS na cidade de São Paulo não está implantado: ele está em implementação. Por vários anos a gestão municipal negou a necessidade de sua implantação.

Na gestão do PT, o governo Marta Suplicy tornou-se referência nacional, construindo as bases que deram direção para o SUAS 2004, tanto na sua estrutura sob forma de sistema, quanto na metodologia de trabalho junto às Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A assistência social, por ser uma política que busca garantir os direitos básicos e fundamentais para a população mais pobre de nossa cidade, foi a mais atacada e destruída na gestão Doria/Covas, do PSDB, atingindo sobretudo crianças, adolescentes, jovens, mulheres, negros, indígenas, imigrantes, população LGBTQIA+ e idosos nas diversas situações de vulnerabilidade.

No atual governo do PSDB, a SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social foi sucateada e deixada de lado; definitivamente também foi uma moeda de troca: passou por 6 secretários/as até o momento. Neste cenário, há uma total incapacidade técnica de gestão.

Esse governo iniciou sua gestão buscando higienizar a cidade, jogando água e agredindo pessoas em situação de rua e dependentes de drogas na região da Cracolândia. Sucateou e encerrou diversos serviços, como os Centros de Crianças e Adolescentes – CCAs, Centros de Juventude – CJ e Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo – CEDESP. Também desrespeitou e sucateou espaços de controle social legalmente constituídos, como o COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente). Baseou suas políticas no personalismo e na caridade, em detrimento da promoção da autonomia e da cidadania, ignorando completamente a Lei Orgânica de Assistência Social.

Há na cidade 32 subprefeituras. Para cada subprefeitura foi instalada uma Supervisão Regional de Assistência Social (SAS), responsável pelos CRAS, CREAS, Centros-Pop e

serviços de proteções sociais básica e especial na sua abrangência territorial. O Plano Decenal da Assistência Social da cidade de São Paulo (SUAS RUMO A 2026) analisa a realidade municipal do SUAS e indica as necessidades para a implementação da assistência social. Segundo o Plano, hoje há 54 CRAS instalados e a necessidade mínima é de 96 – um CRAS para cada Distrito, para se aproximar da lógica territorial do SUAS. São 29 CREAS quando, no mínimo, deveriam ser 32 – um CREAS para cada subprefeitura. Em algumas subprefeituras, onde o risco e a vulnerabilidade nos distritos são maiores, a necessidade territorial requer mais de um CREAS, eventualmente um CREAS em cada distrito.

A rede de 288 unidades de acolhimento precisa ser revista, considerando que o SUAS prevê o acolhimento como a última alternativa de proteção social. A gestão do trabalho também precisa ser repensada, dado o cenário em que, dos 16.869 trabalhadores do SUAS, 93,4% são de serviços socioassistenciais (celetistas) e apenas 6,6% são estatutários. As equipes de referência dos CRAS e CREAS estão em defasagem. Nos CRAS, 64% são assistentes sociais e apenas 3,4% são psicólogos. Nos CREAS, 68% são assistentes sociais e apenas 1,6% psicólogos. Há necessidade premente de chamada de concurso público.

O Programa Bolsa Família precisa ser redimensionado e reestruturado, uma vez que 452.275 famílias das 1.311.027 cadastradas no CadÚnico encontram-se em extrema pobreza, 144.086 estão em situação de pobreza e 328.151 estão com baixa renda. O valor médio do benefício é de R\$ 158,44, segundo dados do Governo Federal. O CadÚnico também é o cadastro para acesso, entre outros, aos programas Renda Cidadã e Ação Jovem, do Governo Estadual, à Carteira do Idoso, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Programa Municipal de Garantia de Renda Familiar Mínima utiliza o Banco de Dados Cidadão (BDC), mas seus dados também são correlacionados ao CadÚnico. O CadÚnico está sendo ameaçado de extinção pelo atual Governo Federal, que adotou um aplicativo para o cadastramento para o acesso ao Auxílio Emergencial durante a pandemia de 2020. Os municípios correm assim o risco de perderem as informações em relação à população cadastrada. São Paulo realiza por mês em torno de 45 mil ações cadastrais. Para isso, conta com apenas 220 entrevistadores sociais e supervisores de área (terceirizados), com reduzida infraestrutura de tecnologia da informação.

Na São Paulo Protegida, a Renda Básica de Cidadania é um direito assegurado. São acolhidas as demandas específicas de pessoas em situação de vulnerabilidade, de forma prioritária, com qualidade e dignidade, sob a premissa da garantia pública de direitos.

PROPOSTAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Efetivação real do Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo, com

a criação da Lei Municipal do SUAS e do Cadastro Único do Município de São Paulo.

- Instituir a Renda Básica ou Renda Cidadã como política de proteção básica e transferência de renda.
- Criar uma Coordenadoria de Assistência Social no âmbito de cada subprefeitura, com o objetivo de implementar a Intersectorialidade e Territorialidade, junto com uma Coordenadoria específica para esse fim, atrelada à Secretaria Municipal de Governo ou à Secretaria de Planejamento.
- Garantir a existência de CRAS e CREAS em cada subprefeitura e ampliar os Centros-Pop (População em Situação de Rua).
- Fortalecer e ampliar os serviços de proteção social especial de média complexidade e de alta complexidade voltados para as crianças e adolescentes (criação de um plano específico para aqueles que vivem em situação de rua), jovens, adultos, idosos, mulheres, negros, população em situação de rua e LGBTQIA+. Constituir uma rede de proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade social agravada no período da pandemia de Covid-19.
- Ampliação da estrutura física e de pessoal das unidades operacionais do SUAS (CRAS, CREAS, Centros-Pop); recomposição dos quadros e das carreiras multidisciplinares e da carreira administrativa da SMADS, havendo possibilidade de imediato chamamento dos profissionais assistentes sociais remanescentes do concurso de 2014, seguido da abertura de concursos públicos emergenciais, garantindo assim atendimento ao usuário, de acordo com a NOB-SUAS/RH-2006.
- Reajustar os convênios de acordo com a inflação, incluindo o dissídio e a 13ª verba.
- Fortalecer e ampliar os serviços de proteção básica e especial.
- Implementar a Política Municipal de Educação Permanente, com vistas ao aprimoramento do trabalho técnico-profissional e capacitação dos atores do SUAS.
- Constituir uma rede de proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade social agravada no período da pandemia de Covid-19.
- Disponibilizar ao imigrante o atendimento bilíngue, de forma a promover o acesso de imigrantes à rede de assistência.
- Construir uma nova relação entre SMADS e OSCs, com base em EFETIVA PARCERIA e com a revisão do Decreto Municipal que regulamentou o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), para garantir inclusive a Política Municipal de Educação Permanente para todos os trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais.

SAÚDE

Entre 2003 e 2014, durante os governos Lula e Dilma, o gasto de saúde per capita do país dobrou de R\$ 670 para R\$ 1.310. Vieram os programas Farmácia Popular, Mais Médicos, Samu, UPAs e a grande expansão da oferta de leitos hospitalares públicos, 60% dos quais criados nos governos do PT. O governo de Fernando Haddad executou o maior pacote de obras de saúde até então visto na cidade, construindo os hospitais de Parelheiros e Brasilândia, além de incorporar à rede municipal o hospital da Vila Santa Catarina; abriu 20 hospitais-dia da Rede Hora Certa, 16 novas UBSs e 3 UPAs. Em 2016, elevou o orçamento de saúde para um recorde de 22,7% do total das verbas orçamentárias, reduzido por Covas para menos de 20% em 2019.

Infelizmente, desde o golpe parlamentar de 2016, os governos Temer e Bolsonaro desenvolveram uma agenda de desmonte do SUS, secundados nos planos estadual e municipal por Doria e Covas. Asfixiam as verbas da saúde, limitam os atendimentos mesmo na pandemia e submetem tudo a uma lógica privatista quando as pessoas mais precisam da ação do Estado.

Nas eleições de 2016, João Doria usou de uma linguagem apocalíptica contra a gestão de saúde do governo Haddad, surfando na onda de ódio ao PT gerada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Vendia a solução miraculosa, e mentirosa, dos Corujões de Saúde, proclamava-se gestor eficiente, prometia entregar toda a rede pública ao setor privado e criar apenas uma agência reguladora de saúde. Nem a agência foi criada nem os problemas sumiram.

- Em 2016, a fila para consultas em São Mateus, na Zona Leste, era de 30 mil pedidos; em 2020, neste final de governo Covas, a fila é de 45 mil pedidos.
- Em 2018, o tempo médio de espera para consulta de especialistas na cidade era de 85 dias, mas chegava a 109 dias na Zona Leste e a 148 dias no Itaim Paulista.
- Em 2016, havia falta pontual de medicamentos na rede municipal; em 2020, a falta de remédios gratuitos à população é generalizada na rede.
- Mesmo com 85% das obras concluídas por Haddad, Covas retardou a entrega do hospital de Parelheiros em dois anos e atrasou em três a do hospital da Brasilândia.
- Covas seguiu a contratação de profissionais concursados e não fez nenhum novo concurso, mesmo tendo o Tribunal de Contas do Município apontado uma carência de 4.200 profissionais de saúde na rede municipal.

O governo do PSDB intensificou a privatização dos equipamentos de saúde, entregando a sua gestão às Organizações Sociais de Saúde. Em 2019, 47,39% dos recursos do Fundo Municipal de Saúde foram repassados pela prefeitura às OSSs, que respondem pela gestão de cerca de 75% da rede de saúde do município, o que só tende a aumentar com a Lei Municipal 17.433/2020, que extingue a Autarquia Hospitalar Municipal e a Fundação Estatal.

As OSSs foram criadas, principalmente, para contratar médicos e profissionais de saúde sem vínculo com a carreira pública. Regulado por contratos de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde, o modelo de OSS é baseado em metas de desempenho e qualidade, mas as entidades não estão submetidas a controle público efetivo. A urgência de contratação para montagem do hospital de campanha do Anhembi, ante a pandemia de Covid-19, expôs um esquema de contratação fraudulento de médicos, enfermeiros e outros profissionais.

Os governos tucanos têm procurado se aproveitar das restrições impostas pelo isolamento social – que afeta a capacidade dos conselhos de se reunirem presencialmente – para avançar em seus projetos de privatização da saúde. Além da transferência do hospital do Campo Limpo, o governo Covas também procura transferir os demais 11 hospitais municipais para as OSSs. No entanto, a participação popular e o controle social no SUS mostrou a sua força em 2018, quando o governo Doria tentou fechar 127 AMAs e outras unidades de saúde. Doze recursos apresentados ao Ministério Público deram início a uma ação marcante, com a realização de audiência pública à qual compareceram mais de 1.200 pessoas.

Na São Paulo Protegida, todas as pessoas têm acesso à Saúde, de forma gratuita, igualitária e universal. Isso significa acesso a consultas e exames, a tratamento digno nos equipamentos de saúde, acesso à saúde preventiva e a medicamentos, atenção a especificidades particulares e sociais, e olhar territorializado. Na São Paulo Protegida, a Saúde é um direito exercido.

PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO À SAÚDE

- Reverter à gestão direta da SMS os hospitais municipais e equipamentos de saúde:
 - o Estimar o investimento global e com recursos humanos, por concurso público, para a reversão proposta, visando a elaboração orçamentária da SMS e sua tramitação no Legislativo municipal (estabelecendo a relação entre gastos com OSSs e gasto com RH contratado diretamente);
 - o Identificar regiões que já estão com problemas com OSSs (por exemplo, Perus, que recentemente foi rejeitada pela SPDM) e assumir sua gestão imediatamente;
 - o Avaliar os contratos existentes, identificando prazo de vencimento e prioridades para elaboração de um calendário da reversão proposta;
 - o Enquanto houver contratos de gestão vigentes, estabelecer critérios rígidos de monitoramento, penalidades e imediata rescisão nos casos de descumprimento reiterado de cláusulas;
 - o Implementar, na política de gestão do trabalho, formação dos profissionais de saúde admitidos em concursos públicos, com o entendimento sistêmico de suas atribuições técnicas, e estágio probatório visando qualificar o atendimento em saúde segundo os princípios do SUS.

- Assumir e estruturar o sistema municipal de regulação do acesso, informatizado e ágil, incluindo todos os serviços do SUS que tenham como missão fundamental a assistência no âmbito municipal, além dos que hoje estão sob gestão do Estado ou que venham a ser municipalizados, conforme definido nas normas do SUS e previsto no Protocolo de Cooperação entre Entes Públicos.
- Implementar política de gestão do trabalho e de educação permanente em saúde, que articule as negociações com os trabalhadores e integre a Escola Municipal de Saúde e as Escolas Técnicas do SUS, recuperando toda a experiência acumulada com o Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde (Cefor).
- Dotar a SMS de política pública de gestão da informação, com a simplificação e customização da informação, interoperabilidade com os sistemas nacionais e Transformação Digital.
- Dotar a SMS de política de gestão de suprimentos integrada aos processos de elaboração das políticas de saúde e planejamento financeiro e orçamentário.
- Retomar o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, estruturando-o em nível central e local, com quadro de pessoal capaz de desenvolver o planejamento, a supervisão, a coordenação e a execução conjunta de ações relativas a todas as áreas de vigilância em saúde.
- Articular, regionalmente e no âmbito do Estado, a revogação da Emenda Constitucional 95/2016, do teto de gastos, e da Portaria MS 2.979/2019, que alterou o custeio do financiamento da Atenção Primária à Saúde no âmbito do SUS.
- Estabelecer a participação e o controle social como método de governo, fortalecendo os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços estratégicos de gestão participativa, e seu caráter democrático, paritário e deliberativo, com respeito à autonomia das entidades e movimentos e garantia da sua ampla participação na formulação, acompanhamento e controle das políticas de saúde do município.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde e os conselhos gestores de unidades e demais equipamentos de saúde, para que usuários e trabalhadores possam participar cada vez mais ativamente da condução do SUS.
- Valorizar as carreiras públicas dos trabalhadores do SUS na cidade de São Paulo com mecanismos de despreciação do trabalho, valorização e qualificação dos trabalhadores do SUS (assim considerados todos os trabalhadores da rede pública de saúde do município, sejam da administração direta ou indireta ou provenientes contratos com entidades ou OSSs), concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários e formação permanente.
- Democratizar as relações de trabalho na saúde, com fortalecimento da mesa de negociação permanente, garantida a participação de entidades representativas.
- Ampliar a Atenção Básica no acesso a UBS, equipes de saúde da família e seus núcleos de apoio, modalidades específicas como consultórios de rua, unidades itinerantes e acesso à saúde em áreas de ocupação.

- o Garantir a gestão da Rede de Atenção Básica, como eixo estruturante do SUS, diretamente pela SMS, com a realização de concursos públicos para sua estruturação.
- o Qualificar as ações e aumentar a resolubilidade e a eficiência do sistema, deteriorados pela longa presença das OSSs no modelo de gestão na cidade, por meio de política de Educação Permanente em Saúde, envolvendo ensino, serviço, gestão e controle social na reflexão sobre o processo de trabalho, autogestão, mudança institucional e transformação das práticas em serviço, incluída nesse processo a Residência Multiprofissional.
- o Estabelecer serviços de referência ambulatorial especializada e hospitalar em relação a UBSs e ESF, garantindo acesso a urgência e emergência, maternidade, cirurgia geral, cirurgia ginecológica, enfermaria em clínica médica geral e pediátrica, Unidade de Terapia Intensiva e serviço de ortopedia.
- o Ampliar a Estratégia de Saúde da Família (ESF), com vistas a atingir 2.500 equipes, cada uma responsável por 3.000 pessoas.
- o Proceder à Transformação Digital em todos os níveis da rede de saúde, visando obter dados e informações qualificados, reduzir o tempo de espera para consultas, exames e cirurgias em geral e diminuir agravos.
- o Dotar a rede de saúde de equipamentos e aparelhos necessários para teleconsultas médicas, de enfermagem e multiprofissionais.
 - Estabelecer metas de redução do tempo de espera para consulta médica especializada, procedimento de maior complexidade e internação eletiva, exame diagnóstico e cirurgias em geral, com divulgação ampla e revisão semestral, reduzindo em uma primeira fase à metade o tempo de espera atual.
 - Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com base nos territórios, e com:
 - o Capacitação de trabalhadores da saúde para registrar informações sobre raça/cor de pacientes do SUS;
 - o Incorporação de política de educação antirracista permanente;
 - o Criação de índice municipal antirracista na saúde.
 - Implementar modelo de cuidado centrado nas mulheres, atendendo suas necessidades e demandas, com base nos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo:
 - o Oferta de métodos contraceptivos – incluídos os mais recentes implantes subdérmicos, DIU com progesterona, pílulas com diferentes progesteronas e contracepção de emergência e anticoncepção cirúrgica, e a qualificação da atenção ao planejamento reprodutivo, com assistência à infertilidade e estímulo à participação e inclusão de homens e adolescentes nas ações de planejamento reprodutivo;
 - o Criação de núcleos de enfrentamento à violência nos equipamentos de saúde; prover recursos do Orçamento da SMS para impressão e distribuição de cartilhas e demais medidas previstas na Lei Municipal 13.823/18;
 - o Ampliação e funcionamento dos serviços de aborto legal;

- o Assistência ginecológica de qualidade e atenção à saúde integral, em todas as fases de vida, para as mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans, nas Unidades Básicas de Saúde;
- o Manutenção e ampliação de leitos nas maternidades;
- o O mínimo de seis consultas às gestantes e exames específicos de pré-natal;
- o O funcionamento dos Comitês de Mortalidade Materna;
- o Implantação de Casas de Parto em todas as subprefeituras;
- o Nomeação de obstetrizes, aprovadas em concurso já realizado, e abertura de novos concursos;
- o Ampliação do programa de doulas voluntárias da SMS;
- o Distribuir gratuitamente absorventes íntimos para a população.
- Garantir a atenção em saúde mental com base nos princípios da Reforma Sanitária e Psiquiátrica Antimanicomial, com rede de atenção psicossocial para adultos, adolescentes e crianças por meio de serviços como Saúde da Família, Consultórios de Rua, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Convivência e Cooperativas, Residências Terapêuticas e leitos de curta duração em hospitais gerais.
- o Ampliar o número de leitos, em hospitais gerais, para efetivar a desinstitucionalização em saúde mental;
- o Proceder à transformação dos atuais Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) II em CAPS III, de forma a garantir o acolhimento com qualidade em todos os territórios;
- o Elaborar projeto de lei que normatize os Centros de Convivência e Cooperativas (Cecco) na cidade, experiência exitosa que tem como objetivo a produção da vida, com inclusão pelo trabalho;
- o Ampliar para todas as subprefeituras os Pontos de Economia Solidária e Cultura, equipamento da SMS de promoção do direito ao trabalho, em especial para usuários da rede de atenção psicossocial, com base na experiência exitosa do Butantã;
- o Reorganizar o Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Álcool, com participação de usuários e familiares;
- o Estruturar os Conselhos Gestores em todos os equipamentos da rede de atenção psicossocial;
- o Incorporar na Política de Educação Permanente em Saúde o tema do matriciamento, visando compartilhar cuidados psicossociais com os profissionais da atenção básica, a redução de danos, as estratégias de ação nos territórios e com população em situação de vulnerabilidade, a abordagem em urgência e emergência e a formação para as equipes do Samu.
- Garantir a atenção à saúde da população LGBTQIA+ com:
 - o Realização de debate sobre a necessidade de revisão do Plano Integral de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+, estabelecendo como política pública o processo transexualizador;
 - o Inclusão dos quesitos de identidade de gênero e orientação sexual nos

formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde;

o Capacitação de profissionais, no âmbito da educação permanente em saúde, para o respeito aos direitos da população LGBTQIA+;

o Ampliar os ambulatórios de saúde para hormonização de travestis e transexuais com equipe interdisciplinar;

o Elaborar e regulamentar os Protocolos do Processo Transexualizador na SMS, com referência para implante de próteses de silicone e histerectomia para transexuais.

- Reconhecer que uma política de saúde da pessoa idosa deve manter e promover a sua autonomia e independência, o que exige atenção individual e coletiva e políticas intersetoriais, com educação, lazer, transporte, mobilidade e moradia.

- Reconhecer à criança, ao adolescente e ao jovem, com total prioridade, o direito à vida e à saúde, com ações estratégicas de atenção a situações de violência e de prevenção de agravos, articuladas nas redes públicas de saúde e educação.

- Articular de forma transversal e intersetorial, incluindo os movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições afins, as ações da política de saúde para a pessoa com deficiência.

o Adequar os espaços físicos dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) para atenção às diversas modalidades de reabilitação (auditiva, física, intelectual, visual);

o Adequar o número de profissionais e categorias profissionais necessários nos CERs, em consonância com as modalidades de reabilitação;

o Implantar oficinas de órteses e próteses (de membros superiores e inferiores, estáticas/rígidas, articuladas e dinâmicas), coletes, palmilhas e calçados adaptados (ortopédicos e para pés neuropáticos) e adaptações para atividades laborais e/ou de vida diária;

o Centros Especializados em Reabilitação (CER) para o Campo Limpo;

o Centros Especializados em Reabilitação (CER) IV para a região sudeste da cidade.

- Reconhecer o direito à saúde bucal, ampliando programas de atenção e respectivo orçamento, de forma a implementar equipes de saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde e equipes de Estratégia de Saúde da Família.

- Articular as ações individuais de recuperação e reabilitação de agravos com as ações coletivas de vigilância dos ambientes, processos e atividades do trabalho e de vigilância de agravos à saúde do trabalhador – acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

- Ampliar as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) com recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais.

- Rever a Portaria SMS 190/190, que instituiu as diretrizes de descentralização das equipes assistenciais do Samu.

- Reformar, ampliar e reorganizar progressivamente todos os hospitais municipais, hoje em situação precária de instalações e funcionamento.

- Reabrir integralmente o Hospital Sorocabana, como hospital geral, sob a gestão direta da SMS, com participação da sociedade civil.

DIREITOS DOS ANIMAIS

Respeitar o direito à vida de todos os seres é princípio ecológico sem o qual não será possível avançarmos em termos civilizatórios. Seja com relação aos animais da fauna brasileira ou não, sejam eles domesticados ou selvagens, a transição ecológica, a emergência climática e o respeito à vida nos impõem uma escolha ética de respeito a todas as espécies.

Uma São Paulo Protegida é uma cidade que respeita os direitos dos animais. Uma cidade na qual o cuidado com os animais é assunto de governo e prioridade do poder público.

PROPOSTAS PARA OS DIREITOS DOS ANIMAIS

- Criação de Programa Municipal de Proteção aos Animais, responsável pela castração de animais, cuidados no transporte de cargas vivas, transporte de animais domésticos em coletivos e em espaços públicos, controle sobre as zoonoses, programas de incentivo à adoção, iniciativas relacionadas à educação, entre outras.
- Legislar sobre a venda de animais com garantia de seu bem-estar.
- Criar centros municipais para reabilitação de animais, bem como hospitais veterinários públicos.
- Criar programa de adoção de animais, em especial como estratégia de combate à depressão e isolamento na terceira idade.

